



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História



**DANIEL LEVY DE ALVARENGA**

**MEMÓRIAS, RESISTÊNCIAS E  
RESSONÂNCIAS NO PROCESSO DE  
DESTRUIÇÃO DO PALÁCIO MONROE**

**2018**

A473

Alvarenga, Daniel Levy de

Memórias, Resistências e Ressonâncias no processo de destruição do Palácio Monroe / Daniel Levy de Alvarenga. -- Rio de Janeiro, 2018.

140

Orientadora: Leila Bianchi Aguiar.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Palácio Monroe. 2. Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. 3. Manifesto. 4. Políticas de memória e de esquecimento. 5. Ressonância. I. Aguiar, Leila Bianchi, orient. II. Título.

DANIEL LEVY DE ALVARENGA

MEMÓRIAS, RESISTÊNCIAS E RESSONÂNCIAS NO PROCESSO DE  
DESTRUIÇÃO DO PALÁCIO MONROE

Dissertação apresentada como requisito  
para a obtenção do grau de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*  
em História da Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Bianchi  
Aguiar.

Aprovado em: 11 de abril de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Bianchi Aguiar – Orientadora,  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina Romeiro Chuva  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Barbosa Rubino  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

**RIO DE JANEIRO**

**2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Iniciei a formação acadêmica em História há 10 anos buscando ir além do ambiente jurídico que frequentava em decorrência da minha atividade profissional. Uma decisão tardia como esta não seria possível sem o apoio da família, que aceitou o meu tempo reduzido e compreendeu a transformação pela qual passei neste período de muito ler, debater e refletir. Simone, Miguel e Pedro, muito obrigado!

Agradeço também a Profa. Leila que me mostrou os possíveis caminhos para a realização desta dissertação, sempre respeitando e valorizando as minhas opiniões.

## **RESUMO**

Esta dissertação buscou realizar um estudo a respeito de alguns grupos e atores envolvidos na demolição do Palácio Monroe dando destaque para a atuação do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, considerando o seu Manifesto datado de 1º de dezembro de 1975 e assinado por 162 pessoas, na sua maioria arquitetos e engenheiros, que expuseram o inconformismo com relação à destruição do prédio. Abordamos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em tempos de regime autoritário com o objetivo de contextualizar a atuação do órgão nos debates a respeito da preservação do Palácio. Foram analisados alguns aspectos relacionados à materialidade, imaterialidade e ressonância do Monroe, bem como o seu processo de desmonte ocorrido entre janeiro e agosto de 1976.

### **Palavras-chave:**

Palácio Monroe; Clube de Engenharia do Rio de Janeiro; Manifesto; Políticas de memória e de esquecimento; Ressonância.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to study some groups and actors involved in the demolition of the Monroe Palace, highlighting the Rio de Janeiro Engineering Club, considering its Manifesto dated December 1st, 1975 and signed by 162 people, mostly architects and engineers, who exposed the nonconformity with the destruction of the building. Analysis of the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) in times of authoritarian regime with the purpose of contextualizing the Institute in the debates regarding the preservation of the Palace. Some aspects related to Monroe's materiality, immateriality and resonance were analyzed, as well as its dismantling process between January and August 1976.

### **Keywords:**

Monroe Palace; Rio de Janeiro Engineering Club; Manifest; Policies of memory and forgetfulness; Resonance.

## SUMÁRIO

<b>ABREVIACÕES E SIGLAS</b> .....	p. 06
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	p.07
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p.09
<b>CAPITULO 1 - DE SÍMBOLO A TRAMBOLHO</b> .....	p.23
1.1 A trajetória do Palácio Monroe .....	p.23
1.2 O IPHAN em tempos de regime autoritário .....	p.33
<b>CAPITULO 2 - UMA TENTATIVA DE RESISTÊNCIA: O MANIFESTO PELA PRESERVAÇÃO DO MONROE</b> .....	p.37
2.1 O Clube de Engenharia .....	p.37
2.2 O Clube de Engenharia e o Palácio Monroe .....	p.45
2.3 Do Manifesto contra a demolição do Palácio Monroe .....	p.72
<b>CAPITULO 3 - O PALÁCIO E SUA DEMOLIÇÃO: VALORES EM DISPUTA</b> .....	p.84
3.1. O Palácio Monroe e sua materialidade .....	p.85
3.2. O Palácio Monroe e sua dimensão simbólica .....	p.92
3.3. A demolição .....	p.100
3.4. Palácio Monroe: referência cultural e ressonância .....	p.112
3.5. A imprensa e o Monroe .....	p.117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p.125
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	p.131
<b>ANEXOS</b> .....	p.140

## ABREVIACÕES E SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
BIFF - Brasília International Film Festival  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas  
CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
CSPU/GB - Conselho Superior de Planejamento Urbano do Estado da Guanabara  
DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro  
DPHA - Divisão do Patrimônio Histórico do Estado da Guanabara  
DTE - Divisão Técnica Especializada  
DTE/URB - Divisão Técnica de Urbanismo  
EUA – Estados Unidos da América  
FGV - Fundação Getúlio Vargas  
IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil  
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IRB - Instituto Ricardo Brennand  
JB – Jornal do Brasil  
LILD - Laboratório de Investigação em Living Design  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
PCH - Programa de Cidades Históricas  
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
SPU - Serviço de Patrimônio da União  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Praça fechada”. Vista da Cinelândia e do Teatro Municipal .....	p. 12
Figura 2: Praça Floriano. Palácio Monroe e Teatro Municipal .....	p. 12
Figura 3: construção da Avenida Central .....	p. 25
Figura 4: Pavilhão São Luiz na feira Mundial de Sant Louis .....	p. 28
Figura 5: montagem do Palácio Monroe na Avenida Central .....	p. 29
Figura 6: Pavilhão São Luiz que sediou a III Conferencia Pan-Americana .....	p. 30
Figura 7: fachada da antiga sede do Clube de Engenharia .....	p. 45
Figura 8: nova sede do Clube de Engenharia .....	p. 45
Figura 09: Jockey Club .....	p. 66
Figura 10: Derby Club .....	p. 66
Figura 11: Palácio Monroe .....	p. 66
Figura 12: planta do Palácio Monroe .....	p. 88
Figura 13: área interna do Palácio .....	p. 89
Figura 14: área interna do Palácio .....	p. 89
Figura 15: projeto de adequação de 1923 .....	p. 90
Figura 16: Palácio em 1906 .....	p. 91
Figura 17: Palácio em 1976 .....	p. 91
Figura 18: vitral em homenagem à República .....	p.103
Figura 19: leões sendo retirados .....	p.105
Figura 20: leões sendo transportados para a Fazenda São Geraldo .....	p.105
Figura 21: leões na Fazenda São Geraldo .....	p.105
Figura 22: leões no Instituto Ricardo Brennand .....	p.105
Figura 23: início da demolição .....	p.107
Figura 24: “trabalho artesanal” de desmonte .....	p.107
Figura 25: retirada dos anjos de Bronze .....	p.108
Figura 26: desmonte da Cúpula de Bronze .....	p.108
Figura 27: fruteira pertencente ao acervo do Palácio Monroe .....	p.110
Figura 28: funcionário do Senado prepara mudança para Brasília em 1960 .....	p.112
Figura 29: funcionário do Senado abre caixotes de madeira com os lustres do Palácio Monroe em 2015 .....	p.112
Figura 30: Matéria do Jornal <i>Ultima Hora</i> .....	p.116
Figura 31: Palácio na fase final da demolição.....	p.117



Figura 32: fotomontagem do *O Globo* retirando o Palácio da paisagem ..... p.122

Figura 33: página central do suplemento de 01 de fevereiro de 2015 ..... p.124

## INTRODUÇÃO

No ano de 2001, foram iniciadas as obras de uma garagem subterrânea na Cinelândia, centro da cidade do Rio de Janeiro. Durante as escavações, em abril de 2002, um acontecimento inesperado interrompeu o que seria mais um dia corriqueiro para os operários da obra: foi localizada a pedra fundamental do lançamento do Pavilhão São Luiz, futuro Palácio Monroe, que se encontrava numa caixa metálica que revestia outra caixa de madeira com alças de prata, tendo no seu interior, além da cópia da ata de lançamento assinada pelo presidente Rodrigues Alves, uma medalha comemorativa e seis exemplares de jornais datados de 15 de novembro de 1905: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *A Notícia*, *Correio da Manhã* e *Gazeta de Notícias*<sup>1</sup>.

No dia 11 de abril de 2002 foi publicada no jornal *O Globo* uma nota na coluna do jornalista Anselmo Gois, dando notícia que o então prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, pretendia reconstruir o Palácio Monroe no Passeio Público, próximo à Praça Marechal Floriano<sup>2</sup>. No dia seguinte, é veiculada uma reportagem no mesmo jornal destacando que o prefeito havia encomendado um estudo às secretarias municipais de Urbanismo e de Cultura para “viabilizar o projeto de reconstrução do Palácio”. Em decorrência deste anúncio, os respectivos secretários convocaram um grupo de estudo para elaborar o mencionado projeto que deveria conter o tipo de utilização pública do novo Palácio bem como detalhes do material com o qual ele seria construído, além de propostas para reurbanização da área<sup>3</sup>.

O próprio Cesar Maia se antecipou com algumas opiniões para o uso do futuro imóvel, sugerindo que fosse o “primeiro templo ecumênico do mundo, onde a igreja que quiser poderá programar seu culto ou missa” ou uma sala de exposições. Quanto ao aspecto arquitetônico o “novo Monroe” deveria ser construído com materiais mais leves, para que a estrutura externa, que reproduziria o antigo Palácio, se integrasse melhor com a estrutura interna, que seria mais moderna. Para o Prefeito, internamente, o prédio deveria ter uma área livre, sem divisões.

---

<sup>1</sup> *Jornal do Brasil*, 16 abr. 2002, primeira página e p. 16.

<sup>2</sup> *O Globo*, 11 abr. 2002, p. 18.

<sup>3</sup> *O Globo*, 12 abr. 2002, p. 17.

Animado com a tarefa que lhe foi atribuída, o Secretário de Cultura Ricardo Macieira afirmou que a reconstituição do Palácio seria possível graças ao “método de fotogrametria”<sup>4</sup>, similar ao usado no Cristo Redentor e, por isso, solicitou ao arquivo da Prefeitura um levantamento de fotos. Também fez um apelo à população carioca para que contribuísse com fotografias do Monroe, o que ajudaria na sua reconstituição. A ideia inicial, de acordo com o Secretário, era reproduzir “a volumetria, as características e os adornos” do Palácio utilizando uma estrutura mais leve, pois a reconstrução seria feita no local original por onde passa a Linha 1 do metrô, além do próprio estacionamento subterrâneo, em construção e com inauguração agendada ainda naquele ano<sup>5</sup>.

A partir deste inusitado anúncio da sua possível reconstrução, a polêmica a respeito da demolição do Palácio Monroe, ganhou novo folego. Construção de estilo eclético que representou o Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, nos EUA, em 1904, foi realocado na Avenida Central do Rio de Janeiro, atual Avenida Rio Branco, em 1906. Sediou a III Conferência Pan-Americana, abrigou a Câmara dos Deputados por 8 anos e o Senado Federal por 35 anos. Após a transferência da capital para Brasília, uma representação do Senado, denominada de “Senadinho”, continuou a ocupar o prédio, juntamente com outros órgãos federais. A sua destruição aconteceu durante todo o ano de 1976, em pleno regime militar.

A historiografia a respeito da demolição do Monroe não é uníssona. Existem diversas hipóteses e versões a respeito dos motivos que levaram ao seu apagamento. No âmbito das versões e das especulações, a derrubada do prédio teria sido uma vingança pessoal do Presidente Geisel, preterido na sua promoção ao generalato pelo filho do projetista do imóvel, Rafael de Souza Aguiar. Contudo, segundo Regina da Luz Moreira, não há na biografia destes dois militares indícios consistentes que reforcem esta versão de que se tratava de uma rivalidade na carreira militar<sup>6</sup>.

Sob o aspecto urbanístico, a demolição do Monroe teria sido uma consequência necessária da obra do metrô (estação Cinelândia), pois o traçado da linha 1 previa uma curva que passava exatamente abaixo do prédio histórico. Porém, esta

---

<sup>4</sup> FOTOGRAMETRIA é a tecnologia de obter medidas confiáveis de objetos físicos através de processos de registro, medição e interpretação das fotografias.

<sup>5</sup> O Globo, 12 abr. 2002, p. 17.

<sup>6</sup> MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura. In.: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.) **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

hipótese, por si só, não se sustenta diante do grande esforço que foi realizado pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro para preservar o edifício. O traçado foi ligeiramente modificado passando por fora do Palácio. Foram construídas duas paredes de concreto, tangenciando a fundação do prédio, sem que fosse registrado qualquer dano ao mesmo. O alto custo do projeto – que ficou conhecido como “a curva mais cara” – foi recompensado pelo sucesso no objetivo de não infligir danos nas estruturas do Monroe. Concluídas as obras da curva, a escadaria do Palácio foi remontada e os engenheiros, arquitetos e técnicos envolvidos no empreendimento ficaram orgulhosos de seu feito. A empresa responsável pelas fundações chegou a publicar, em diversos meios de comunicação, a sua vitória perante este importante desafio<sup>7</sup>.

Ainda sob o ponto de vista urbanístico, Regina Luz Moreira apresenta uma interessante hipótese a respeito da demolição, considerando que o local em que se encontrava o Monroe era o espaço que melhor representava a vocação política da cidade:

[...] por se encontrar na extensão final da avenida Rio Branco, a praça Floriano acompanhava de certo modo essa centralidade, dando a qualquer manifestação política aí realizada proporções muito maiores: o engarrafamento provocado, os altofalantes e carros de som, além das próprias passeatas, cujos participantes muitas vezes incentivavam as pessoas que chegavam às janelas a abandonar o trabalho, descer para o asfalto e aderir às manifestações... Cabe lembrar também que a Cinelândia se encontra na extremidade sul da Avenida Rio Branco, eixo de escoamento entre o Centro e a Zona Sul da cidade<sup>8</sup>.

A autora destaca uma entrevista realizada com um arquiteto da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro, Jaime Zettel, em que este fala da determinação do presidente da República de “abrir” o extremo sul da Avenida Rio Branco. Para o entrevistado, a demolição do Monroe não era resultado de rivalidades pessoais ou de questões estéticas e arquitetônicas, mas sim, da definição de uma política de segurança nacional ameaçada pelo “fantasma” da passeata de 1968. A presença do Palácio Monroe, fechando a praça Floriano, facilitava a realização de grandes manifestações. Sem ele, ao contrário, a dispersão seria facilitada:

Uma situação de praça fechada, (...) é uma coisa que aqui no Rio tem muito pouco. Praças fechadas. E ali era uma praça política, o que era de uma importância muito grande. Era uma praça de grandes encontros, das grandes manifestações. E nós fizemos esse desvio todo para não demolir o Monroe. Era a época do Geisel, ele mandou demolir. Para abrir espaço, porque [assim] você vai para a Cinelândia, mas

---

<sup>7</sup> Veja, edição 338, 26 fev. 1975, p. 86.

<sup>8</sup> MOREIRA, Op. cit., 2011, p. 243.

sai; não fica lá. Você vai para uma praça de passagem, porque não oferece a proteção que oferecia quando tinha o Monroe<sup>9</sup>.



Fig. 1: “Praça fechada”. Vista da Cinelândia e do Teatro Municipal (Disponível em <http://www.eliomar.com.br/rio-antigo-2/>. Acesso em: 10 jan. 2018)

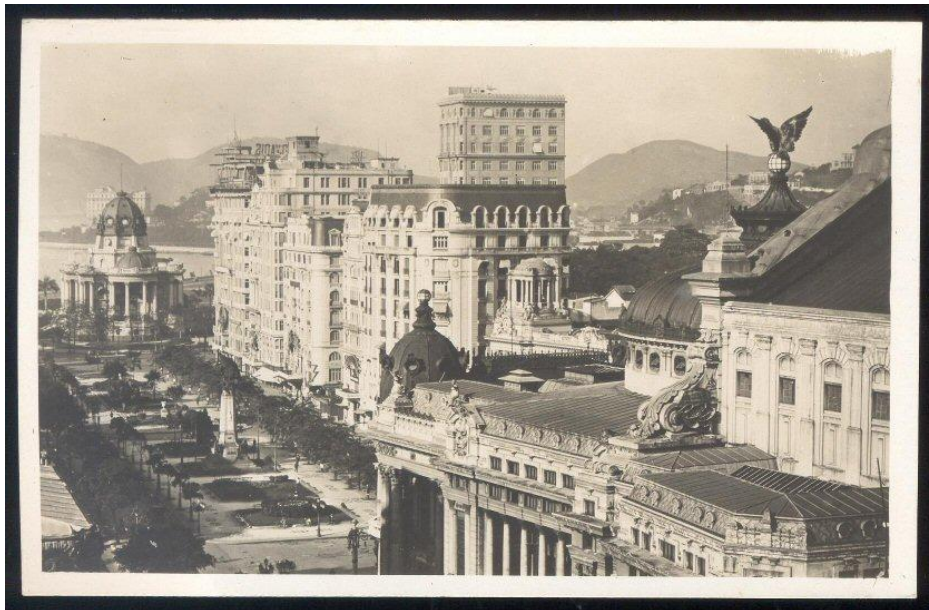


Fig. 2: Praça Floriano. Palácio Monroe e Teatro Municipal (cartão postal, acervo próprio).

Contudo, a hipótese mais aceita e estudada pela historiografia é aquela que atribui a demolição do Monroe à ausência de valor estético e arquitetônico que justificassem a sua preservação. Através da querela entre Paulo Santos e Lúcio Costa no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e amplificada pela imprensa carioca, o ecletismo do Palácio e a sua desconfiguração com

<sup>9</sup> ZETTEL, Jaime apud MOREIRA, Op. cit., 200, p. 245.

relação ao projeto original ao longo dos anos, teriam sido os motivos determinantes para sua destruição.

Em trabalho monográfico de final de curso realizado na graduação em História (PUC-Rio) demos mais ênfase às hipóteses que continham um viés eminentemente político, na esteira de Regina Luz Moreira e de Marieta de Moraes Ferreira<sup>10</sup>. Procuramos demonstrar que a demolição do Palácio Monroe foi resultado de um processo de esvaziamento da capitalidade do Rio de Janeiro no cenário político nacional, conduzido pelo governo militar e iniciado com a fusão do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Nesta linha de raciocínio, apresentamos a hipótese de que a destruição do prédio faria parte de uma política deliberada de esquecimento simbólico promovida pelo Estado autoritário brasileiro com o objetivo não só de construir uma nova identidade para a antiga capital, como também de esvaziar a importância do Poder Legislativo numa época de arbítrio do Poder Executivo.

A noção de memória remete tanto aos mecanismos de acumulação individual de informações quanto aos processos coletivos de compartilhamento de representações sociais. Assim, o uso da memória pode servir como instrumento de afirmação identitária, como um patrimônio formador de uma identidade coletiva<sup>11</sup>. E neste processo formação, vários atores se apresentam como agentes articuladores da memória coletiva se utilizando de diversos instrumentos, tais como comemorações, datas festivas, currículos escolares, monumentos, prédios públicos e a retomada de certas tradições<sup>12</sup>, com o objetivo de atuar no tempo presente de acordo com uma estratégia política estabelecida. Este trabalho de “enquadramento da memória”, expressão utilizada por Michel Pollak<sup>13</sup>, é realizado por profissionais e intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, organizações públicas ou privadas, clubes, órgãos de imprensa e qualquer outra célula de reflexão. Trata-se de um conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, envolvendo não só aquilo que deve ser lembrado e valorizado, como também aquilo que deve ser esquecido. Como ensina Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, “memória e esquecimento, longe de serem pares opostos, são na verdade complementares, pois é

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Marieta M. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In.: ABREU, Alzira Alves de (Org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 163-200.

<sup>11</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>12</sup> HOBBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1997.

<sup>13</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, jun. 1989, p. 10.

no processo de formulação de novas memórias que se observa o constante e necessário esquecimento de outras”<sup>14</sup>. Assim, além dos vazios narrativos nos discursos oficiais, os agentes que executam a política de memória frequentemente se utilizam de alguns instrumentos sem qualquer preocupação de mascarar o esforço de esquecimento. Não é o caso de fazer como se os acontecimentos ou um determinado período não tivessem existido, mas sim usar os instrumentos para “comandar o esquecimento”, retomando a expressão de Paul Ricoeur<sup>15</sup>.

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias que foram relegadas ao esquecimento, segundo Pollak, é o de sua transmissão intacta e despercebida pelo aparelho enquadrador até o dia em que elas se aproveitam de uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação<sup>16</sup>. Foi o que aconteceu no caso do Palácio Monroe. Apagado do mapa durante o regime autoritário, sua memória hibernou por 26 anos aguardando a notícia do descobrimento de uma caixa metálica representativa da pedra fundamental do lançamento do Pavilhão São Luiz, retirada dos entulhos da obra de um estacionamento subterrâneo no mesmo local onde imperou imponente durante 70 anos. A partir deste fato, conjugado com a “ideia desmiolada” do então prefeito da cidade de reconstruí-lo<sup>17</sup>, o Monroe ressurgiu para reivindicar o seu lugar de memória.

Ainda utilizando os ensinamentos de Pollak, embora quase sempre acreditem que “o tempo trabalha a seu favor” e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, conduz à resistência aos excessos praticados pelos discursos oficiais<sup>18</sup>. E, para aqueles que questionaram a sua demolição, o Palácio Monroe pode ser considerado um exemplo dessa resistência e nos ajuda a refletir a respeito da política de memória e do esquecimento, e sobre as diferentes formas e estratégias usadas por grupos para neutralizar, encobrir ou mesmo suportar o passado.

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Maria Letícia M Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Aurora* (PUCSP. Online), v. 10, p. 102-118, 2011, p. 10

<sup>15</sup> MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010, p. 20.

<sup>16</sup> POLLAK, Michael. Op. cit. p. 9.

<sup>17</sup> CASCO, Ana Carmen. Sobre a ideia desmiolada de reconstruir o Palácio Monroe. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 02, n. 022.01, *Vitruvius*, maio 2002.

<sup>18</sup> Ob. cit., p. 9.

Esta dissertação pretende realizar um estudo a respeito de alguns destes grupos e atores envolvidos na demolição do Palácio Monroe. Em 1972, o Clube de Engenharia e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) solicitaram ao Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o tombamento de diversos prédios do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central. Para este processo de tombamento de nº. 860-T-72 foi designado como relator o arquiteto Paulo Ferreira Santos que travou intenso debate com Lucio Costa sobre a inclusão de alguns prédios de estilo eclético no conjunto de bens a serem protegidos, tais como os edifícios do Jockey Club, do Derby Club e o próprio Palácio Monroe.

Ao mesmo tempo em que ocorriam disputas e debates no âmbito do Clube de Engenharia, do IAB e do Conselho Consultivo do IPHAN a respeito dos critérios a serem utilizados no caso concreto do processo de tombamento supra mencionado, o Rio de Janeiro passava por importantes intervenções urbanas, principalmente aquelas relacionadas com a construção do metrô carioca, cuja estação Cinelândia estava situada logo abaixo do Palácio Monroe, sendo que o traçado dos seus trilhos, como já mencionamos, foi modificado para não alterar a estrutura do edifício. Estas intervenções, por óbvio, proporcionaram grande interesse na indústria da construção civil, atenta às novas possibilidades de investimentos e negócios que surgiam.

Por outro lado, no início da década de 1970, o governo militar procurava diminuir a centralidade política do Rio de Janeiro, consubstanciada na sua importância histórica por ter sido uma espécie de cidade-capital da Colônia, do Império e da República. Para atingir esta finalidade, teriam sido utilizadas algumas estratégias visando minimizar o papel da cidade como centro da nacionalidade, tais como a fusão da Guanabara, que pode ser considerada como representativa desta política de redução da influência da antiga capital no cenário nacional e de construção de uma nova identidade política para o novo estado do Rio de Janeiro <sup>19</sup>. Sob este aspecto, a demolição do Palácio Monroe também poderia ser inserida como parte deste projeto, pois o prédio era um importante símbolo da memória do Rio-capital.

É oportuno destacar, ainda, que a polêmica sobre a destruição do Monroe não ficou restrita ao Conselho Consultivo do IPHAN ou às entidades de representação de classe, ganhando repercussão na sociedade através da imprensa.

---

<sup>19</sup> FERREIRA, Marieta M. O arquivo Geisel e os bastidores da fusão. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.



Percebe-se, portanto, a riqueza de abordagens que o caso da demolição do Palácio Monroe oferece ao estudo das políticas de patrimônio e de memória, pois a sua destruição foi objeto de intensos debates e disputas que envolveram diversas instituições públicas e privadas, bem como intelectuais, representantes de classes profissionais e órgãos de imprensa. Porém, ao consultarmos o banco de teses e dissertações da CAPES<sup>20</sup> e do portal Domínio Público<sup>21</sup>, o Google Acadêmico<sup>22</sup>, além do sistema de buscas da Biblioteca Nacional<sup>23</sup>, constatamos que, de 1976, ano de seu desaparecimento, até o início da década de 2000, não foi produzido nenhum trabalho acadêmico a respeito do Monroe. Somente a partir da descoberta “arqueológica” ocorrida em 2001 o Palácio voltou a ser objeto de interesse, principalmente nos quadros acadêmicos da arquitetura.

Uma referência mencionada em quase todos os textos a respeito do Monroe é o livro de Louis de Souza Aguiar, filho do engenheiro e projetista do Palácio: “Palácio Monroe: da Glória ao Opróbrio” (1976)<sup>24</sup>. A obra parece ter sido financiada e impressa diretamente na gráfica pelo próprio autor, pois não contém ficha catalográfica e não indica a editora. Publicado imediatamente no pós-demolição, o livro, de cunho investigativo e em tom de denúncia, coleta documentos, matérias jornalísticas e relaciona fatos que, segundo o autor, apontam para a negligência e o descaso das autoridades e para as pressões feitas por parte do setor privado, que acabaram resultando no apagamento acelerado do Palácio.

O livro é dividido em capítulos não numerados que mesclam textos concisos do próprio Aguiar, com escritos de outros autores como, por exemplo, do arquiteto Alex Nicolaeff: “O Palácio Monroe e a República”. No capítulo denominado “Opiniões valiosas” são relacionados e transcritos diversos documentos relevantes, tais como cartas, ofícios e pareceres de diretores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, do Museu Nacional de Belas Artes e da Casa de Rui Barbosa, além de discursos de parlamentares, abaixo assinados e protestos de entidades. Um importante destaque é dado ao Clube de Engenharia no capítulo “A exaustiva luta do Clube de Engenharia pela preservação do Palácio Monroe”. O autor destinou um longo capítulo exclusivo

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 5 jul. 2017.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>. Acesso em: 5 jul. 2017.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 5 jul. 2017.

<sup>23</sup> Disponível em: [http://acervo.bn.br/sophia\\_web/](http://acervo.bn.br/sophia_web/). Acesso em: 5 jul. 2017.

<sup>24</sup> AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da Glória ao Opróbrio**. Rio de Janeiro: s. e., 1976.

para a cobertura jornalística a respeito do Monroe, com artigos, notícias e notas, principalmente do Jornal *O Globo*, forte entusiasta da demolição. O título capítulo é auto explicativo: “Uma campanha na qual se ignora tudo o que foi aqui transcrito e só teve por objetivo o negativismo desmoralizante, falso e impatriótico”. É importante destacar que a obra não indica nenhuma referencia bibliográfica.

O livro de Louis de Souza Aguiar, apesar de passional e sem rigor científico, foi o primeiro texto que se dedicou em apresentar minuciosamente a trajetória do Palácio Monroe desde a sua primeira montagem nos Estados Unidos. O autor se preocupou em relacionar as fontes que sustentariam a sua hipótese de que a demolição foi fruto da “investida do poder econômico” e do descaso das autoridades do patrimônio. Infelizmente, esta hipótese foi pouco desenvolvida, sendo que o texto sequer possui uma parte conclusiva. Em que pese as suas limitações científicas e metodológicas, a obra de Aguiar apresenta valiosas ilustrações, fotos, plantas e reprodução de documentos e foi considerada nesta dissertação como uma importante fonte documental a respeito do Palácio Monroe.

Ora, se toda sociedade traz as marcas das estruturas sociais que lhe antecederam, a escolha daquilo que deve ou não ser objeto da memória torna-se um tema de grande importância. Não é à toa que o processo de construção tanto da memória quanto do esquecimento social sempre foi marcado por conflitos e disputas entre os atores ou grupos políticos, em busca da hegemonia. Desta forma, o patrimônio cultural edificado também pode ser pensado como um suporte desta memória social, ou seja, um estímulo externo que ajuda a relembrar certos aspectos da memória coletiva<sup>25</sup>. A nossa pesquisa pretende, assim, contribuir com um olhar mais atento para estes grupos que atuaram na definição do destino do antigo Pavilhão São Luiz, dando um destaque maior para o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

No primeiro capítulo desta dissertação abordaremos o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro e como o Palácio Monroe foi inserido no projeto “civilizador” dos primeiros anos da República. Apresentaremos a trajetória do Monroe desde sua estreia na Exposição de Saint Louis, EUA em 1904, até a sua demolição em 1976. Também entendemos pertinente neste capítulo tecer algumas considerações a respeito

---

<sup>25</sup> MESENTIER, Leonardo Marques de. **A renovação preservadora: um estudo sobre a gênese de um modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987**. Dissertação (Mestrado.) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

do IPHAN em tempos de regime autoritário com o objetivo de contextualizar a atuação do órgão nos debates a respeito da preservação ou não do Palácio.

No segundo capítulo, exporemos a trajetória do Clube de Engenharia e suas diversas funções e atribuições ao longo do tempo até a década de 1970, quando o Monroe veio abaixo. Abordaremos a sua importância na configuração do espaço urbano do Rio de Janeiro e como esta instituição atuou em outros casos de demolição ocorridos na cidade. Serão analisados, ainda, os principais argumentos favoráveis e contrários ao tombamento do Palácio expostos tanto no âmbito do IPHAN por Paulo Santos e Lúcio Costa, quanto no próprio Clube de Engenharia que solicitou, juntamente com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o tombamento do prédio. Para esta abordagem, utilizamos como fonte principal o já mencionado processo de tombamento nº 860-T-72, aberto no âmbito do IPHAN e que revela os principais argumentos favoráveis e desfavoráveis à conservação do Monroe. Os pareceres e atas das reuniões do Clube de Engenharia, assim como os artigos escritos nas suas revistas institucionais, complementam a compreensão destes argumentos, principalmente nos aspectos arquitetônico e urbanístico.

Ainda no segundo capítulo, daremos ênfase para a atuação do Clube considerando o seu Manifesto datado de 1º de dezembro de 1975 e assinado por 162 pessoas, na sua maioria arquitetos e engenheiros, que expuseram o inconformismo com relação à demolição do Palácio Monroe. Este Manifesto foi a culminância do esforço realizado pelo Clube de Engenharia, um dos mais ferrenhos defensores públicos do prédio, responsável não somente pelo pedido de seu tombamento, como também pela realização de diversos estudos e pareceres a seu respeito e pelo envio de vários ofícios aos órgãos do governo do então Presidente Geisel, com a finalidade de evitar o seu desaparecimento.

No dicionário Aurélio<sup>26</sup> a palavra “manifesto” significa: “declaração pública ou solene das razões que justificam certos atos ou em que se fundamentam certos direitos; programa político, religioso, estético, etc.” E o verbo “manifestar” tem a seguinte definição: “tornar manifesto, público e notório; divulgar, declarar, manifestar uma opinião”. Como observa Claudia Viscardi:

[...] os manifestos servem como justificativa de uma determinada opinião ou intenção expressas publicamente, assumindo um caráter propositivo. Um manifesto é, pois,

---

<sup>26</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa, p. 486.

uma carta de intenções com justificativas que visem a convencer seus leitores, sem que se explicitem direitos já conquistados<sup>27</sup>.

Por outro lado, o manifesto é um documento que pode ser tomado como um veículo auxiliar de reconstrução do contexto histórico no qual ele foi gerado, pois representa uma estratégia política por meio da qual se busca reafirmar a identidade dos signatários, fundamentando esta estratégia em torno dos atributos relacionados à competência técnica e ao sentido de missão<sup>28</sup>. Trata-se, portanto, de uma preciosa fonte de estudo uma vez que permite acessar as intenções dos grupos que se mobilizaram em torno de uma ideia ou fato. Entendemos que a análise do Manifesto do Clube de Engenharia sob o aspecto da autoria, do perfil geral dos signatários, da forma, da linguagem, das estratégias de retórica e dos mecanismos utilizados para a construção da memória relacionada ao Palácio Monroe, poderá auxiliar na compreensão do contexto e dos atores que participaram da luta pela preservação deste importante prédio público que foi demolido em 1976.

O documento do Manifesto utilizado para esta pesquisa foi aquele publicado por Louis de Souza Aguiar em seu livro, onde também constam as 162 assinaturas (anexo 1). Inicialmente, realizamos um trabalho de identificação dos nomes correspondentes a cada assinatura, pois somente algumas possuíam o nome do signatário por extenso e grande parte delas não eram facilmente legíveis. A partir desta identificação, foi feito um levantamento biográfico com o objetivo de identificar a profissão de cada um dos signatários reconhecidos bem como se exerciam ou não, no momento da assinatura, alguma função associativa, de classe ou acadêmica. Este levantamento foi realizado utilizando o cruzamento das informações obtidas no Processo de Tombamento nº. 860-T-72 do IPHAN, quando Paulo Santos menciona alguns nomes que também assinaram o pedido de tombamento realizado pelo Clube de Engenharia; as respostas dos signatários que foram entrevistados e que conseguiram identificar algumas outras assinaturas; e pesquisa nominal realizada através do sítio eletrônico do *Google*, que nos direcionava para diversas entidades, empresas e universidades com as quais estes signatários tiveram algum vínculo.

---

<sup>27</sup> VISCARDI, Cláudia. **Os Republicanismos no Brasil: uma análise comparativa dos manifestos republicanos a partir da História dos Conceitos (1870-1886)**. Texto apresentado ao Congresso da LASA, Nova Iorque, maio, 2016, p. 3.

<sup>28</sup> XAVIER, Libânia. O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 24.

Como mencionado, realizamos entrevistas com alguns dos signatários do Manifesto, majoritariamente através de correio eletrônico, mas também por telefone (anexo 3). Para estas entrevistas, elaboramos uma série de perguntas básicas com o objetivo principal de obter informações a respeito do perfil profissional do(a) entrevistado(a) à época da assinatura do documento, se possuía algum vínculo associativo além de outras informações relacionadas com a assinatura do documento. Foram estas as perguntas básicas formuladas:

1. Na época da assinatura do Manifesto o/a Senhor(a) era associado(a) do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro ou do Instituto dos Arquitetos do Brasil? Em caso positivo, exercia alguma função ou cargo nestas instituições?
2. Na época da assinatura do Manifesto o/a Senhor(a) era filiado a alguma outra entidade de classe ou era professor(a) em alguma instituição de ensino?
3. Como o/a Senhor(a) tomou conhecimento do manifesto?
4. Quem colheu a sua assinatura?
5. O/A Senhor(a) se lembra de outros nomes que também assinaram o Manifesto?
6. Na época, qual era a expectativa de resultado do Manifesto?
7. Em linhas gerais, qual é a sua opinião a respeito dos motivos que levaram à demolição do Palácio Monroe?

A partir das respostas obtidas realizamos um complemento na identificação dos signatários e expusemos, ainda no segundo capítulo, o resultado da análise do perfil geral da base identificada, tecendo alguns comentários a respeito.

Todo patrimônio material possui uma dimensão imaterial que é o reflexo da atribuição de valor que as pessoas conferem a um determinado bem cultural. Maria Cecília Londres Fonseca ensina que “os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados”<sup>29</sup>. Assim, a noção de patrimônio é ambígua e transita entre o material e o imaterial, reunindo em si estas duas dimensões.

Esta subjetividade ou imaterialidade do patrimônio se relaciona, de certa forma, com a questão da ressonância, com o grau de reconhecimento de um determinado patrimônio cultural junto aos diversos setores da população. Segundo os ensinamentos de José Reginaldo Gonçalves:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. Boletim de Políticas Setoriais**. Brasília: IPEA, n. 02, 2001, p. 112.

<sup>30</sup> GONÇALVES, José. Op. cit. p. 19.

O Palácio Monroe, tanto na sua dimensão material quanto na imaterial, encontrou esta ressonância não somente perante os intelectuais e profissionais da história e da arquitetura como também na população da cidade, que conviveu com o prédio durante grande parte do século XX. Assim, no terceiro e último capítulo desta dissertação analisaremos estes aspectos relacionados à materialidade, imaterialidade e ressonância do Monroe. Como complemento, e por ter pertinência com a abordagem pretendida, investigaremos o processo de desmonte do edifício ocorrido entre janeiro e agosto de 1976 por uma firma demolidora especializada contratada pelo governo federal e que vendeu todo o material da demolição para particulares. Também exporemos, de forma sucinta, algumas questões relacionadas com o papel da imprensa no episódio da demolição do Palácio Monroe.

Em todos os capítulos, utilizamos como fonte diversas matérias, reportagens, editoriais, artigos e cartas de leitores nos jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro no início da década de 1970, principalmente *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, por serem os periódicos mais influentes e lidos neste período. As consultas foram realizadas através do endereço eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e do Acervo Digital do jornal *O Globo*<sup>31</sup>. A utilização da imprensa como fonte de pesquisa histórica permite apreender discursos que, segundo António Nóvoa, “articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente”<sup>32</sup>.

Oswaldo Porto Rocha, utilizando-se da obra de Friedrich Engels como ponto de partida teórico, ensina que a organização do espaço urbano é um mecanismo de controle socioeconômico. Dessa forma, o traçado urbano reflete os interesses e as necessidades de uma determinada classe social dominante: “a disposição dos bairros, a localização de fábricas, lojas e bancos, áreas de lazer, estradas de ferro estariam em função desses interesses e necessidades”<sup>33</sup>. Esta é a lógica das demolições, que

---

<sup>31</sup> O acervo de *O Globo* está digitalizado e disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/>. O acervo do *Jornal do Brasil* e de diversos outros periódicos do Rio de Janeiro foi digitalizado e disponibilizado pela Biblioteca Nacional em <http://hemerotecadigital.bn.br/>

<sup>32</sup> NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). **Educação e em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**, São Paulo: Escrituras, 2002, p, 11.

<sup>33</sup> ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro - 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995, p. 26.

inexoravelmente resulta em traumas e lamentos. A demolição do Palácio Monroe sempre é lembrada como um exemplo de arbítrio e desrespeito ao patrimônio histórico no Brasil. Desde o momento em que foi tomada a decisão de demoli-lo o lamento de sua perda é uma constante, apesar de não ter sido suficiente para preservá-lo. Assim, esperamos que esta dissertação possa jogar alguma luz sobre o tema e colaborar para sua melhor compreensão.

## CAPÍTULO 1 - DE SÍMBOLO A TRAMBOLHO

*O Bonito envelhece, e bem depressa; e eu creio que, daqui a cem anos, os estetas urbanos reclamarão a demolição do Teatro Municipal com o mesmo afã com que os meus contemporâneos reclamaram a do convento.*<sup>34</sup>

### 1.1. A trajetória do Palácio Monroe

O Rio de Janeiro é uma cidade que possui grande relevância no quadro urbanístico brasileiro, pois representa um símbolo da nação, uma cidade-síntese de um país imaginado. O Rio foi o espaço onde o Estado nacional se firmou simbolicamente como centro do poder institucional e como representação da própria nacionalidade que se queria fundar. Mas esta cidade-símbolo, que abrigou a capital da República e antes a capital do Império, foi também o lugar que sofreu as interferências urbanas mais profundas por parte do poder público. Esta dimensão simbólica da cidade pode nos ajudar a entender as diversas destruições realizadas na sua história, pois muitas vezes a demolição foi utilizada como estratégia para refazer os espaços, criando vazios e a possibilidade de novas identidades.

Sede da capitania do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro, grande centro administrativo e comercial desde os tempos coloniais, tornou-se capital do Vice-Reino do Brasil em 1763, centro da Corte portuguesa em 1808 e, finalmente, em 1822, com a independência, capital da nova nação. Durante o Império, algumas ações foram empreendidas buscando a mudança do cenário urbano. Entretanto, os projetos de modernização da cidade surgiram somente no final do século XIX e início do século XX.

No ministério do Visconde do Rio Branco (1871-1875) uma primeira tentativa foi fadada ao insucesso pelo próprio contexto de fragilidade de um Império já em sua fase terminal. Entre 1890 e 1900, a maior cidade brasileira passaria de 522.651 habitantes para 691.565 habitantes (chegaria em 1920 a 1.157.873 habitantes)<sup>35</sup>. Uma segunda tentativa de modernização da cidade foi ensaiada nas duas primeiras administrações civis da República (1894-1902), mas os planos seriam abortados pelos imensos problemas econômicos e políticos com que a recém-criada República teve que

---

<sup>34</sup> BARRETO, Lima. **Cronista do Rio**. RESENDE, Beatriz (Org.). Rio de Janeiro: Autentica, 2017, p. 28.

<sup>35</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo. Companhia das Letras, 2003, p. 72-73.



se confrontar. Somente com o governo Rodrigues Alves e o aporte financeiro inglês, finalmente grandes reformas urbanas tiveram lugar na então capital federal<sup>36</sup>.

No começo do século XX o Rio era uma cidade de ruas estreitas e insalubres, apertada entre os morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição. Sanear, limpar e modernizar a capital era uma das metas do governo do presidente Rodrigues Alves. Assim, entre os anos de 1903 a 1906 a cidade foi palco de duas grandes intervenções urbanísticas: uma realizada pelo governo federal, projetada pelo Ministro de Viação e Obras Públicas Lauro Müller e o engenheiro Francisco Bicalho, que consistia basicamente na modernização do porto; e outra pela prefeitura, sob o comando do prefeito Pereira Passos, fortemente influenciada pela reforma urbana de Paris promovida por Georges-Eugène Haussmann. A reforma urbana realizada por Pereira Passos teve como objetivo principal a reformulação do sistema viário e a abertura da Avenida Central, demonstração espacial de uma nova ordem que tentava se firmar no país, como parte do projeto “civilizador” que se almejava conquistar às custas das demolições de cortiços e habitações populares e das remoções forçadas de moradores das classes trabalhadoras do centro da cidade.

André Gustavo Paulo de Frontin, engenheiro e também presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, foi nomeado chefe da Comissão Construtora da nova Avenida, recebendo o desafio de inaugura-la num prazo máximo de três anos. Esta Comissão era responsável pelas desapropriações, demolições, loteamento e desmonte das laterais dos morros do Castelo e São Bento, cabendo a ela receber e julgar os projetos dos novos edifícios<sup>37</sup>. O concurso de fachadas para a Avenida Central, procedimento pouco conhecido no meio técnico brasileiro visando manter uma uniformidade de pensamento e forma, reuniu 107 candidatos e 134 projetos. A comissão julgadora, além do prefeito, do diretor da Escola Politécnica (engenheiro Saldanha da Gama) e da Escola Nacional de Belas Artes (escultor Rodolfo Bernadelli),

---

<sup>36</sup> [...] A perplexidade e tolerância demonstradas pelas autoridades ante a proliferação das superlotadas habitações coletivas, naquela conjuntura sob todos os aspectos tumultuada, decorria, então da inexistência de alternativas espaciais e habitacionais para a população proletária que se concentrava na área central e em suas imediações. A crise habitacional repunha-se incessantemente, como produto inevitável da ordem capitalista que se instaurava. Até o governo de Rodrigues Alves, no início do século XX, quando o Estado tomou a si a execução de um vasto elenco de reformas urbanas, a política dos poderes públicos com relação à habitação popular no Rio de Janeiro consistiu em reeditar, no essencial, os mesmos paliativos adotados desde os anos 1870.” BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p.182-183.

<sup>37</sup> Engenharia em Revista, numero 2, ano 1992, p. 38.

contava com representantes de diversas áreas e também do Clube de Engenharia, que acabou construindo a sua sede na Avenida, perto da futura Praça Floriano e do Teatro Municipal. O primeiro lugar no concurso coube ao arquiteto Raphael Rebecchi (mesmo projetista do prédio do Clube de Engenharia) e a segunda colocação ficou com Adolpho Morales de los Rios, arquiteto e professor da Escola de Belas Artes<sup>38</sup>.

Quase todos os principais arquitetos, engenheiros e construtores do Rio — e alguns de São Paulo — realizaram projetos para a Avenida<sup>39</sup>. Segundo Fernando Atique, a Avenida Central possibilitou a efetiva introdução de uma forma urbana ainda pouco conhecida no Brasil, baseada em interpretações de formas históricas, dando origem aos “neos”, formadores do que se convencionou chamar de ecletismo. A obra provocou a destruição de todo o casario da época da Colônia e do Império existente nas imediações e, em seguida, sua substituição por prédios da *Belle Époque*, marcados por este ecletismo. Além disso, a construção desta importante via impôs comportamentos para a utilização do espaço público pouco conhecidos da população carioca como, por exemplo, a obrigatoriedade de uso de chapéus, luvas e sapatos para a circulação pelos seus quase 2 quilômetros, sob pena de multa<sup>40</sup>.



Fig. 3: construção da Avenida Central. A cúpula é do prédio do jornal O PAIZ. Ao lado, a obra do edifício do Clube de Engenharia em estado inicial (Arquivo Geral - RJ)

<sup>38</sup> Engenharia em Revista, numero 2, ano 1992, p. 38.

<sup>39</sup> Engenharia em Revista, numero 2, ano 1992, p. 39.

<sup>40</sup> ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (Oficialmente) Rejeitado: a destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In.: **Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH, 2011.

O final da Avenida Central, próximo ao Largo da Mãe do Bispo e do Convento da Ajuda, foi o lugar escolhido por Pereira Passos para a construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, localização já consagrada na tradição artística da cidade pela presença do Teatro Lírico<sup>41</sup>. A construção desta instituição cultural no final da Avenida Central, somando-se aos prédios públicos, também de estilo eclético, da Escola de Belas-Artes, da Biblioteca Nacional, da Câmara Municipal, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio Monroe, que é o objeto do nosso estudo, fez com que aquele espaço adquirisse uma forte significação política e cultural, caracterizando-se como o centro “civilizador” não somente do Rio de Janeiro, como também do Brasil.

O escritor carioca Lima Barreto, olhando para a demolição do Convento da Ajuda, como consequência da construção da Avenida Central, questionava a sua lógica diante da sua carga simbólica na história do país:

Houve grande contentamento nos arraiais dos estetas urbanos por tal fato. Vai-se o mostrengo, diziam eles: e ali naquele canto, tão cheio de bonitos prédios, vão erguer um grande edifício, moderno, para hotel, de dez andares.

Eu sorri de tão santa crença, porque, se o Convento da Ajuda não é tão bonito quanto o Teatro Municipal, tanto um como o outro não são belos. A beleza não se realizou em nenhum dos tais edifícios daquele funil elegante; e se deixo o Teatro Municipal, e olho o Clube Militar, a monstruosa Biblioteca, a Escola de Belas-Artes, penso em mim que são bonitos de fato, mas um bonito de nosso tempo, como o convento foi dos meados do nosso século XVIII (...)

O Convento não tinha beleza alguma, mas era honesto: o tal hotel não terá também beleza alguma e será desonesto, no seu intuito de surrupiar a falta de beleza com as suas proporções mastodônticas (...)

Esse furor demolidor vem dos forasteiros, dos adventícios, que querem um Rio-Paris barato ou mesmo uma Buenos Aires de tostão.<sup>42</sup>

Porém, como já foi exposto, havia uma lógica guiando essa transformação e que não passava necessariamente pelos desejos dos habitantes da cidade. Era a lógica da modernidade e da representação de uma nação recém-criada que almejava ingressar no seleto grupo dos países civilizados. E a construção do Palácio Monroe foi um exemplo emblemático desta aspiração.

Pouco antes do início das obras da Avenida Central, o governo brasileiro foi convidado pelo presidente americano William MacKinley, para fazer parte das comemorações do Centenário da compra da Louisiana, que ocorreriam em 1903, em Saint Louis, Missouri, EUA. Para a efetivação da participação brasileira no evento, com a construção de um pavilhão, foi designado o Coronel Francisco Marcelino de Souza

---

<sup>41</sup> MÁXIMO, João. **Cinelândia: Breve História de um Sonho**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

<sup>42</sup> BARRETO, Lima. **Cronista do Rio**. RESENDE, Beatriz (Org.). Rio de Janeiro: Autentica, 2017, p. 28.

Aguiar, autor de obra similar feita pelo Brasil em 1893 para a Exposição Internacional de Chicago. O parâmetro principal que deveria guiar o projeto de Souza Aguiar era o aproveitamento da estrutura do pavilhão com o objetivo de reconstruí-lo na capital brasileira. Como nos ensina Fernando Atique:

O que estava explícito nessa solicitação era a necessidade de se pensar em uma arquitetura que pudesse ser remontada, associando-se a uma atitude que é típica da sociedade industrial: a transportabilidade dos bens, ou, no linguajar projetual, da criação de uma *arquitetura efêmera* (itálico no original)<sup>43</sup>.

Foram gastos cerca de US\$ 600 mil para participar da exposição. Algo equivalente a US\$ 14 milhões, no câmbio de fins de 2010<sup>44</sup>. O pavilhão montado em Saint Louis ocupou um terreno de 5.500 metros quadrados, ao lado de outras delegações estrangeiras, como Bélgica, Cuba, França, Inglaterra, Itália, Porto Rico e São<sup>45</sup>.

Segundo a descrição de Sergio Fridman:

[...] o pavilhão brasileiro media 41 metros de frente por 31 metros de profundidade (...) A abóboda principal, com um raio de 9 metros, erguia-se cerca de 40 metros quadrados acima do nível do solo. Em linhas gerais, o pavilhão lembrava o estilo renascentista, sem uma ornamentação profusa. As colunas exteriores de ordem coríntia destacavam, em seu terço inferior, as armas da República, florões e anéis realçando a simplicidade dos pedestais. Sobre os frisos de cada coluna foi colocada uma rosácea. Entre as colunas, acompanhando a balaustrada e os remates decorativos dos ângulos salientes, apareciam grandes escudos com os nomes dos estados brasileiros. Sobre as pilastras, ladeando as escadas principais de ambas as fachadas, foram colocados dois leões, simbolizando a força, a solidez e a grandeza da construção. O pavilhão era constituído de dois pavimentos, um mezanino e um porão<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> ATIQUE, Fernando. Op. cit. p. 3.

<sup>44</sup> MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. **Construção Diplomática, Missão Arquitetônica**: os pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). São Paulo: FAUUSP, 2010, p. 59.

<sup>45</sup> AGUIAR. Op. cit., 1976, p. 15.

<sup>46</sup> FRIDMAN, Sergio A. **Palácio Monroe**: da construção à demolição. Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011, p. 10.



Fig. 4: Pavilhão São Luiz na feira Mundial de Sant Louis  
(Brasiliiana Fotográfica – Biblioteca Nacional)

Na exposição, a edificação despertou grande interesse e admiração dos frequentadores e da imprensa americana e acabou por receber a mais importante premiação efetivada pela exposição no aspecto da arquitetura, sendo agraciada com a medalha de Grande Prêmio. Terminada a Feira, em dezembro de 1904, foi iniciada a desmontagem do pavilhão para sua reconstrução na capital federal. E a área da cidade escolhida para recebê-lo foi justamente o final da Avenida Central, compartilhando este nobre espaço com demais os edifícios públicos já mencionados. Restava evidente, assim, a intenção do governo brasileiro, envolvido na remodelação da então capital federal, de aproveitar o prestígio alcançado pelo edifício nos Estados Unidos e consolidar a construção da imagem de “terra saneada” que fazia propagar, sobretudo pelas Américas, com a vacinação compulsória, com a reforma do Porto e com a instauração de novos padrões higiênicos e de comportamento<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> ATIQUÉ, Fernando. Op. cit., p. 5.



Fig. 5: montagem do Palácio Monroe na Avenida Central (Arquivo Geral - RJ)

Como já expusemos, o Brasil almejava entrar no rol das nações civilizadas e progressistas. E o Rio de Janeiro, como capital federal, assumiu o papel simbólico de apresentar o país para o mundo. A capital reformada, iluminada, saneada e modernizada do início do século XX antecipava um futuro que imaginavam que um dia seria seu<sup>48</sup>. Como parte deste projeto, em 23 de julho de 1906, o Brasil sediou a III Conferência Pan-Americana, com a presença de diplomatas e autoridades de diversos países do continente. O representante dos Estados Unidos foi Elihu Root, Secretário de Estado. Essa foi a primeira vez que um Secretário de Estado norte-americano participou de uma Conferência Pan-Americana fora dos Estados Unidos, o que representou uma vitória para o Brasil, principalmente frente aos países da América do Sul<sup>49</sup>. Os discursos proferidos por Elihu Root valorizavam o tema das relações comerciais, principal objetivo de sua viagem ao Brasil. Do lado brasileiro, os discursos dos delegados, ministros, deputados e senadores ressaltavam, principalmente, o apoio de nosso país à

---

<sup>48</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. (orgs.). **O Tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, 3), p. 19.

<sup>49</sup> O pan-americanismo foi idealizado pelos Estados Unidos visando aumentar suas relações comerciais com os demais países americanos. Em tomo desta proposta, organizaram-se as Conferências Pan-Americanas. A primeira em Washington DC (1889 e 1890). Em seguida: no México (1901); no Rio de Janeiro (1906); em Buenos Aires (1910); em Santiago do Chile (1923); em Havana (1928); em Montevidéu (1933); Lima (1938) e Bogotá (1948). Nesta última, aliais, foi criada a Organização dos Estados Americanos - OEA.

política norte-americana<sup>50</sup>. O Pavilhão São Luiz, desmontado nos Estados Unidos e remontado no Brasil, como planejado por Souza Aguiar, foi a sede deste importante evento. O prédio ganhou este nome inicial em referência à cidade de Saint Louis, Missouri, local onde foi montado originalmente. Como previsto, a desmontagem do pavilhão trazido ao Brasil foi facilitada pelo fato de terem sido utilizadas estruturas metálicas. Também foram trazidas a imensa cúpula, as esculturas de leões que guarneciam sua entrada principal, os móveis e algumas peças menores. Foram realizadas algumas mudanças com relação ao projeto original construído nos Estados Unidos, considerando o novo local e a intenção de permanência definitiva. O pavilhão foi reconstruído no final da Avenida Central, uma nova e importante artéria da cidade. Quando a III Conferência Pan-Americana se iniciou, a área foi intensamente transformada, constituindo-se no principal cartão de visitas do país (figura 6). No centro das mudanças estava o Pavilhão São Luiz, um dos primeiros símbolos da renovação político-urbanística do Rio de Janeiro.



Fig. 6. Pavilhão São Luiz que sediou a III Conferencia Pan-Americana (Arquivo Geral - RJ)

<sup>50</sup> DULCI, Tereza Maria S. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, São Paulo, 2008. Disponível em [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/publico/TEREZA\\_MARIA\\_SPYER\\_DUCI.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/publico/TEREZA_MARIA_SPYER_DUCI.pdf). Acesso em 10 mai. 2017.

Durante a Conferência, por proposta do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, atendendo a solicitação de Joaquim Nabuco, embaixador brasileiro em Washington, o Pavilhão foi denominado de Palácio Monroe, homenageando o ex-presidente dos Estados Unidos, James Monroe, autor da chamada *doutrina Monroe*, uma política externa contra o colonialismo europeu no continente americano e que tinha como lema "América para os americanos". Segundo Fernando Atique:

[...] o Palácio, enquanto artefato trazia muito dos dilemas e das opções estéticas, mercantis e políticas disponíveis ao Brasil, naquele momento. Todo edificado em estrutura metálica, algo que remetia diretamente ao mundo norte-americano, ele havia recebido vedações que buscavam referências no universo estético europeu, dentro da clara postura de recuperação dos pressupostos historicistas daquele momento, na arquitetura. Era possível notar através daquele edifício uma triangulação muito importante e vivaz naqueles anos: o Brasil, procurando um “lugar” entre a América e a Europa<sup>51</sup>.

De 1907 a 1914, o Palácio serviu como uma espécie de “salão de festas” oficial da Capital, entre congressos, formaturas e bailes. A política entrou em cena em 1914 quando a Câmara dos Deputados, até então instalada no edifício da Cadeia Velha, mudou-se para o prédio e ali ficou até 1922, sendo obrigada a sair para o edifício da Biblioteca Nacional, pois o Palácio Monroe seria ocupado pela Comissão Executiva da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência de 1922. Em 1923, foram feitas obras que alteraram profundamente o seu interior, para que o edifício abrigasse o Senado, o que ocorreu em 3 de maio de 1925. Em 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, fechando o Legislativo, o Monroe recebeu o Ministério da Justiça, o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Departamento da Ordem Política e Social<sup>52</sup>. Posteriormente, em 1945, foi sede do Tribunal Superior Eleitoral. Voltou a acolher o Senado em 1946, com o fim do Estado Novo e o restabelecimento do regime democrático.

Em 1954, considerando que as instalações do Palácio se tornaram pequenas para atender às necessidades do legislativo, foi lançado edital de concurso de projetos para a construção de um novo prédio nos jardins do Monroe. Porém, com a mudança da capital para Brasília, em 1960, o concurso não teve prosseguimento e o edifício perdeu muito de sua importância, sendo utilizado, em algumas de suas dependências, pelo Estado Maior das Forças Armadas e por uma residual representação do Senado,

---

<sup>51</sup> ATIQUE, Op. cit., 2011, p. 7.

<sup>52</sup> FRIDMAN, Op. cit., 2011, p. 25.



também chamada de “Senadinho”. Em 14 de abril de 1960 foi realizada a última sessão do Senado Federal nas dependências do Palácio Monroe, que ocupou o prédio por 35 anos.

Entre 1960 e 1975, a Cidade do Rio de Janeiro passou por uma experiência político-administrativa singular transformando-se em Estado da Guanabara, situação que permitiu a arrecadação de tributos de origem estadual e municipal e possibilitou diversos investimentos em obras, principalmente obras viárias, tais como os Túneis Santa Bárbara e Rebouças, o Trevo dos Marinheiros, a via expressa do Aterro do Flamengo, a Avenida Radial Oeste, o Elevado e Túnel do Joá e o início da abertura do Túnel Dois Irmãos. Estas intervenções urbanas ocasionaram uma grande expansão da cidade, incorporando áreas até então pouco habitadas como a Zona Oeste e a Baixada de Jacarepaguá. Segundo Angela Penalva Santos:

[...] o privilégio da dupla arrecadação, num contexto de descentralização financeira subjacente à Constituição então vigente, viabilizou o financiamento de um grande montante de investimentos em sua infraestrutura, que resultou numa verdadeira “reforma urbana”, no sentido haussmanniano<sup>53</sup>.

Nesta nova reforma urbana realizada durante o período do Estado da Guanabara nos governos de Carlos Lacerda (1960-65), Negrão de Lima (1966-71) e Chagas Freitas (1971-75), a ideia de demolir o Palácio Monroe já começava a circular. Nem se passou um ano do encerramento das funções do Senado no Palácio, em 10 de Janeiro de 1961, o jornal *O Globo* publicou nota na primeira página, sob o título de TRAMBOLHO, onde exigia a imediata demolição do edifício:

De há muito o Palácio Monroe está condenado a desaparecer. Mesmo antes da mudança da capital o Senado Federal cogitava da construção de uma nova sede, que melhor atendesse aos seus serviços. Pelo estilo, pela localização e pelo traçado deficiente de suas instalações, o Monroe representa um trambolho que nada justifica a enfeitar a cidade. Os técnicos em urbanismo traçaram planos para a demolição do antigo Senado, com a liberação de uma área destinada à ampliação da Praça Floriano e o embelezamento de um dos locais mais atraentes do Rio. É preciso evitar que, a pretexto de utilizar o edifício condenado, se permita nele a instalação de quaisquer serviços, o que viria a se transformar em empecilho, talvez definitivo, à derrubada programada. É o que esperamos do governador Carlos Lacerda, cuja decisão deve ser inflexível no sentido de demolir o Monroe, tão pronto seja o prédio entregue pelo Senado<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **A experiência da metrópole carioca como Estado da Guanabara (1960/75)**. Disponível em [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205237/4101461/quartas\\_angela\\_moulin\\_2006.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205237/4101461/quartas_angela_moulin_2006.pdf). Acesso em 13 set. 2017, p. 2.

<sup>54</sup> O Globo, 10 jan. 1961, p. 1.

Chega a ser impressionante esta trajetória do Palácio Monroe: em apenas 55 anos passou de modelo e símbolo de civilização para um “trambolho” que atrapalhava a cidade. O prédio foi demolido em 1976, após intensos debates a respeito da preservação do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central ocorrido no âmbito do IPHAN e que envolveu não somente os integrantes de seu corpo técnico como Paulo Santos, Lúcio Costa e Lygia Martins Costa, mas também outros atores sociais como o Clube de Engenharia, o Instituto de Arquitetos do Brasil e o Jôquei Clube Brasileiro.

## **1.2. O IPHAN em tempos de regime autoritário**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN<sup>55</sup>, é uma autarquia federal criada pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, com a finalidade de promover, de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Desde sua criação até os dias atuais, o Instituto continua sendo uma referência para os gestores públicos e um dos principais formuladores das estratégias nacionais de operacionalização da política de preservação do patrimônio.

A historiografia oficial a respeito do IPHAN costuma adotar uma periodização vinculada à gestão de alguns dos seus diretores, organizando a trajetória institucional em duas grandes fases: a fase heroica e a fase moderna, que corresponderiam, respectivamente, às gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Sérgio de Magalhães. A fase do diretor Renato Soeiro à frente do órgão, que corresponde ao período entre a aposentadoria de Andrade, em 1967, à entrada de Magalhães, em 1979, é considerada por esta historiografia oficial como uma "segunda fase", ou seja, um período final ou de extensão da fase heroica de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sem muita autonomia ou mudanças:

[...] Dessa forma, quando em 27 de março de 1979 ocorreu, pela segunda vez num período de nada menos que 43 anos, mudança na direção do IPHAN — o arquiteto Renato Soeiro, que ingressara no órgão em 1938, sendo substituído pelo Professor Aloísio Sérgio Magalhães, Coordenador Geral do CNRC — estavam dadas as

---

<sup>55</sup> O IPHAN já foi Serviço, Diretoria e Secretaria, além de, entre 1990 e 1994, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Nesta dissertação, para uniformizar a denominação, utilizaremos sempre IPHAN, salvo nas citações.

precondições para as profundas mudanças que então iriam se processar no âmbito do IPHAN-PCH-CNRC<sup>56</sup>.

São diversas as críticas realizadas a esta periodização, uma vez que homogenizam períodos longos e diversos, apagando mudanças e especificidades do contexto e desconsiderando, como afirma Marcia Sant'Anna, a importância do período de Renato Soeiro para "a modernização do aparelho estatal de preservação do patrimônio"<sup>57</sup>. Além disso, a chamada "fase heroica" mitifica o período de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do IPHAN, enfatizando o aspecto de "dedicação à causa" sem interferências governamentais mesmo quando o país atravessava por momentos de regimes autoritários. Para Marcia Chuva, esta história oficial do órgão insiste em marcar este distanciamento, num esforço anacrônico:

Os anos iniciais da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade foram, ao contrário, um momento de grande investimento na concretização de projetos, por meio da gestão do ministro Gustavo Capanema, quando foram criadas as condições para que o SPHAN se legitimasse e se consolidasse em bases legais. A aprovação do decreto-lei n- 25/1937, vinte dias após o golpe que instalara o Estado Novo, é o primeiro sinal do que viria se dar ao longo dos anos seguintes, até o final da ditadura Vargas<sup>58</sup>.

Tendo em vista o recorte temporal realizado nesta dissertação, entendemos relevante expor algumas breves considerações a respeito do período em que Renato Soeiro dirigiu o IPHAN entre 1967 a 1979, pois o processo de tombamento do conjunto remanescente da Avenida Central foi iniciado em 1972 e a demolição do Palácio Monroe ocorreu em 1976.

Marcia Sant'Anna entende que na gestão de Renato Soeiro foram dados passos definitivos e fundamentais para a modernização do IPHAN com a "viabilização dos meios financeiros e materiais para a deflagração desse processo". Para esta autora, apesar da falta de brilho pessoal de Soeiro, na sua gestão o IPHAN "esteve bastante em evidência e sem o qual, provavelmente o período de Magalhães não teria sido possível"<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em: 11 ago. 2017, p. 26.

<sup>57</sup> SANT'ANNA, Marcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Editora Oiti, 2014, p. 209.

<sup>58</sup> CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 143.

<sup>59</sup> SANT'ANNA, Marcia. Op. Cit., p. 209.

No final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 o chamado “milagre econômico” pautava quase todas as ações do regime autoritário brasileiro. As transformações econômicas e sociais oriundas deste momento acabaram influenciando as prioridades do IPHAN para definição do patrimônio a ser tombado. Os debates no campo do patrimônio abordavam, assim, a tentativa de conciliação entre o desenvolvimento econômico das diversas regiões brasileiras e as políticas públicas levadas a cabo pelo IPHAN.

Além disso, já no período final da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e início da administração de Renato Soeiro, o IPHAN “via-se pressionado pelas crescentes discrepâncias entre as recomendações internacionais de preservação e as premissas do urbanismo moderno”<sup>60</sup>. A Carta de Veneza de 1964 teve repercussão mundial sendo considerada como um dos principais documentos internacionais da área de preservação, estabelecendo que o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado, tornando-se necessário, no âmbito das políticas públicas, considerar a moldura na qual ele está inserido.

As Normas de Quito, resultado da Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico, realizada no Equador pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e publicada em 1967, consolidaram a visão da Carta de Veneza conciliando, ainda, a possibilidade de articular os interesses econômicos com a preservação do patrimônio cultural. O patrimônio cultural deveria ser compreendido, assim, como parte integrante dos recursos econômicos dos países. Renato Soeiro participou, como representante do Brasil, da preparação e da aprovação das Normas de Quito e trouxe seus conceitos e valores para as práticas do IPHAN, iniciando, neste novo contexto, uma política de tombamento voltada para a preservação dos conjuntos e que viria a se constituir em um dos eixos de atuação do IPHAN no período, materializando-se, inclusive, através do Programa de Cidades Históricas (PCH) implementado no início da década de 1970 com o objetivo de recuperação das cidades históricas da região Nordeste do Brasil. Segundo o próprio Renato Soeiro:

[...] a moldura onde se insere, a ambiência que lhe é própria ameaçadas que estavam pelas grandes obras públicas e privadas que no país se realizam: portos modernos se instalam, novas estradas se abrem destruindo vestígios pré-históricos e históricos, complexos industriais se levantam alterando ou repercutindo desfavoravelmente no monumento e no seu entorno, concorrendo para sua descaracterização e mesmo destruição. O aumento das populações nos próprios conjuntos tombados provoca a

---

<sup>60</sup> SANT'ANNA, Marcia. Op. Cit., p. 209.

introdução de novas construções ou alterações nas existentes em proporções prejudiciais aos núcleos originais protegidos<sup>61</sup>.

Porém, este alinhamento com as normas de preservação internacionais se contrapôs com as convicções de diversos integrantes dos quadros técnicos do Instituto, alguns deles representantes máximos da arquitetura moderna brasileira, como Lúcio Costa. Nos termos dos ensinamentos de Marcia Sant'Anna:

[...] as contradições ocorriam especialmente nas grandes cidades, onde o confronto entre rodoviarismo e preservação de monumentos foi bem mais nítido. As transformações urbanas ocorridas a partir do final dos anos 1950 colocaram, portanto, os modernistas-preservacionistas brasileiros em situação de crise de identidade. Autores do discurso do futuro e do passado da nação, começaram a ser questionados pelas populações dos grandes centros urbanos que viam sua antiga qualidade de vida ameaçada pela crescente verticalização e rodoviarização das cidades<sup>62</sup>.

É importante destacar que o processo de tombamento de diversos prédios do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central, incluindo o Palácio Monroe, foi iniciado em 1972, colocando em evidência “o confronto entre os critérios distintos de valoração dentro dos quadros técnicos do SPHAN”, segundo Maria Cecília Londres Fonseca<sup>63</sup>. Porém, no que se refere ao Palácio Monroe, apesar dele estar inserido exatamente nesta nova concepção de preservação dos conjuntos históricos e do seu entorno, Renato Soeiro se pronunciou favoravelmente à sua demolição:

[...]o prédio representa um período e reflete um projeto arquitetônico de época, mas não mereceu ser tombado por estar completamente descaracterizado. Para a cidade (...), o prédio foi perdendo o interesse e a importância histórica na medida em que sua arquitetura foi sendo alterada por obras contínuas<sup>64</sup>.

Este debate a respeito tombamento de imóveis do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central saiu da esfera do IPHAN e tomou impulso fora dos seus quadros, como foi o caso do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, que será objeto do próximo capítulo.

---

<sup>61</sup> SOEIRO, Renato apud SOPHIA, Daniela. As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979). In: GRANATO, Marcus (org.). **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciências Afins, 2015, p.317-338. Disponível em <[http://www.mast.br/hotsite\\_mast\\_30\\_anos/pdf/volume\\_01.pdf](http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf)>. Acesso em 14 set. 2017, p. 323

<sup>62</sup> Op. Cit. p. 212.

<sup>63</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, p. 190.

<sup>64</sup> O Globo, 10 jul. 1974, p. 7.

## **CAPÍTULO 2 - UMA TENTATIVA DE RESISTÊNCIA: O MANIFESTO PELA PRESERVAÇÃO DO MONROE**

A gaveta dos demolidos está enchendo. Tenho medo de que em breve ela fique com menos espaços vazios do que a dos bens tombados<sup>65</sup>.

Ainda são poucos os textos que abordam a destruição do Palácio Monroe em tempos de regime autoritário. Contudo, a obra de referência publicada por Louis de Souza Aguiar no ano em que o edifício foi derrubado destaca a “exaustiva luta do Clube de Engenharia pela preservação do Palácio Monroe”<sup>66</sup> relacionando em suas páginas os diversos pareceres, ofícios e documentos produzidos por esta entidade na tentativa de manter o prédio de pé.

Neste capítulo, pretende-se realizar um estudo a respeito da resistência à demolição do Palácio através da análise do Manifesto capitaneado pela Divisão Técnica de Urbanismo - DTE-URB do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em dezembro de 1975. Serão abordadas questões sobre autoria, forma, linguagem e recepção com o intuito de auxiliar na melhor compreensão do contexto e dos atores que participaram da luta pela preservação deste importante prédio público destruído em 1976. Porém, são necessárias algumas considerações iniciais a respeito do Clube de Engenharia e de como foi a sua atuação perante o IPHAN para a preservação do Monroe.

### **2.1. O Clube de Engenharia**

O Clube de Engenharia é uma associação civil fundada em 24 de dezembro de 1880, com sede no Rio de Janeiro. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 8.253, de 10 de setembro de 1881 sendo considerada uma instituição de utilidade pública pelo Decreto-lei nº 4.310, de 17 de agosto de 1921. Desde a sua criação, o objetivo principal do Clube é agregar engenheiros e técnicos da engenharia em torno dos temas atinentes à categoria, centralizando as discussões e os debates relacionados ao desenvolvimento nacional e promovendo a capacitação técnica do seu quadro associativo. A fundação do

---

<sup>65</sup> Olíbio Coelho em entrevista para o Jornal do Brasil. CABALLERO Mara. **A cidade e sua memória ameaçada. O Tombamento (às vezes) é um tigre de papel.** Jornal do Brasil, Caderno B: Rio de Janeiro, 27.03.1976, p. 1.

<sup>66</sup> AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da Glória ao Opróbrio.** Rio de Janeiro: s. e., 1976. p. 120.

Clube ocorreu sete anos após a criação da Escola Central de Engenharia, posteriormente denominada de Escola Politécnica. Dos 167 sócios fundadores a figura de maior destaque foi o comerciante Conrado Jacob Niemeyer<sup>67</sup>, que exerceu a função de tesoureiro durante 40 anos e cedeu o sobrado de sua loja na rua do Ouvidor nº 6 para abrigar a primeira sede da instituição<sup>68</sup>.

Desde o começo de sua existência institucional, o Clube de Engenharia esteve atendo às necessidades de investimentos em obras de infraestrutura e de saneamento, defendendo a profissão de engenheiro e, principalmente, a proteção do mercado de trabalho nacional destes profissionais. Sua atuação era bastante próxima das autoridades governamentais até porque todas as questões referentes às estradas de ferro, instalações portuárias e execução de obras públicas eram encaminhadas pelo governo para avaliação do Clube, na ausência de órgãos estatais com capacidade técnica para o exercício destas atribuições.

O Rio de Janeiro, embora capital do Império, continuava uma cidade suja, doente, sem saneamento básico e com abastecimento de água insuficiente. As chuvas fortes provocavam inundações que permitiam a navegação em botes em diversos bairros. A população vivia apavorada com doenças e riscos de acidentes. O Clube passou então a intervir efetivamente nas decisões tomadas em relação ao saneamento da cidade e ao desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Em 1881, foi criada uma comissão para auxiliar o sócio Hermillo Alves, diretor das Obras Municipais, no projeto de calçamento em madeira da rua do Ouvidor, a mais aristocrática da cidade e onde ficava a sede do Clube. No mesmo ano, o governo imperial solicitou ao Clube parecer sobre os projetos de engenharia do Barão de Teffé e William Wilnor Robert a respeito do saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas<sup>69</sup>.

Em 1882, o Clube patrocinou o I Congresso de Estradas de Ferro no Brasil que contou com a presença do próprio Imperador Pedro II, que assistiu todas as 13 sessões. Cinco anos depois, o Clube participou da Exposição Internacional dos Caminhos de Ferro em Paris, na qualidade de representante e Comissário-Geral do Brasil. Com o objetivo de estimular o mercado da engenharia e fortalecer a profissão

---

<sup>67</sup> LAMARÃO, Sergio. **Verbete “Clube de Engenharia”**. ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930, Volume 2, Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 1380.

<sup>68</sup> Atualmente o Clube está instalado nos últimos andares do Edifício Edison Passos, na avenida Rio Branco, nº 124, no Rio de Janeiro.

<sup>69</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 423, ano 1981, p. 5.

do engenheiro nacional o então presidente do Clube, Antônio Paulo de Mello Barreto, enviou circular aos presidentes das ferrovias brasileiras, solicitando o encaminhamento de trabalhos e produtos para serem apresentados na exposição com o objetivo de “mostrar atividade e progresso em um ramo de serviço público de tão grande importância, fazendo assim desvanecer preconceitos que se hajam formado contra nós”<sup>70</sup>.

A preocupação com os serviços públicos, especialmente na questão do saneamento, e sempre com o objetivo de participar diretamente dos empreendimentos relacionados, fez surgir dentro do Clube diversas comissões para estudar o assunto. A primeira delas analisou o relatório da Inspetoria Geral de Higiene e recomendava, já em 1887, o saneamento das praias e da Lagoa Rodrigo de Freitas, o desmonte dos morros do Castelo, Santo Antônio e Senado, além do alargamento e abertura de ruas, obras que considerava “indispensáveis e urgentes” para melhorar o abastecimento de água<sup>71</sup>.

Também em 1887, entrou em circulação o primeiro número da *Revista do Clube de Engenharia*<sup>72</sup>, sob a responsabilidade de Pedro Betim Paes Leme, André Gustavo Paulo de Frontin e Manuel Maria de Carvalho. Na primeira edição foi dado destaque para os pareceres elaborados pelo Clube a respeito do saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas e do abastecimento de água do Rio de Janeiro. O objetivo principal da publicação era “levar adiante a palavra dos engenheiros brasileiros”<sup>73</sup> e divulgar os conhecimentos teóricos e técnicos necessários aos investimentos em obras e infraestrutura a serem realizados no país. Até hoje a *Revista* segue esta linha editorial relacionada aos desdobramentos sociais e econômicos do exercício da engenharia.

Através da *Revista*, a instituição passou a se posicionar em relação aos principais acontecimentos da história do país e da cidade do Rio de Janeiro. Em 1888, por exemplo, o Clube se pronunciou a respeito da abolição da escravatura através de editorial: “o 13 de maio significa uma nova fase na vida do Brasil como nação civilizada, abrindo-lhe mais vastos horizontes que em breve conquistará nas asas da

---

<sup>70</sup> Revista do Clube de Engenharia, número 423, ano 1981, p. 6

<sup>71</sup> Revista do Clube de Engenharia, número 423, ano 1981, p. 5.

<sup>72</sup> A edição da Revista do Clube de Engenharia, principal fonte de informações sobre a história da instituição, foi intermitente. Deixou de circular entre 1911 e 1922 período em que as atas das reuniões do clube foram publicadas no Jornal do Comércio. Também não havia regularidade de números por ano, variando de uma a três edições. Em 1991 passou-se a chamar-se *Engenharia em Revista*.

<sup>73</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 423, ano 1981, p. 10



liberdade”<sup>74</sup>. A entidade acolheu, inclusive, renomados abolicionistas, como o engenheiro André Rebouças (1838-1898), que chegou a ser eleito membro do Conselho Diretor.

Em 1900, o Clube promoveu o I Congresso de Engenharia e Indústria onde os principais temas debatidos ligavam-se aos problemas de transporte, ao saneamento do Rio de Janeiro e à situação da indústria nacional, agravada em decorrência da política deflacionista empreendida por Campos Sales. Segundo Sergio Lamarão, foram apresentados trabalhos referentes à ampliação e uniformização da rede ferroviária nacional, à reorganização do *Loyd Brasileiro*, à organização das Companhias das Docas e à realização de obras no porto do Rio de Janeiro, todos posteriormente aprovados pelo governo. Os congressistas trataram igualmente da erradicação de moléstias contagiosas na capital federal, destacando a necessidade da construção de uma rede de esgotos, o calçamento de ruas e a canalização de águas. Defenderam também a abertura da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), com o objetivo de facilitar a ligação do centro comercial do Rio ao Cais do Porto<sup>75</sup>.

Em 1903, foi eleito presidente do Clube de Engenharia o engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin, que se manteria no cargo até sua morte, em 1933. Sob sua liderança, o Clube participou ativamente do processo de reforma urbana do Rio empreendido na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Algumas de suas propostas foram encampadas pelo prefeito, como a construção da Avenida Central, executada pelo próprio Frontin. A sede do Clube foi, inclusive, construída nesta nova e importante artéria da cidade, num terreno nobre e muito próximo do Teatro Municipal e da Praça Floriano. A pedra fundamental do edifício de quatro andares projetado por Raphael Robechi foi lançada em 24 de dezembro de 1904 e a primeira sessão do Conselho Diretor no novo prédio aconteceu em 16 de fevereiro de 1910. Paulo de Frontin também colaborou nas obras relacionadas ao desmonte do Morro do Senado e Francisco Bicalho, na construção do cais do Porto e no prolongamento do canal do Mangue, obras importantes que foram executadas pelo governo federal de Rodrigues Alves<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> Apesar de ter recebido de forma positiva a Abolição, o Clube também externou uma posição mais conservadora no mesmo editorial, quando destacou a boa vontade dos senhores de escravos para com a Lei Áurea, ao mesmo tempo que minimizou a luta dos clubes abolicionistas, considerando que a escravidão desapareceria naturalmente com a progressiva redução da população escrava. LAMARÃO, Sergio. Op. Cit., p. 1380.

<sup>75</sup> LAMARÃO, Sergio. Op. Cit., p. 1380.

<sup>76</sup> Revista do Clube de Engenharia, edição especial, fevereiro de 1981, p. 17

Ainda na gestão do prefeito Pereira Passos, diversos engenheiros associados ao Clube de Engenharia participaram da construção da Avenida Beira-Mar - que permitiu um acesso mais rápido à zona sul da cidade - da abertura do túnel do Leme, da canalização do rio Carioca, da construção do cais Faroux e do jardim da Glória, bem como da instalação da iluminação elétrica no Rio de Janeiro que possibilitou a eletrificação de todo o serviço de bondes<sup>77</sup>.

É relevante destacar, ainda, que o Clube de Engenharia possuía entre seus associados, comerciantes, industriais e proprietários de empresas de construção. Oswaldo Porto Rocha reconhece o Clube de Engenharia como um agente social representativo de uma classe e com grande influência nas questões públicas do início do século XX: “no caso do Rio de Janeiro, o estado-prefeitura está a serviço dos interesses de uma fração social, tendo como agente diretor o Clube de Engenharia. Chega-se ao controle do Estado através do controle do clube”<sup>78</sup>. E a construção da Avenida Central atendeu plenamente aos interesses desta classe que foi beneficiada pela especulação imobiliária e pela melhoria nos meios de comunicação resultado da reforma urbana da administração de Pereira Passos. Ainda segundo Oswaldo Porto Rocha:

[...] a administração Pereira Passos representa o triunfo dos interesses dos setores ligados ao comércio (importação principalmente), aos meios de transporte, e sobretudo aos setores ligados à construção civil. As fotografias da época nos mostram os concorridos leilões dos terrenos desapropriados, leilões que tinham lugar entre as ruínas dos prédios. Era ali, antes mesmo da remoção do entulho, que se fazia a partilha, que se definia a ocupação dos novos terrenos<sup>79</sup>.

Em contrapartida, centenas de construções foram demolidas na sua maioria cortiços, de aluguéis mais baratos, que abrigavam uma população de baixa renda. A gestão de Pereira Passos foi denominada por parte da imprensa da época como a “ditadura do prefeito”. Segundo Jaime Larry Benchimol, logo no início de sua gestão o Conselho Municipal foi suspenso por seis meses para que o prefeito tivesse plena “liberdade de ação para legislar por decretos, dispor discricionariamente do aparelho administrativo e realizar operações de crédito sem a anuência do legislativo

---

<sup>77</sup> Revista do Clube de Engenharia, edição especial, fevereiro de 1981, p. 17

<sup>78</sup> ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro - 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995, p. 51.

<sup>79</sup> Op. Cit., p. 67.

municipal”<sup>80</sup>. Para agilizar as intervenções urbanas na Avenida Central, decretos municipais davam poderes ao prefeito para desapropriar e tomar posse de casas sem procedimento judicial. Fixavam-se avisos nas moradias que seriam derrubadas, concedendo um prazo curto para que seus moradores dali saíssem, muitas vezes com a demolição já em andamento. Durante sua execução, a Reforma Passos comandada por Paulo de Frontin, desalojou pessoas, deslocou estabelecimentos comerciais, removeu escombros e loteou terrenos para instalar sistemas de esgoto, de água, de iluminação e de eletricidade na tentativa de colocar o Rio de Janeiro no rol das capitais civilizadas do mundo moderno.

Sob o ponto de vista urbanístico, a obra de maior vulto que se realizou após a administração Pereira Passos foi o desmonte do Morro do Castelo, iniciada em 1922 por Carlos Sampaio e terminada em 1928 por Antônio Prado. Esta obra permitiu a expansão do centro da Cidade e deu lugar para que se elaborasse, com o aproveitamento da área conquistada ao mar, o primeiro plano de urbanização sistemático do Rio de Janeiro, esboçado pelo arquiteto-urbanista francês Alfredo Agache<sup>81</sup>. Em 1930, uma comissão de técnicos da prefeitura aprovou o plano de remodelação da cidade elaborado por Agache propondo criação de uma outra comissão cujo objetivo principal seria zelar pela aplicação das soluções adotadas, evitando a sua mutilação ou deformação. Chegaram até a propor que deveria “fazer parte da dita Comissão, um serviço de censura arquitetônica, inspirando-se nos melhores exemplos e convenientemente organizado”, ideia que não foi adiante<sup>82</sup>.

Três anos após o golpe de 1930, o Clube de Engenharia teve uma antiga demanda atendida quando o presidente Getúlio Vargas editou o Decreto-Lei nº 23.569/33, regulamentando as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Quanto às questões corporativas envolvendo estas profissões a *Revista* publicou, em 1947, um artigo sobre as divergências entre engenheiros e arquitetos a respeito da

---

<sup>80</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In.: BRENNNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985, p. 606.

<sup>81</sup> O novo plano não era unânime e gerou divergências. Pensado a partir das modificações que eram experimentadas no início da década de 1920, o plano tinha, em primeiro lugar, a tensão do debate modernista. Em segundo lugar, as pressões do Clube de Engenharia, que considerava um absurdo a escolha de engenheiros estrangeiros para a reforma da cidade. RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; OAKIM, Juliana. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. **Acervo**, [S.l.], v. 28, n. 1 jan-jun, p. 19-53, mai. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/589>>. Acesso em: 02 Out. 2017.

<sup>82</sup> Revista do Clube de Engenharia, edição especial, fevereiro de 1981. p. 18.

estética urbana. O texto criticava o preconceito recíproco existente entre os integrantes destas duas categorias profissionais que rotulavam a engenharia como ciência e a arquitetura como arte, ocasionando a separação das atividades. Para os engenheiros esta divisão não acontecia “principalmente hoje em dia, quando se sabe que ambas são profissões técnicas, científicas e artísticas, sendo a arquitetura uma das muitas especialidades da engenharia”<sup>83</sup>.

Em 1941, o engenheiro Edison Passos, então Secretário Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal, foi convidado para falar sobre o "Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro" na "Semana do Engenheiro", organizada pelo Clube de Engenharia e pela Sociedade de Engenheiros da Prefeitura. Passos iniciou a sua apresentação elogiando o Presidente Getúlio Vargas e agradecendo ao regime político inaugurado em 1937 pela próspera situação financeira da Prefeitura o que possibilitaria a realização de um conjunto de obras com previsão de serem executadas nos três anos seguintes, com investimentos em torno de um milhão de contos de réis<sup>84</sup>. Afirmou que a “evolução” urbana do Rio de Janeiro se processou por uma série de fases intensas de remodelação sobretudo no período republicano, momento em que mais se acentuou o desenvolvimento e a radical modificação do aspecto da cidade. Segundo ele, teriam havido três grandes fases de melhoramentos: “a ‘Remodelação Passos’, verificada no período de 1903 a 1906; a ‘Remodelação Carlos Sampaio’, de 1920 a 1922; e a ‘Remodelação atual’, em vias de execução na gestão de Henrique Dodsworth”<sup>85</sup>. Este novo plano de extensão ou remodelação da cidade deveria ser estabelecido procurando resolver especificamente os seguintes problemas urbanos: a) tráfego, incluindo-se o transporte coletivo, a comunicação entre os bairros e o estacionamento; b) saneamento, incluindo-se a drenagem pluvial e a invasão da planície pela contribuição das encostas; c) edificação, incluindo-se o zoneamento, a defesa paisagística e o aproveitamento das belezas naturais. E para a realização do plano, seriam essenciais as seguintes obras e intervenções: o desmonte do morro de Santo Antônio, o prolongamento da avenida do Mangue (Avenida Presidente Vargas) e a conclusão da Esplanada do Castelo. Feitas estas colocações e premissas, Edison Passos

---

<sup>83</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 97, ano 1944, p. 60.

<sup>84</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 73, ano 1941, p. 3.

<sup>85</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 73, ano 1941, p. 7.

expôs os detalhes a respeito da execução de cada uma destas intervenções, tais como estudos preliminares e estimativas orçamentárias<sup>86</sup>.

Com relação à abertura da Avenida Presidente Vargas, Edison Passos afirmava que, sob o ponto de vista urbanístico, ela traria maior “equilíbrio da massa edificada na cidade, levando para a zona que atravessa e dela tributaria, novos conjuntos arquitetônicos e gabaritos de maior altura. Ela será elemento de valorização e pesará favoravelmente na transformação urbana”<sup>87</sup>. Porém, seriam necessárias desapropriações das áreas contíguas e uma série de demolições para que houvesse uma divisão mais racional dos lotes. O projeto previa o autofinanciamento com a venda destes lotes.

Edison Passos veio a ser presidente do Clube de Engenharia no período de 1943 a 1954, ano de seu falecimento. Sua maior realização à frente da instituição foi a construção da nova sede da instituição no mesmo local da anterior, na agora denominada Avenida Rio Branco. A área para abrigar o novo edifício foi ampliada com a incorporação ao terreno do clube do lote nº 12, da Rua Sete de Setembro, que abrigava os prédios nºs 78, 80 e 82 da mesma rua. A ampliação da área só foi possível uma vez que a União Federal doou ao Clube de Engenharia um lote de terreno situado na quadra "E" da Esplanada do Castelo, através do Decreto-Lei nº 6.096/43. Com a venda deste valioso imóvel, foi possível adquirir o restante da área necessária para a construção da nova sede<sup>88</sup>. Para adequar o terreno e as normas de zoneamento ao projeto do edifício, o então Prefeito Henrique Dodsworth editou o Decreto nº 7.947/44 modificando a área coletiva interna da quadra, o que permitiu a ocupação pelo novo prédio, de 25 andares<sup>89</sup>. As instalações do Clube de Engenharia ficaram localizadas nos últimos andares (18 ao 25), sendo os demais alugados comercialmente para terceiros, constituindo a sua principal fonte de receita. A antiga sede, de quatro andares, inaugurada em 1910 na tão prestigiosa Avenida Central e que possuía uma fachada recheada com detalhes em artes, esculturas e balaústres foi demolida para dar lugar a nova construção (figuras 7 e 8). Esta demolição será oportunamente lembrada tanto por Lúcio Costa quanto por Paulo Santos no processo de tombamento iniciado no IPHAN pelo Clube de Engenharia, como veremos no item seguinte.

---

<sup>86</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 73, ano 1941, p. 10

<sup>87</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 73, ano 1941, p. 16.

<sup>88</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 113, ano 1946, p. 5.

<sup>89</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 113, ano 1946, p. 6.



Fig.7: fachada da antiga sede do Clube de Engenharia (Biblioteca Digital Luso-Brasileira). Fig. 8: nova sede do Clube de Engenharia (acervo Clube de Engenharia)

Pelo que foi exposto até agora, percebe-se claramente que o Clube de Engenharia sempre possuiu fortes laços com as autoridades públicas e grande participação no desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro e, em especial, com a Avenida Central, local escolhido para a reconstrução do então Pavilhão São Luiz, futuro Palácio Monroe. Esta intensa relação é refletida, inclusive, em diversas ruas, avenidas e viadutos da cidade que ganharam nomes de ilustres sócios do Clube: Conrado Niemeyer, Paulo de Frontin, Belford Roxo, Carlos Sampaio, Vieira Souto, Francisco Bicalho e Paula Freitas são alguns exemplos.

## **2.2. O Clube de Engenharia e o Palácio Monroe**

Em julho de 1972, o Clube de Engenharia e o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) solicitaram ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o tombamento de diversos prédios do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central. Porém, o debate a respeito deste possível tombamento foi iniciado em momento anterior, no âmbito do Conselho Superior de Planejamento Urbano do Estado da Guanabara (CSPU).

O CSPU foi criado em 1972 pelo governador Chagas Freitas, sendo um órgão normativo e consultivo. Sua função era estabelecer diretrizes e normas de planejamento urbano, além de opinar nos casos especiais e excepcionais de atribuição do governador. Vários decretos foram aprovados durante a existência do Conselho como, por exemplo, o Decreto nº. 5.996/73 que instituiu novas condições para as edificações situadas no centro do Rio de Janeiro e o Decreto nº. 6.168/73 que estabeleceu restrições para novos loteamentos<sup>90</sup>. O CSPU era considerado como um mecanismo administrativo capaz não só de dar unidade, homogeneidade e correto tratamento estético à expansão da cidade e à ocupação racional de seu território, mas igualmente de orientar a administração pública nas questões que envolvessem problemas urbanísticos.

O Conselho era presidido pelo governador, representado nas reuniões pelo então Secretário de Planejamento, Francisco Manoel de Mello Franco, sendo composto por personalidades de notável saber em suas respectivas atividades, também escolhidas pelo governador<sup>91</sup>. O CSPU teve a seguinte composição inicial: Lucio Costa, Maurício Sá Nogueira Batista, Jorge Machado Moreira, Mauro Ribeiro Viegas, Paulo Ferreira Santos, Wladimir Alves de Souza, Haroldo Graça Couto, Roberto Burle Marx, Emilio Ibrahim da Silva, Paulo Henrique da Silva Tupper e José Carlos Lopes da Costa<sup>92</sup>. Em editorial datado de 14/01/72, o *Jornal do Brasil* comemorou com entusiasmo a chegada do novo órgão:

Chegou, afinal, o momento em que o Rio poderá crescer de forma ordenada e meticulosa. O Governo do Estado acaba de criar o Conselho Superior de Planejamento Urbano, destinado a orientar o desenvolvimento da cidade segundo padrões harmoniosos que levem em conta princípios de bem-estar e integração dos habitantes.

Esta medida vinha sendo reclamada há muitos anos. A ocupação dos espaços disponíveis se fez de improviso, na febre da valorização imobiliária que nem sempre respeita valores estéticos. A densa concentração urbana entre o mar e a montanha gerou conflitos e tensões sociais agora difíceis de resolver<sup>93</sup>.

Realmente, a atuação do CSPU no seu primeiro ano de existência parece ter sido intensa. Em 23/07/72 o *Correio da Manhã* noticiou que o Conselho não

---

<sup>90</sup> CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio G.. **O Rio de Janeiro nas Alturas**. Mauad: Rio de Janeiro, 2004.

<sup>91</sup> Atualmente a prefeitura conta com um órgão similar denominado Conselho Municipal de Planejamento Urbano da Cidade do Rio de Janeiro (COPUR Rio). Criado pelo Decreto Rio nº 42.824 de 12 de janeiro de 2017, o Conselho tem como atribuição assessorar a municipalidade na formulação e a implementação da política urbana na Cidade do Rio de Janeiro. Dentre os membros para o biênio 2017/2018 estão: Augusto Ivan Freitas Pinheiro, Paulo Hamilton Casé, João Cândido Niemeyer Soares, Pedro Rodrigo Barbier Rolim e Márcio Menezes Lopes, todos arquitetos.

<sup>92</sup> *Correio da Manhã*, 18.12.72, 1º Caderno, p. 10.

<sup>93</sup> *Jornal do Brasil*, 14.01.72, p. 6.

concordava com a construção de edifícios-garagem no centro da cidade, especialmente o edifício-garagem Menezes Cortes. Para o órgão, o prédio era totalmente contrário aquilo que estava sendo planejado pelo governo da Guanabara, pois o objetivo era desafogar as ruas do centro, já saturadas pelo trânsito, enquanto que a construção de um edifício-garagem só atrairia mais carros para a área. Segundo os membros do Conselho, a construção era “um “absurdo que infelizmente não poderia ser impedido”, uma vez que foi aprovado no governo anterior e a obra já estava em pleno andamento. Porém, para o presidente do CSPU, Francisco Manoel de Mello Franco, o objetivo naquele momento era de evitar novos empreendimentos deste tipo. Mello Franco chega a afirmar: “já foi vetada a construção de oito andares de garagem, em um prédio que será feito no terreno da antiga sede do Jôquei, na Almirante Barroso esquina da Rio Branco”<sup>94</sup>.

O projeto de construção de um centro recreativo e de uma estrada no Pão de Açúcar também foi objeto de preocupação do CSPU. Em matéria do *Correio da Manhã* do dia 27/07/72, o Conselheiro Burle Marx condenou a iniciativa de qualquer modificação no local:

O Pão de Açúcar não é um lugar para se construir um parque como o ‘le Shangai’. Antes disso, deveria se pensar em melhorar locais como o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico, ou complementar a vegetação já existente no Pão de Açúcar com uma outra que pudesse crescer, enriquecendo a que já existe. Fazer uma estrada na Urca e colocar ônibus ou automóvel para andar em cima é um contrassenso, principalmente quando o interesse é apenas auferir lucros. Aliás, se o projeto do Pão de Açúcar tivesse alguma finalidade educativa, poderia ser importante, mas sendo feito de maneira descabida como está acontecendo, onde o único interesse é ganhar dinheiro, é um total absurdo<sup>95</sup>.

Vale destacar, ainda, que no momento da criação do CSPU, no início dos anos 1970, a lógica do Solo Criado começava a surgir como um novo instrumento de regulação pública do uso do espaço urbano<sup>96</sup>. O conceito do Solo Criado ganhou impulso em 1971, em Roma, quando técnicos ligados à Comissão Econômica da Europa na ONU e especialistas em planejamento urbano, habitação e construção firmaram um documento defendendo a necessidade da separação entre o direito de

---

<sup>94</sup> Correio da Manhã, 24.07.72, 1º Caderno, p. 14.

<sup>95</sup> Correio da Manhã, 27.07.72, 1º Caderno, p. 3.

<sup>96</sup> No âmbito do Direito Urbanístico, o Solo Criado pressupõe a dissociação entre o direito de propriedade e o direito de construir. Ou seja, a legislação municipal de zoneamento, uso e ocupação do solo é responsável por determinar como cada área da cidade pode ser ocupada e que tipo de construção pode ser erguida estabelecendo, assim, limites à edificação no solo urbano. Segundo a lógica do Solo Criado o direito de edificar pode sofrer limites estabelecidos pela municipalidade para ocupação de determinada área.



propriedade e o direito de construção, que deveria ser atribuído à coletividade e concedido a particulares somente por concessão ou autorização administrativa<sup>97</sup>. Ou seja, o direito de propriedade e o direito de construção deveriam ser considerados separadamente, sendo que este último passaria à esfera da coletividade, que o concede desde que compatível com o planejamento urbano da cidade. As experiências e os debates em torno do Solo Criado foram marcados pelas divergências entre os agentes econômicos da especulação imobiliária, que rechaçavam as limitações ao direito de propriedade, e os órgãos que defendiam uma organização urbana mais racional e humanizada. As sessões e deliberações do Conselho Superior de Planejamento Urbano do Estado da Guanabara refletiam, de certa forma, estas disputas.

Em abril de 1972, o debate a respeito da preservação do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Central chega ao CSPU pela ameaça da construção de um prédio comercial projetado pelo escritório Pontual Associados Arquitetos Ltda. para o terreno onde se situavam os edifícios do Jockey Club e do Derby Club, ambos de propriedade do Jockey Club Brasileiro. O Conselheiro Paulo Santos apresentou diversas propostas ao plenário no sentido de evitar a construção do arranha-céu e, conseqüentemente, a demolição destes dois edifícios de estilo eclético. Tais propostas envolviam a desapropriação, a permuta por outros imóveis públicos e até o tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Paulo Santos defendia os valores arquitetônico e histórico dos edifícios, ressaltando também sua importância para a paisagem urbana. Segundo Maria Lígia Sanches, o Conselheiro fez questão de destacar que o Jockey Club Brasileiro estaria prestando um desserviço à cidade do Rio de Janeiro “se insistisse em realizar tais demolições para construir um arranha-céu de altura muito mais elevada que a dos demais localizados na Avenida Rio Branco”<sup>98</sup>. Como não houve solução aceita pelo proprietário dos imóveis, passou-se a cogitar do tombamento dos mesmos, que estariam incluídos num conjunto de bens que demarcava o começo da Avenida Rio Branco, tais como o Palácio Monroe, e os edifícios do Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, antigo Derby Clube, Jockey Clube, Teatro Municipal e a Assembleia Legislativa, mesmo que mais afastada. Lúcio Costa, que

---

<sup>97</sup> RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. O solo criado como instrumento da Reforma Urbana. **Revista de Administração Municipal**, v. 39, 1992, p. 36-47.

<sup>98</sup> SANCHES, Maria Lígia Fortes. **Construções de Paulo Ferreira Santos: a fundação de uma historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil**. Tese (Doutorado em História) — PUC, Rio de Janeiro, 2005, p. 364.

também era Conselheiro do CSPU solicitou a inclusão neste conjunto do Clube Naval, alegando que:

[...] se a questão é impedir a construção de um arranha-céu no terreno do atual Jôquei Clube, para não prejudicar o edifício da Escola de Belas Artes, [...] com igual razão dever-se-ia impedir a construção de um arranha-céu no terreno do Clube Naval, para não prejudicar o Teatro Municipal<sup>99</sup>.

As razões utilizadas por Paulo Santos no CSPU para justificar a preservação do Conjunto Arquitetônico da Avenida Rio Branco serviram de fundamento para a abertura do processo de tombamento n.º. 860-T-72 pelo Clube de Engenharia e pelo IAB junto ao IPHAN. Segundo afirmou Paulo Santos, que também foi designado para relatar o processo no IPHAN, ambas as instituições teriam pedido autorização para usar os seus pronunciamentos, o que ele imediatamente teria concordado<sup>100</sup>. O próprio Paulo Santos teria elaborado o cabeçalho que foi encaminhado para as assinaturas dos sócios do Clube de Engenharia e do IAB em prol da preservação do Conjunto Arquitetônico<sup>101</sup>.

A solicitação realizada pelo IAB através do ofício n.º. 138-72 foi bastante singela e sem nenhuma justificativa técnica, legal ou histórica para o tombamento. Já o ofício n.º. 50-P/72 do Clube de Engenharia se preocupou em dar algum fundamento ao pedido. No documento, assinado pelo presidente Hélio de Almeida, é ressaltada a importância da antiga Avenida Central para a remodelação da cidade empreendida pelo prefeito Pereira Passos e coordenada pela Comissão chefiada pelo benemérito associado do Clube, o engenheiro Paulo de Frontin. Foi exposta a preocupação com as constantes demolições dos prédios originais da Avenida, fazendo desaparecer os últimos vestígios desta marcante obra da cidade. O conjunto formado pelo Obelisco inaugural da Avenida, o Palácio Monroe e os edifícios do Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, antigo Derby Clube, Jôquei Clube, Clube Naval, Teatro Municipal e a Assembleia Legislativa eram considerados pelo Clube de Engenharia como sendo um “testemunho vivo dessa remodelação, um conjunto precioso”<sup>102</sup>. Foi trazido também o argumento de que tendência moderna na proteção do patrimônio cultural era a de preservar os conjuntos e não as unidades isoladas, como

---

<sup>99</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72. Vol. 1, p. 36.

<sup>100</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72. Vol. 1, p. 36.

<sup>101</sup> SANCHES, Maria Lígia Fortes. **Op. cit.**, p. 365. Para esta afirmação a autora faz referência ao manuscrito de Paulo Santos disponível em SANTOS, Paulo Ferreira. Rio de Janeiro, jun. 1983. Manuscrito. Acervo do Grupo de Arquitetura e Planejamento - GAP.

<sup>102</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72. Vol. 1, p. 2-3.

atestavam a Carta de Veneza<sup>103</sup> e a Lei Malraux<sup>104</sup>, pois somente assim seria possível “reconstituições mais eloquentes da vida pretérita que, acima de tudo, se pretende testemunhar”<sup>105</sup>. O Clube imputou a ameaça de desaparecimento do conjunto à especulação imobiliária, principalmente às notícias de que o Jockey Clube estaria cogitando em demolir a sua antiga sede e a do Derby Clube, também de sua propriedade, para a construção de uma arranha-céu. O pedido de tombamento é finalizado com a seguinte sugestão:

Daí a proposta do Clube de Engenharia, em apoio a manifestação já feita pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção da Guanabara de inserção no Livro do Tombo Histórico desse Patrimônio, do conjunto em causa, sugerindo, ainda, que seja considerada a viabilidade de o tombamento, no caso dos edifícios do Derby Clube e Jockey Clube, ser seguido de permuta por outros próprios federais, visando com esta medida, não prejudicar a instituição proprietária, com um tombamento que a impedirá de realizar a operação imobiliária que está na sua intenção processar<sup>106</sup>.

Percebe-se, nesta sugestão, um certo incômodo ou reconhecimento de uma contradição por parte do Clube de Engenharia, considerando o exemplo do que aconteceu com a sua própria antiga sede, que possuía uma fachada com detalhes em artes, esculturas, balaústres, e que foi demolida sem qualquer resistência para se construir um arranha-céu que possibilitasse ao Clube alcançar uma independência financeira oriunda da exploração comercial dos seus andares e salas. Porque não permitir isso ao Jockey Clube? A sugestão parece uma tentativa de superar esta contradição através de uma compensação por parte do governo federal que, também por ocasião da demolição e construção da nova sede do Clube de Engenharia, realizou a doação de um lote valioso na Esplanada do Castelo para possibilitar a compra do terreno vizinho no sentido de ampliar a área para que o projeto se tornasse viável, como já apontamos alhures. Lucio Costa, em suas considerações iniciais a respeito do pedido de tombamento, não perdeu a oportunidade de apontar esta contradição: “aliás, o

---

<sup>103</sup> Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos aprovada no Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964.

<sup>104</sup> Lei francesa de agosto de 1962, votada por iniciativa do ministro da Cultura André Malraux, que "dava ao Estado a possibilidade de criar e delimitar os setores salvaguardados nas cidades ou bairros, quando estes apresentarem um caráter histórico, estético ou de outra natureza, que justifique a conservação, a restauração e a valorização do todo ou de parte de um conjunto de imóveis" SANCHES, Maria Lígia Fortes. Op. cit., p. 367.

<sup>105</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 2.

<sup>106</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 3.

próprio Clube de Engenharia foi o primeiro a dar o exemplo demolindo a antiga sede e rompendo violentamente com os gabaritos então vigentes”<sup>107</sup>.

Porém, Paulo Santos, em seus comentários realizados no primeiro parecer do processo de tombamento, apresentava justificativa para esta aparente contradição nos seguintes termos:

**INSTITUTO DE ARQUITETOS E CLUBE DE ENGENHARIA, IRMADOS NUM OBJETIVO COMUM**

Poder-se-á alegar que o Clube de Engenharia, que tão cioso se mostra agora de perpetuar a tradição, não agiu do mesmo modo quando derrubou o seu antigo edifício, projeto de RAFAEL REBECHI e construção de HEITOR DE MELO, para em seu lugar erguer a sua atual sede. Está certo. Foi isto mesmo. Mas nós próprios, críticos e historiadores, tanto os brasileiros como os do plano internacional, só em data relativamente recente começamos a adquirir a compreensão destes problemas resumidamente consubstanciado no presente Parecer. É natural que o mesmo tenha acontecido com o Clube de Engenharia, o qual, longe de ser censurado, deve ser louvado por mostrar-se sensível a esses valores do espírito voltados para as artes, acompanhando a corrente de vanguarda em que eles se inspiram, embora ela germine mais caracterizadamente entre os arquitetos do que entre os engenheiros.

E é mais um mérito da presente proposta de tombamento, em que arquitetos e engenheiros, se irmanam entre si fundindo-se na mesma gama de sentimentos de amor e respeito pela história da cidade através do culto à sua tradição<sup>108</sup>.

Mesmo defendendo a iniciativa do Clube de Engenharia, Paulo Santos aproveita o momento para destacar e valorizar a atividade dos arquitetos em relação aos engenheiros. Antes, segundo ele, o Clube de Engenharia não poderia pensar de outra forma, pois o caráter eminentemente técnico da formação do engenheiro o impedia de abrir o seu espírito para as artes, o que já era bem habitual para o arquiteto. Percebe-se, portanto, que Paulo Santos sutilmente acaba fomentando a antiga disputa entre estas duas categorias profissionais na demarcação de suas atribuições quando destaca que, finalmente, os engenheiros começaram a acompanhar a vanguarda que sempre inspirou os arquitetos. Neste sentido, o pedido tombamento realizado por estas duas importantes instituições representativas de engenheiros e arquitetos deveria ser valorizado. Paulo Santos afirma categoricamente que:

Ainda mais acentuadamente excepcional neste Processo – caso único, creio, na história do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, é o fato de a proposta de tombamento ser feita pelas duas entidades de classe mais prestigiosas e mais habilitadas a fazê-lo: o **Instituto de Arquitetos do Brasil** e o **Clube de Engenharia** (grifos no original)<sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> Processo de tombamento n.º 860-T-72, vol.1, p. 13.

<sup>108</sup> Processo de tombamento n.º 860-T-72. Vol. 1, p. 39.

<sup>109</sup> Processo de tombamento n.º 860-T-72. Vol. 1, p. 21.

Outro aspecto a ser ressaltado neste momento é o fato do IPHAN ser historicamente um *locus* do arquiteto. Segundo Marcia Chuva, durante a consolidação deste órgão público na década de 1930 foram construídos o reconhecimento e a “naturalização da ideia de que seriam os arquitetos os profissionais mais ‘adequados’ ao trabalho de seleção de bens para tombamento”. O arquiteto, com sua formação multifacetada, estaria “a meio caminho entre a técnica, a arte e a história” enquanto que a formação do engenheiro se limitava à técnica<sup>110</sup>. Assim, as palavras de Paulo Santos reforçavam este *locus* e marcavam, de forma clara, o seu lugar de fala.

O pedido de tombamento foi assinado por 105 sócios do Clube de Engenharia e do IAB escolhidos, segundo Paulo Santos, “não da massa desconhecida” mas, “ao contrário, são elas de personalidade qualificada e até ilustres, algumas das quais tão habilitadas como nós, deste Conselho”. Santos chega a afirmar que o só fato do pedido ter sido aprovado pelos respectivos Conselhos Diretores, após detidos exames e estudos,

[...] já seria o suficiente para mostrar que, independentemente da nossa apreciação, o tombamento, para mim já vem feito e julgado, só precisando do nosso endosso e ajuste de um ou outro pormenor que não afetem a inteireza de propósitos que o inspirara<sup>111</sup>.

O processo de tombamento, aberto em julho de 1972, logo recebeu, em 4 de setembro do mesmo ano, a intervenção manuscrita de Lucio Costa, recentemente aposentado do seu posto de diretor do Departamento de Estudos de Tombamento do IPHAN. Em seus “apontamentos para a resposta ao ofício n.º. 50-P/72 do Clube de Engenharia”, este “profeta do nosso modernismo arquitetônico”<sup>112</sup> congratulou-se com o Clube de Engenharia pela “feliz iniciativa” e não perdeu tempo para opinar a respeito do Palácio Monroe logo nas linhas iniciais: “os próprios federais serão naturalmente preservados, com exceção do Monroe que já perdeu toda e qualquer significação e deve ser demolido em benefício do desafogo urbano”<sup>113</sup>. Fez questão, ainda, de afirmar que a Biblioteca Nacional não teria sido projetada por Souza Aguiar (projetista do Monroe) e sim pelo arquiteto francês Hector Pepin. Os prédios pertencentes ao Estado, como o

---

<sup>110</sup> CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 205.

<sup>111</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 21-22.

<sup>112</sup> RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, mar./maio. 2002, p. 15.

<sup>113</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 12.

Teatro Municipal e a Assembleia Legislativa, também não corriam risco segundo o arquiteto. Porém, caberia ao órgão de Patrimônio estadual o seu tombamento<sup>114</sup>. No que se refere aos edifícios particulares pertencentes ao Jóquei Clube, Lúcio Costa entendia que não havia justificativa para a sua preservação<sup>115</sup>.

Silvana Rubino destaca a importância de Lucio Costa dentro do IPHAN, onde tinha uma intensa atuação e influência, elegendo “o que tombar, como cuidar da obra tombada e como explicar e situar a obra tombada, assim como aquela que não merecia tal inscrição<sup>116</sup>. Como ensina Marcia Chuva, a partir do período estadonovista, Lúcio Costa foi o maior paradigma e liderança da vertente modernista da arquitetura brasileira, pois:

[...] criou as possibilidades da institucionalização da arquitetura modernista, com a formulação de um discurso perfeitamente enquadrado nas questões mais presentes daquele momento, até mesmo no que diz respeito à recuperação da tradição passada, sempre de acordo com uma visão moderna de mundo: em vez de imitar ou reproduzir a tradição, atualizá-la no que ela tinha de melhor: a pureza das formas, o lirismo, o equilíbrio etc. <sup>117</sup>.

A mesma autora menciona o depoimento colhido em 1982, onde Judith Martins<sup>118</sup>, secretária do Diretor do Instituto Rodrigo Melo Franco de Andrade, relatou: “quando vinha impugnação [ao tombamento], aí entravam os juristas, que viam a validade disto, daquilo ou daquilo outro. E os arquitetos também”. Judith destacou também a posição ocupada por Lucio Costa do IPHAN: “quando havia qualquer dúvida sobre o tombamento, ou sobre a reparação ou conservação do monumento. Era, então, dado parecer aqui, sempre com o beneplácito de Lucio Costa”<sup>119</sup>. Assim, não é de se estranhar esta intervenção espontânea de um servidor que, apesar de ser um dos maiores

---

<sup>114</sup> Neste período o órgão estadual era a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) posteriormente substituída pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em decorrência da fusão do Estado da Guanabara.

<sup>115</sup> Merece referência o fato de Lucio Costa ter sido contratado pela direção do Jóquei Clube para o projeto do edifício no terreno da Avenida Antônio Carlos, também no centro do Rio de Janeiro. (Sanches, Op. cit., p. 384).

<sup>116</sup> RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, mar./maio. 2002. p. 9.

<sup>117</sup> Op. cit., p. 204.

<sup>118</sup> Judith Martins começou a trabalhar no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em abril de 1936, tornando-se uma das secretárias de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o primeiro dirigente da entidade. Além de secretária de Rodrigo e pesquisadora no próprio IPHAN, Judith Martins tornou-se, em 1962, chefe da Seção de História e do Arquivo, substituindo Carlos Drummond de Andrade, que havia se aposentado. Permaneceu no cargo até 1973, quando se aposentou. Porém, continuou frequentando o IPHAN até 1984, realizando pesquisas no Arquivo Central do órgão. THOMPSON, Analucia (Org). **Entrevistas com Judith Martins**. Série Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

<sup>119</sup> Op. cit., p. 205.

expoentes da arquitetura brasileira, já estava aposentado do órgão. Após esta rápida manifestação de Lúcio Costa, foi dado prosseguimento ao processo com o encaminhamento a então chefe da Seção de Arte do IPHAN, Lygia Martins Costa que, no dia imediatamente seguinte, em 5 de setembro de 1972, apresentou as suas considerações.

Lygia Martins afirmou que o fator que motivou o pedido do Clube de Engenharia, qual seja, a intenção do Jockey Clube em demolir a sua velha sede e o prédio do antigo Derby Clube, também de sua propriedade, com a finalidade de levantar no local um prédio de exploração imobiliária no gabarito permitido para a área naquele momento, já tinha sido objeto de apreciação pelo CSPU. Argumentou que o conceito de “conjuntos” trazido pelo Clube de Engenharia só reforçava o que o IPHAN já vinha aplicando ao longo dos anos. Porém, a lei atribuía ao IPHAN apenas a defesa de obras ou conjuntos de valor histórico ou artístico excepcional dentro do panorama nacional e, como o próprio Clube teria destacado no seu pedido, o conjunto que queria ver tombado era de “importância para o Rio de Janeiro”. Assim, segundo ela, o IPHAN não tinha atribuição para deliberar sobre o assunto. Mesmo que não houvesse este obstáculo, a Chefe da Seção de Arte entendia que os prédios do Jockey e do Derby Club:

[...] embora cada qual tenha as suas qualidades, geminados como são brigam entre si, desvalorizando-se mutuamente; é inconcebível que participando ambos da mesma quadra, não tenha Heitor de Melo, arquiteto de tanta sensibilidade e responsável pelos projetos, levado em conta este fator<sup>120</sup>.

Além disso, Lygia Martins não encontrava justificativas para tornar um conjunto que, na sua opinião, nunca teve unidade e que estava desfigurado. Chega a afirmar: “está mesmo aviltado pelo edifício Apolo 11 que, em substituição a um dos melhores exemplares de arquitetura no gênero, quebrou violentamente com todo o senso de medida na área circunvizinha”<sup>121 122</sup>. Quanto ao Palácio Monroe e o Obelisco, é lacônica: “no contexto dos novos gabaritos perderam escala e reduziram-se a elementos inexpressivos. Todavia, o Obelisco, sendo marco da Avenida Central, deve ser preservado”<sup>123</sup>. Interessante notar que no caso do Obelisco foi utilizada a justificativa de ter sido um marco da Avenida Central que, por sua vez, foi considerada

---

<sup>120</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 15.

<sup>121</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 15.

<sup>122</sup> O Edifício Apolo 11 foi construído no lugar de um prédio projetado por Heitor de Melo que, segundo Paulo Santos, teria sido “o mais apurado de todos os prédios que projetou”. Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 34.

<sup>123</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 16.

por ela como sendo de importância somente para o Rio de Janeiro no sentido de fundamentar a ausência de atribuição do IPHAN para deliberar sobre os edifícios do Jockey e do Derby Club.

Ora, na complexidade que foi o processo de formação da nação e do estado no Brasil a ideia de cidade capital tinha importância, pois deveria servir de modelo para o país, além de fortalecer a construção da imagem de uma nação pronta para ingressar, mesmo que tardiamente, no cenário civilizatório ocidental. A nova função da cidade capital justificou uma série de intervenções públicas ocorridas no final do século XIX e início do século XX com o objetivo de normatizar, reger e disciplinar o espaço para que este representasse os novos ideais almejados. Assim, o Rio de Janeiro passou a ter grande relevância no quadro urbanístico brasileiro, pois representava um símbolo da nação, uma cidade-síntese de um país imaginado. O Rio foi o espaço onde o Estado nacional se firmou simbolicamente como centro do poder e a construção da Avenida Central foi a demonstração espacial de uma nova ordem que tentava se firmar no país como parte deste projeto “civilizador” que se almejava conquistar. A importância simbólica da obra certamente ultrapassava, em muito, os limites da cidade.

Antes do parecer do Conselheiro Paulo Santos, o presidente do Jockey Clube Brasileiro, Francisco Eduardo de Paula Machado, encaminhou um ofício ao Diretor do IPHAN argumentando que seus imóveis não possuíam o atributo previsto no artigo 1º do Decreto-lei nº 25/37, ou seja, que não havia interesse público que justificasse o tombamento, quer pela vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer pelo excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Para o Jockey Club era evidente que seus prédios, “em que pese o trabalho do arquiteto Heitor de Melo”, não mereciam a qualificação de excepcionais<sup>124</sup>.

Pelo o que já foi exposto até o momento, é possível perceber quais seriam os principais atores envolvidos no processo de tombamento do conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central: o Clube de Engenharia, o IAB, o Jockey Clube Brasileiro e o IPHAN, palco dos debates e das divergências entre os seus integrantes, como Paulo Santos e Lúcio Costa, membros do Conselho Consultivo, além de Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Artes.

Em seu parecer inicial, Paulo Santos rebate, item a item, os argumentos apresentados por Lygia Martins contra o tombamento do conjunto. Quanto ao aspecto

---

<sup>124</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 19.



da falta de atribuição aduziu que mesmo após a criação do órgão estadual do Patrimônio, o IPHAN continuou a tombar diversos bens e perguntava: “porque não assumir agora o tombamento de um conjunto de grandes prédios, verdadeiros palácios, na maioria bens federais, de autoria de grandes arquitetos?”<sup>125</sup> Além disso, considerando que o Governo estadual teria assumido publicamente que não tinha condições de arcar com as despesas relativas ao tombamento e preservação da antiga sede do Jockey Clube e do Derby Clube, seja através de desapropriação ou permuta por outro imóvel, o Clube de Engenharia e o IAB fizeram bem em recorrer ao órgão federal, na opinião do Conselheiro.

Quanto a falta de unidade de conjunto, Paulo Santos mencionou Lucio Costa que teria dito numa sessão do Plenário do CSPU, em resposta a uma pergunta sua, que “teria tombado toda a avenida”, referindo-se à Avenida Rio Branco antes do surto da atual nova arquitetura”. E continuou: “ora, se o mestre defendia o tombamento de toda a avenida em sua feição primitiva constituída de edifícios os mais díspares em altura, volume e estilo, estava implícita a defesa também da parte da avenida que se sugere tomar”<sup>126</sup>. Paulo Santos expôs um dos seus argumentos mais importantes para o tombamento do conjunto, ressaltando a escassez de fundamentação por parte de Lygia Martins:

Ela apreciou um e outros a partir de princípios que norteiam a Arquitetura e o Urbanismo modernos, em que a unidade de estilo, volume e forma é consideração básica para a qualidade da obra. Mas o enfoque, igualmente moderno, para a apreciação de obras do passado é diferente, repudiando sejam elas julgadas pela consciência estética dos nossos dias e sim a partir do pressuposto de que cada período da História de Arte tem direito de ter seu próprio estilo e deva ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da carga de cultura de que se nutre e das ideias estéticas por que se expressa. Ora, em princípio do nosso século, predominava o gosto da variedade. A avenida Rio Branco (então avenida Central), era um mostruário de estilos históricos e de marcas individuais em oposição aos princípios por que se norteia a época presente, em que é absolutamente essencial a unidade estilística e a marca individual se apaga em favor da coletiva<sup>127</sup>.

A respeito do estilo eclético de determinados prédios que compunham o pedido de tombamento, incluindo aí o Palácio Monroe, Paulo Santos ressaltou o seu valor artístico, pois representava um período da arquitetura brasileira. Definia o eclétismo como sendo resultado da troca de experiência entre os povos decorrente da Revolução Industrial cujo intercâmbio gerou “formas arquitetônicas decalcadas de

---

<sup>125</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 33.

<sup>126</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 34.

<sup>127</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 35.

épocas pretéritas e inspiradas de cada país para os demais, a que se dava a designação de estilo, quando de fato não passavam de estilizações”<sup>128</sup>. Sobre o ecletismo da Avenida Rio Branco asseverou:

O Ecletismo encontrou, na Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, outrora Avenida Central, suas formas mais aparatosas e desenvoltas, refletindo o tumulto de sentimentos que se entrecrocavam em busca de um rumo. A diversidade estilística dos edifícios objeto da proposta de tombamento, é um atestado vivo, nesse clima tumultuado, do que de melhor procuraram fazer os arquitetos de mais nomeada da época. Nacionais, como o espanhol abasileirado MORALES DE LOS RIOS e HEITOR DE MELO, e estrangeiros, como RENÉ BADRA, arquiteto-chefe da Exposição de 1908, comemorativa da Abertura dos portos e HECTOR PEPIN, cujo nome, posto em evidencia por LUCIO COSTA, só agora começa a aparecer. Numa tal ebulição, não poderia deixar de ocorrer, num futuro próximo, como de fato ocorreu, a explosão (destaques no original) <sup>129</sup>.

A partir deste momento do parecer, Paulo Santos passa a expor seus comentários para cada um dos prédios envolvidos no processo de tombamento. Vamos nos ater ao Palácio Monroe, que é o objeto da nossa investigação. O Conselheiro contrapõe-se ao argumento de Lygia Martins Costa de que no contexto dos novos gabaritos tanto o Monroe quanto o Obelisco “perderam escala e reduziram-se a elementos inexpressivos”. Paulo Santos fez a seguinte indagação, seguida de uma afirmação:

[...] mas, pergunto: para a Escola e Museu de Belas-Artes não haverá perda de escala com a construção do arranha-céu no vizinho terreno do Jôquei Clube? E não se tornará, também um monumento inexpressivo? Não há dois pesos e duas medidas na apreciação? A meu ver, por mais altos que fossem os arranha-céus da Avenida Rio Branco, jamais o pequeno pavilhão transformado em Palácio Monroe, seria perturbado, porque funcionaria qual um monumento de escultura: um chafariz, um monumento, um arco de triunfo, uma porta ou coisa semelhante, para os quais há sempre, uma diferença de escala a considerar: os arranha-céus integrando-se na moldura arquitetônica, e os pequenos monumentos, na massa de verdura da praça circundante <sup>130</sup>.

O Conselheiro ressaltou a importância histórica e estética do Palácio, afirmando que sua arquitetura era representativa de uma época. Reconhecia que houve sucessivas modificações no decorrer do tempo que prejudicaram o aspecto arquitetônico, citando especificamente o fechamento das varandas circulares, que considerava um atributo de leveza e graça. O arquiteto entendia que não tomar o Monroe equivaleria

---

<sup>128</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 38.

<sup>129</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 38.

<sup>130</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 44.

[...] a um sinal verde para fosse substituído por um arranha-céu, que afogaria a Avenida de maneira irrecuperável”. Porém, conclui que o Monroe deveria ser tombado apenas “na sua massa, para que, ou seja repostado na sua forma primitiva - o que não será difícil porque o seu projeto e fotografia foram incluídos no Álbum da Avenida Central -, ou seja demolido para desafogar a Avenida”.

Em momento oportuno faremos algumas observações a respeito destas colocações de Paulo Santos sobre Monroe, pois em parecer complementar apresentado posteriormente por ocasião do julgamento final do processo de tombamento, o Conselheiro teria mudado de opinião diante da manifestação de Lúcio Costa, que também será apresentada mais adiante.

Para Paulo Santos, o valor histórico deste Conjunto Arquitetônico remanescente da Avenida Central se justificava pelo fato de ter sido o testemunho da remodelação da cidade do Rio de Janeiro realizada pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX, sendo que seu valor estético era decorrente do ecletismo, símbolo de uma determinada época e que merecia ser preservado. Na verdade, como destaca Maria Ligia Sanches<sup>131</sup>, o ecletismo constituiu o ponto nevrálgico do embate entre Paulo Santos e Lucio Costa, cujas ideias e teorias continuavam a ter grande significação nas decisões da IPHAN, mesmo quando este último já estava aposentado de suas funções.

Após a 59ª. reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, realizada a 31 de outubro de 1972, onde Paulo Santos apresentou seu longo estudo sobre cada um dos edifícios em pauta e sobre os antecedentes que influenciaram sua construção por ocasião da abertura da Avenida Central e que refletiam o gosto arquitetônico eclético dominante na época, Lucio Costa expos as suas considerações sobre o tema, em novembro de 1972. Em texto nomeado de “Problema Mal Posto”, o ilustre arquiteto apontou várias divergências suas com Paulo Santos e trouxe argumentos contra a ideia de tombarem diversos prédios, dando atenção ao combate da inclusão do Palácio Monroe à lista:

[...] esse conjunto [a ser tombado], para ter sentido (...) deveria de qualquer forma limitar-se apenas ao trecho inicialmente proposto, isto é, dos clubes à biblioteca, porquanto daí para adiante já não tem qualquer significação, e Pereira Passos com sua desenvoltura demolidora teria sido o primeiro a tirar dali o aviltado Pavilhão

---

<sup>131</sup> SANCHES, Maria Ligia F. Construções de Paulo Santos. I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. [online]. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enparq/simposios/138/138-792-1-SP.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2016.

Monroe, cuja presença estorvante já não se justifica. O desafio da área se impõe<sup>132</sup>.

Em resposta ao “Problema Mal Posto”, Paulo Santos anexou ao processo, em fevereiro de 1973, as suas “Observações ao Pronunciamento de Mestre Lucio Costa” como complemento ao parecer anterior.

Em síntese, o impasse estabelecido entre estes dois grandes arquitetos brasileiros girou em torno dos conceitos de ecletismo e de historicismo, que podemos considerar como sendo a afirmação do valor específico de cada período, em função do ponto de vista contemporâneo a cada momento histórico, como ensina Maria Cecília Londres Fonseca<sup>133</sup>. Com sua visão historicista, Paulo Santos reconhecia a relatividade dos juízos de valor em contraposição aos princípios rígidos de valoração arquitetônica, partindo do pressuposto de que cada período da História de Arte tem “direito de ter seu próprio estilo e deve ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da carga de cultura de que se nutre e das ideias estéticas por que se expressa”<sup>134</sup>.

Para Paulo Santos a manifestação do historicismo na arquitetura estava vinculada a um certo momento histórico e ao projeto ideológico de nação, razão pela qual, embora determinados edifícios revelassem matriz estrangeira, eles visavam expressar valores do nacionalismo emergente, uma vez que a arquitetura é sempre um produto da cultura, sendo, portanto, necessário estabelecer a distinção entre historicismo e ecletismo.

Em lado oposto, Lucio Costa considerava o ecletismo na arquitetura como produto do retorno das formas do passado sem significação cultural, entendendo que não se tratava de um período da História da Arte, mas de um hiato, que interrompia a continuidade do processo histórico da arquitetura. Paulo Santos discordava veementemente desta posição, pois não considerava que a história se construísse por saltos, mesmo num caso aparentemente abrupto como esse, da passagem da arquitetura tradicional para a moderna:

Considero essencial admitir a **continuidade do fato histórico** e a **vivência não interrompida**. Em cada época, mesmo nas de aparente decadência, acumulam-se fermentos que explicam a época seguinte. No caso, sendo um **hiato**, um **vazio**, não compreendo como edifícios que o Patrimônio Federal indica para tombamento, como os da Escola de Belas Artes e Teatro Municipal, possam erguer-se num **vazio**. Nem

---

<sup>132</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 95.

<sup>133</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, p. 66.

<sup>134</sup> Processo de tombamento n.º. 860-T-72, vol.1, p. 67.

num **vazio** a obra de um Visconti, ou de um Rodolfo Bernardeli, ou a de um Heitor de Melo ou de um Morales de los Rios. A haver um hiato, os Sertões de Euclides e a parte final da obra de Machado de Assis - embora estejamos aqui no campo da literatura - teriam brotado do nada. Ou deveriam ser riscadas da historia da nossa cultura (grifos no original)<sup>135</sup> .

Porém, o Palácio Monroe foi um dos poucos itens em que ocorreu alguma confluência entre os renomados arquitetos. Paulo Santos, no parecer complementar apresentado antes do julgamento final pelo Conselho, altera a sua opinião, esclarecendo:

Meu parecer não é muito diferente. Não propus tombamento para os edifícios do Clube Naval, Edifício dos Tribunais e Palácio Monroe, e sim tombamento da “massa”. Melhor diria do “prisma envolvente”. Ou melhor: do “limite de gabarito”. O Palácio Monroe, com as mutilações que está agora sofrendo para o Metro, melhor será votá-lo mesmo à demolição, para o desafogo da área como sugere o mestre <sup>136</sup>.

Finalmente, após intensa troca tanto de opiniões quanto de farpas entre estes dois ícones da arquitetura brasileira, a proposta final foi submetida para votação na 60ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, realizada a 07 de fevereiro de 1973:

Com a palavra, a seguir, o Conselheiro Paulo Santos proferiu extenso voto, concluindo no sentido de que o Conselho recomendasse ao IPHAN: a notificação para o tombamento dos edifícios do Jóquei Clube e do Derby Clube; o tombamento direto dos edifícios do Museu Nacional de Belas Artes e o da Biblioteca Nacional; a notificação de altura para não ser excedida a atual, do edifício do Clube Naval; sugestão ao Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara para o tombamento dos edifícios do Teatro Municipal, caso ainda não houvesse sido tombado, e o da Assembleia Legislativa; sugestão para oportuna demolição do edifício do Palácio Monroe; e sugestão de incorporação do prédio do antigo Supremo Tribunal Federal à Biblioteca Nacional<sup>137</sup>.

Apurado os votos dos Conselheiros presentes <sup>138</sup>, restou deliberado pela maioria:

[...] recomendar ao IPHAN o tombamento dos prédios do Museu Nacional de Belas Artes, do Teatro Municipal, da Assembleia Legislativa, da Caixa de Amortização e o da Biblioteca Nacional, sendo que em relação a este último (Biblioteca Nacional), o tombamento não importaria no impedimento de construção anexa necessária aos serviços administrativos daquele órgão, submetido o respectivo projeto ao licenciamento prévio do IPHAN <sup>139</sup>.

---

<sup>135</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 110.

<sup>136</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 111.

<sup>137</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 117.

<sup>138</sup> Estavam presentes na Reunião: Afonso Arinos, Pedro Calmon, Francisco Marques dos Santos, Dalcy Oliveira de Albuquerque, Américo Jacobina Lacombe, Gilberto Ferrez, e Maria Eliza Carrazzoni, sendo que esta última foi a única que votou favoravelmente ao parecer de Paulo Santos.

<sup>139</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 118.

Em relação à possibilidade de tombamento do Palácio Monroe percebe-se, através da exposição que fizemos a respeito do processo de tombamento nº. 860-T-72, que o posicionamento de Paulo Santos foi, de certa forma, contraditório, principalmente se comparado com aqueles relacionados com os edifícios do Jockey Club e do Derby Club e demais imóveis integrantes do conjunto. Foram três propostas diferentes: a) favorável ao tombamento; b) favorável ao tombamento da massa edilícia com intenção de retorno à forma primitiva do edifício, caso contrário, a demolição; c) sugestão de demolição do prédio considerando as mutilações ocasionadas pelas obras do Metrô.

Como vimos, a proposta original apresentada por Paulo Santos no Conselho Superior de Planejamento Urbano do Estado da Guanabara abrangia, sem restrições, o conjunto de bens que demarcava o começo da Avenida Rio Branco, tais como o Palácio Monroe e os edifícios do Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, antigo Derby Club, Jockey Club, Teatro Municipal e a Assembleia Legislativa. O próprio Paulo Santos admitiu que foi dele a iniciativa de incluir o Palácio Monroe no conjunto:

[...] fui eu, como membro do conselho estadual, que teve a iniciativa de sugerir o tombamento do Monroe. A ideia surgiu quando o conselho foi chamado a opinar sobre o projeto de mais de 40 pavimentos, a ser construído no terreno em que se situam os edifícios do Jockey e do Derby Clube, na Avenida Rio Branco <sup>140</sup>.

Já no processo de tombamento no IPHAN, no seu primeiro parecer, Paulo Santos destacou a relevância histórica do Palácio por ter sido o Pavilhão do Brasil na Exposição de 1904 em Saint Louis e sediado a III Conferência Pan-Americana e exaltou a estética do Monroe o comparando a um “arco do triunfo” que valorizaria a própria Avenida mesmo diante dos seus arranha-céus e gabaritos alterados. Paulo Santos se mostrava preocupado com a possibilidade do não tombamento do prédio, pois abriria as portas para a especulação imobiliária possibilitando a substituição do Palácio por um arranha-céu o que ocasionaria, no aspecto urbanístico, um afogamento “irreversível” para a Avenida. Recomendava, então, o tombamento apenas da sua massa para que fosse reposto na sua forma primitiva. Caso não houvesse o tombamento, admitia a demolição do prédio.

Já no seu parecer final que foi votado no Conselho Consultivo do IPHAN, Paulo Santos admitiu que o Palácio Monroe teria sido mutilado em decorrência das obras do Metrô e, deixando de lado os aspectos históricos do edifício, concordou com

---

<sup>140</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.2, p. 159 .

a sua demolição que, segundo ele, desafogaria a área como sugerido pelo “mestre” Lúcio Costa.

Em agosto de 1974 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB encaminhou ao IPHAN um parecer sobre o Palácio Monroe elaborado pela Comissão composta pelos sócios Nelson Freire Lavanére Wanderley, Jonas Correia Filho e Paulo Santos. Em documento denominado “A propósito do Monroe”, Paulo Santos expôs os motivos que o levaram a alterar a sua posição com relação ao prédio:

12 - falou-se especificamente no Palácio Monroe, votando-se contra o tombamento, de acordo com a opinião de Lúcio Costa.

13 - eu próprio, vendo derrotada a ideia de conjunto, passei a admitir que o tombamento individual do Monroe não se justificaria.

14 - o edifício valia menos pelas suas qualidades artísticas intrínsecas – foi sempre minha opinião –, do que como testemunho histórico de acontecimentos memoráveis, já que a sua inauguração fora feita com a presença do Ministro Elihu Root, dos Estados Unidos da América do Norte, em viagem pela América do Sul, que discursou na solenidade, como o fizeram Joaquim Nabuco e Rio Branco. E, além disso, o mesmo edifício já se distinguira na Exposição de São Luís, comemorativa da compra de Louisiana à França; e não passara, aqui no Rio de Janeiro, de uma reconstrução.

15 - não se pode dizer que não tivesse o edifício qualidades artísticas: era leve, gracioso, e obedecia às diretivas do ecletismo que imperava na ocasião. Mas, essas qualidades perderam-se com as reformas a que foi submetido, que o desfiguraram de maneira só recuperável com um dispêndio em desproporção com os resultados que se obteria com o tombamento.

16 - a adaptação, outrora feita, do edifício para abrigar o Senado, foi extensíssima. Sei bem disso, porque as respectivas plantas estiveram na seção técnica da firma profissional de arquitetura e construção (de que fui um dos fundadores há 47 anos), quando se cogitou de nova reforma.

17 - o orçamento para reposição do prédio na sua forma primitiva seria altíssimo e em sã consciência eu não poderia recomendar a reforma, só justificável se se tratasse de um tombamento de conjunto, ou de um edifício de mérito artístico excepcional – e não é o caso.

18 - tenho em alta conta a memória do General Sousa Aguiar, responsável pela elaboração do projeto, como igualmente o foi do projeto para a Biblioteca Nacional, edifício cujo tombamento, como disse acima, proposto por mim, embora impugnado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi afinal sancionado pelo respectivo Conselho Consultivo. Deste último edifício ainda existem, na Biblioteca Nacional, as plantas originais em que foi calcado o projeto definitivo. Tendo sido autor da proposta de tombamento de um edifício com projeto da responsabilidade do General Sousa Aguiar, sinto-me mais a vontade para opinar contra o tombamento de outro dos edifícios realizado com projeto também de sua responsabilidade, o Palácio Monroe <sup>141</sup>.

Estas razões apresentadas por Paulo Santos para justificar a mudança de opinião no caso do Palácio Monroe não se mostram coerentes com sua visão que reconhecia o valor específico de cada período, em função do ponto de vista

---

<sup>141</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.2, p. 159/162.

contemporâneo a cada momento histórico e destoaram, inclusive, da conclusão da própria Comissão do IHGB:

O Palácio Monroe é um edifício de inegável valor histórico e arquitetônico [...] tornou-se uma glória da arquitetura nacional; um dos poucos exemplos em que um edifício, projetado e construído por engenheiro brasileiro, teve repercussão internacional, numa época em que a engenharia e a arquitetura brasileiras ainda não tinham alcançado o alto conceito internacional que hoje desfrutam, Posteriormente, o Palácio Monroe teve a sua arquitetura calamitosamente desfigurada, principalmente pelo acréscimo de um andar na altura na base do seu zimbório e pelo fechamento das colunatas externas com paredes de vidro; assim como o edifício Palácio Monroe foi desfigurado ele poderá ser restaurado. Em consequência, a Comissão designada pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é de parecer, por maioria de votos, que o Palácio Monroe não deve ser demolido e que devem ser envidados esforços para que o edifício seja restaurado de modo a retomar, o mais possível, a sua forma original; assim procedendo, estaremos preservando um notável valor histórico e arquitetônico brasileiro, e estaremos salvaguardando uma obra que, há 70 anos atrás projetou, gloriosamente, o nome do Brasil no estrangeiro <sup>142</sup>.

Como se vê, não estão claros os motivos para a mudança de opinião de Paulo Santos a respeito do Monroe. Desde o começo do debate a respeito do tombamento do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Rio Branco no CSPU, o arquiteto era favorável à preservação do Palácio, pois o considerava um testemunho do ecletismo e da remodelação da Cidade. Percebendo que sairia vencido quanto ao tombamento, propôs a preservação da massa edilícia. No fim, admitindo as dificuldades econômicas para restauração do prédio, foi favorável a sua demolição. Em artigo publicado em 1982, como apresentação ao “Álbum da Avenida Central” de Marc Ferrez, Paulo Santos afirmou novamente que foi dele a proposta de tombamento do Palácio juntamente com os edifícios da Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, Derby Club, Jóquei Club, Teatro Municipal e a Assembleia Estadual quando era Conselheiro do CSPU, por entender que “constituíam um testemunho vivo da remodelação da cidade” <sup>143</sup>. No mesmo artigo, ele lamenta que a proposta não tenha sido aprovada de forma integral pelo IPHAN, incluindo o Monroe no tombamento federal.

Assim, nos resta a dúvida a respeito dos motivos pelos quais Paulo Santos teria alterado sua opinião a respeito do Monroe, abrindo o caminho para a demolição. Talvez, se os debates a respeito da preservação do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Central não tivessem envolvido os prédios do Derby Club e do Jóquei Club, o

---

<sup>142</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.2, p. 157/158.

<sup>143</sup> SANTOS, Paulo Ferreira. *Arquitetura e Urbanismo na Avenida Central*. In.: FERREZ, Marc. **O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906**. São Paulo: João Fortes Engenharia/ Ex-Libris, 1982. p. 41.



Palácio Monroe ainda estaria de pé. A pressão do Jockey Club brasileiro e da indústria da construção civil ávida por construir mais um arranha-céu no centro do Rio de Janeiro podem ter considerado o Monroe como um efeito colateral conveniente, pois colocar o Palácio no mesmo grupo dos prédios ecléticos sem significado arquitetônico ou cultural seria uma forma de disfarçar este ímpeto econômico. Além disso, a dedicação de Lucio Costa - contratado pela direção do Jockey Clube para o projeto do edifício sede da instituição no terreno da Avenida Antônio Carlos, também no centro do Rio de Janeiro<sup>144</sup> - contra a permanência dos mencionados edifícios, em especial o Monroe, que era considerado por ele uma “presença estorvante” e injustificada, pode ter influenciado Paulo Santos no seu parecer final no IPHAN quando acolheu o entendimento do “Mestre Lucio Costa” quanto ao Palácio.

Mais do que saber os reais motivos para a mudança de opinião de Paulo Santos a respeito da preservação do Palácio Monroe como integrante do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Central, revela-se interessante que a sua posição inicial estava mais próxima da ideia do patrimônio como um documento representativo de um período histórico e que possui um valor próprio, pois reflete as escolhas e representações de uma época. Segundo os ensinamentos de Marcia Sant’Anna:

O dispositivo de patrimônio tem servido, desde sua instauração no século XIX, às mais diversas estratégias. O objeto tornado patrimônio, monumento histórico, bem cultural ou bem de cultura, não importa o nome que se dê, está sempre funcionando como elemento de estratégias de poder e de resistência que, conforme o momento histórico, visam a constituir nacionalidades ou identidades nacionais, conferir *status* a determinada produção artística, arquitetônica ou, genericamente, cultural; incentivar ou incitar a utilização de determinado repertório formal na produção arquitetônica ou urbanística; regular a utilização e a ocupação do solo urbano pela limitação à propriedade privada, etc. [...].<sup>145</sup>

Contudo, o que acabou prevalecendo foi o entendimento posterior de Paulo Santos de que o Palácio Monroe deveria ser analisado de forma isolada e com valor intrínseco em função ou não de suas características arquitetônicas, desconsiderando o seu valor histórico em função da sua própria importância em contextos diversos desde sua construção.

As questões levantadas por ocasião do tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco tiveram grande importância para a reavaliação dos critérios de

---

<sup>144</sup> Sanches, Op. cit., p. 384

<sup>145</sup> SANT’ANNA, Marcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Editora Oiti, 2014, p. 33.

valoração dos bens culturais. A disputa conceitual sobre o ecletismo ocorrida entre Paulo Santos e Lucio Costa revela, ao mesmo tempo, suas divergências quanto à política de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, no curso da discussão do tombamento do conjunto da Avenida Rio Branco “ficou evidente o confronto entre os critérios distintos de valoração dentro dos quadros técnicos do SPHAN”<sup>146</sup>. O saldo negativo deste embate foi a demolição dos edifícios do Jockey Club, do Derby Club e do Palácio Monroe (figuras 9, 10 e 11) e como saldo positivo, numa abordagem otimista, restou o aprendizado e a revisão dos critérios de valoração dos bens culturais brasileiros por parte do IPHAN, na “expectativa de que o episódio da perda destes edifícios para a cidade ofereça lições e evitem que espectros de obras irremediavelmente perdidos possam suscitar manifestações tardias de arrependimento”<sup>147</sup>, como ocorreu no caso do conjunto remanescente da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco.



Fig. 09: Jockey Club  
(Arquivo Geral - RJ)



Fig. 10: Derby Club  
(Biblioteca Nacional)



Fig. 11: Palácio Monroe  
(Álbum da Avenida Central)

No que se refere à estrutura do Clube de Engenharia, é importante destacar que, desde a sua fundação, sempre existiram Comissões temáticas para tratar dos mais diversos assuntos de interesse institucional. A partir dos anos 1960 surgiram internamente as Divisões Técnicas Especializadas (DTEs), com a atribuição de realizar estudos técnicos que podem ser encaminhados como propostas ao Conselho Diretor da instituição e, caso aprovadas, tornam-se resoluções a serem apresentadas pela Presidência do Clube às mais variadas esferas do poder público.

<sup>146</sup> Op. cit., p. 190.

<sup>147</sup> SANCHES, Maria Lígia Fortes. **Construções de Paulo Santos**. I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. [online]. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/138/138-792-1-SP.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2017. p. 20.

É através do trabalho das Divisões Técnicas que são realizados os eventos do Clube, como palestras, mesas de debates, painéis, seminários e congressos. Esses eventos podem ser promovidos por uma determinada DTE ou podem ser promovidos em conjunto, de comum acordo. Atualmente existem 19 (dezenove) Divisões Técnicas, cada uma delas com sua Comissão Executiva, composta do Chefe, Subchefe e Secretários. Cada Comissão Executiva é eleita por um período de 2 anos pelos associados inscritos na mesma e se reúne mensalmente para, dentro da sua área de atuação específica, planejar e organizar os eventos ou realizar estudos técnicos. A Divisão Técnica de Urbanismo - DTE-URB, tem o objetivo de promover a discussão de temas relacionados com a utilização do solo urbano e qualidade de vida nos centros urbanos, e no Estado do Rio de Janeiro, em especial. Foi esta DTE-URB que atuou internamente no Clube de Engenharia a respeito da demolição do Monroe.

No período de 1974/1976, a DTE-URB do Clube de Engenharia era chefiada pelo engenheiro e arquiteto Durval Coutinho Lobo. Na sessão de 4 de setembro de 1974 da DTE-URB foram designados o arquiteto José de Oliveira Reis e o arquiteto e urbanista Ferdinando Gomes Lavinas<sup>148</sup> para realizar um estudo sobre o Palácio Monroe, em face do que estava sendo noticiado pela imprensa quanto à sua demolição. Coube ao primeiro o relato histórico e ao segundo, o exame quanto o que poderia ocorrer, no caso de esvaziamento da área onde se localizava o prédio e, ainda, se a não demolição acarretaria dificuldades ao tráfego. Com base nestes dois relatórios, Durval Lobo apresentou seu parecer técnico contra a demolição do Palácio Monroe, que foi devidamente aprovado pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia e encaminhado ao IPHAN<sup>149</sup>.

Durval Coutinho Lobo nasceu em 1910 na cidade de Campos (RJ). Formou-se como engenheiro geógrafo e engenheiro civil e eletricitista pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes e urbanista pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Foi Prefeito de Macaé por um ano, em 1935, ainda recém formado, a convite do interventor Comandante Ari Parreiras. Trabalhou como engenheiro concursado da antiga Prefeitura

---

<sup>148</sup> José de Oliveira Reis foi professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diretor do Departamento de Urbanismo do Rio de Janeiro, onde ingressou por concurso público, administrador Regional de Santa Teresa e coordenador das Administrações Regionais da prefeitura, autor de uma obra sobre o Urbanismo no Rio de Janeiro, ex-Presidente do Comitê Nacional de Urbanismo, ex-chefe da DTE-URB, sendo seu subchefe quando elaborou o estudo. Ferdinando Gomes Lavinas, era técnico do DETRAN/RJ.

<sup>149</sup> Processo de tombamento n.º 860-T-72, vol. 2, páginas não numeradas.

do Distrito Federal e também no Departamento Nacional da Produção Mineral. Também trabalhou para diversas firmas e escritórios de engenharia. Teve intensa participação em órgãos de fiscalização profissional e associações técnicas com destaque para as seguintes: membro vitalício do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, membro dos Conselhos do Instituto de Arquitetos do Brasil e do Sindicato da Indústria da Construção Civil. Foi Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança e Vice-Presidente da Academia Brasileira de Arte. Também atuou como membro do Conselho Fiscal da Eletrobrás e do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia). Professor de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro sendo, inclusive, coordenador do Departamento. Finalmente, foi presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-RJ), eleito em 1975, exercendo o mandato entre 1976 a 1978<sup>150</sup>.

Durval Lobo sempre foi muito atuante dentro do Clube de Engenharia. Além da chefia da DTE-URB e da participação no Conselho Diretor da entidade, chegou a ser Vice-Diretor do Departamento de Atividades Culturais. Elaborou, ainda, os projetos de alteração de alguns andares de sua sede. Em entrevista concedida para a *Revista* considerava o Clube de Engenharia “a casa amiga dos Engenheiros onde convivem Arquitetos e Industriais, todos trabalhando pelo apuro da técnica, com o único objetivo de servir ao Brasil”. Sobre a relação da instituição com as autoridades governamentais ao longo de sua história, destacou que o Clube esteve presente na “vanguarda dos grandes acontecimentos por que passou a Nação. O próprio Governo Federal já se dirigiu ao Clube em ocasiões que desejou obter uma informação segura sobre problemas”. Afirmou ser um homem realizado profissionalmente e vocacionado para a engenharia sempre atuando “em prol do interesse maior da coletividade”. Perguntado a respeito de como teria “enfrentado problemas de difícil solução, ou até mesmo incompreensões, devido à divergência de ideias com relação a diretrizes adotadas”, respondeu que mesmo diante de “obstáculos quase intransponíveis, o tempo e o debate permitem ir em frente”. Considerava normal a divergência e o diálogo natural, mas não suportava “a desconfiança que serve de base a argumentos que nela se apoiam”,

---

<sup>150</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 418, ano 1979, p. 37-38.

ressaltando que “graças a deus, o que proponho, embora, em princípio, com certa relutância, acaba sendo aceito”<sup>151</sup>.

O parecer de Lobo apresentado à DTE-URB do Clube de Engenharia<sup>152</sup> inicia-se com um relato histórico do Monroe destacando a sua importância para afirmação da nação brasileira no cenário internacional, tendo em vista os diversos elogios recebidos por ocasião da construção do Pavilhão nos EUA. Considerava que a reconstrução do prédio numa área nobre da cidade, na avenida que era o principal eixo urbano de então, ao lado de edifícios como a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes e o Teatro Municipal, demonstrava a sua grande importância histórica e arquitetônica. Para Lobo:

[...] destruir esse ‘Palácio’, assim batizado esse imóvel para bem avaliar sua grandeza, é como que amputar um membro a um corpo íntegro, tal se considera esse conjunto de imóveis tão característicos da época em que foram construídos, posicionada a arquitetura em sua máxima expressão, pelos melhores elementos de que se podia dispor<sup>153</sup>

A sua proposta era restaurar o edifício, seguindo o exemplo francês: “em Paris, restauram o que se foi alterando, mutilando, através do tempo pela faina inglória dos depredadores”. Lobo deixa clara a sua indignação com a proposta de eliminar o Palácio Monroe e afirmou que tal fato não poderia ser aceito sem protesto:

[...] admitir-se isso, ainda como argumento, é debochar do sentimento que alicerça o respeito e a gratidão pelo fecundo trabalho dos que nos antecederam. E não é só isso. E também a responsabilidade que temos com o futuro, pois jamais seríamos perdoados se não entregássemos aos jovens de amanhã o que fizeram os jovens de ontem. Somos, e jamais poderemos deixar de ser, guardiães dos valores que recebemos. Se não pudermos entregá-los maiores ainda, é nosso dever entregá-los íntegros. Se nossa geração não pôde produzir melhor, por que destruir o que antes de nós foi feito como valor autêntico de uma época?<sup>154</sup>

No parecer, Durval Lobo fez referência ao fato de que Companhia do Metrô desviou sua linha para não demolir o Palácio e gastou muito dinheiro para não prejudicar as suas estruturas. Aliás, no aspecto urbanístico, o parecerista foi enfático ao afirmar que:

[...] o Monroe não prejudica o tráfego; no terreno que ocupa seria ridículo pensar-se em área verde, diante do aterro do Flamengo, a maior extensão ajardinada da cidade e, ainda, ao lado do Passeio Público; estacionamento, também, impossível, pelo número pequeno de veículos que o usariam; considerá-lo como empachamento da

---

<sup>151</sup> Revista do Clube de Engenharia, número 418, ano 1979, p. 34-38.

<sup>152</sup> Disponível na íntegra em AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da glória ao opróbrio**. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1976. p. 121-136 e também no Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol. 2, sem numeração de páginas

<sup>153</sup> AGUIAR, op. cit., p. 128.

<sup>154</sup> AGUIAR, op. cit., p. 131.

paisagem, é sem nenhuma base tal opinião, porquanto ele faz parte integrante dessa paisagem; falta de pureza arquitetônica, já demonstrado que era o característico da época, e, sendo assim, quantos edifícios ficariam em pé, não digo no Brasil, mas, e, especialmente, na Europa?<sup>155</sup>

Durval Lobo elevou o tom da sua indignação na parte conclusiva do documento, fazendo uma comparação com a Torre Eiffel em Paris cuja demolição chegou a ser aventada no momento em que estava em estado precário. Porém, o resultado dos debates na França foi pela restauração:

Essa Torre não constitui a marca, o logotipo de Paris? E a Torre de Pisa? Porque não demoli-la logo? Ao que parece, é porque não está ela no Brasil. Vou fazer uma sugestão aos bárbaros: há falta de pedreiras na zona sul desta Cidade. A pedra britada está caríssima. Vem de longe. Mas aí está o Pão de Açúcar que é uma pedreira por demais atraente. Por que não transformá-lo em pedra para construção? Srs. Bárbaros, um estudo de viabilidade econômica provaria que, vendida a pedra, arrazado o morro, poderia surgir no local um espigão, que estaria colocado, como hotel, em lugar mais do que adequado. Vamos, bárbaros! mãos à obra!<sup>156</sup>

No final do parecer, Durval lastimou “os comentários afoitos aparecidos nas páginas dos jornais numa fúria vandálica” e afirmou que o caso do “Monroe vai corroendo as consciências dos que as têm, vai minando o respeito dos que o possuem, vai destruindo os compromissos dos que conhecem seus deveres”, ressaltando que não foi trazido em momento algum pelos seus algozes argumentos técnicos suficientes para a demolição do prédio, que deveria ser restaurado por ser um “imperativo da inteligência brasileira”<sup>157</sup>.

O estudo produzido dentro da DTE-URB foi enviado ao Presidente da República Ernesto Geisel<sup>158</sup> e teve alguma repercussão na imprensa. O *Jornal do Brasil* veiculou uma matéria sob o título “Clube de Engenharia nega fundamento a toda tese para a demolição do Monroe” na qual estavam presentes as principais conclusões de Durval Lobo<sup>159</sup> que também foram objeto de uma nota no *Jornal do Commercio*<sup>160</sup>. O *Estado de São Paulo* citou o documento na matéria “No Rio, apelo para proteger o Monroe”<sup>161</sup>

Em maio de 1975, o Presidente de Clube de Engenharia encaminhou ofício ao Presidente do IHGB com os resultados dos estudos realizados por Durval Lobo sobre

---

<sup>155</sup> Op. cit., p. 132.

<sup>156</sup> Op. cit., p. 132.

<sup>157</sup> AGUIAR, op. cit., p. 135.

<sup>158</sup> Ofício 384P/74.75 de 15 de maio de 1975. AGUIAR, op. cit., p. 191.

<sup>159</sup> *Jornal do Brasil*, 17 jan. 1975.

<sup>160</sup> *Jornal do Commercio*, 15 mar. 1975.

<sup>161</sup> *Estado de São Paulo*, 18 mai. 1975.

o "momentoso problema ligado à manutenção ou demolição do antigo Palácio Monroe"<sup>162</sup>. Pelo referido ofício, é solicitada a atenção do Presidente do IHGB para a Resolução aprovada em 20 de fevereiro de 1975, pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia, no sentido da preservação do Palácio Monroe. Finalizando o documento, o Presidente do Clube declarou que a Resolução aprovada "revela exaustivamente as razões que levam esta Entidade àquela decisão de votar pela não demolição e sim pela restauração daquele imóvel"<sup>163</sup>. A opinião do Clube de Engenharia, com base no parecer de Durval Lobo, foi aprovada pela Comissão do IHGB designada para se manifestar sobre a questão do Palácio Monroe, a qual apresentou o seu relatório em agosto de 1975, com a seguinte parte conclusiva:

Em consequência, a Comissão designada pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico é de parecer, por maioria dos votos, que o Palácio Monroe não deve ser demolido e que devem ser envidados esforços para que o edifício seja restaurado de modo a retomar, o mais possível sua forma original; assim procedendo, estaremos preservando um notável valor histórico e arquitetônico brasileiro e estaremos salvaguardando uma obra, que há setenta anos projetou, gloriosamente, o nome do Brasil no estrangeiro<sup>164</sup>.

O Presidente da Comissão no IHGB, Nelson Freire Lavanère Wanderley, chegou a apresentar a sua própria opinião sobre o tema propondo:

[...] que o Palácio Monroe só pode ser salvo por um movimento de opinião bem conduzido; esse movimento de opinião poderia ter por base os pareceres de dois órgãos respeitáveis: o Clube de Engenharia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>165</sup>.

Curiosamente, em almoço realizado na sede do Clube em julho de 1975 para confraternização dos associados aniversariantes do mês e, ao mesmo tempo, para promover agradecimentos a empresas e personalidades que, de algum modo, tivessem contribuído para o engrandecimento e valorização da engenharia ou desenvolvimento do país, o jornal *O Globo* foi homenageado. Após a manifestação do então presidente do Clube, Geraldo Reis, o Sr. Walter Colares falou em nome da família Marinho agradecendo a homenagem. Terminados os discursos de praxe, Durval Lobo pediu a palavra para entregar ao representante do Jornal a cópia da Resolução do Clube de Engenharia pedindo a preservação do Monroe. Durval, que naquele momento tinha sido recém eleito presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e

---

<sup>162</sup> AGUIAR, op. cit., p. 155.

<sup>163</sup> AGUIAR, op. cit., p. 155.

<sup>164</sup> AGUIAR, op. cit. pág. 155.

<sup>165</sup> AGUIAR, op. cit. pág. 157.

Agronomia, anunciou aos presentes a intenção do CREA-RJ de receber o Palácio como sua sede e que ficaria responsável por realizar todas as obras de restauração e conservação<sup>166</sup>.

Realmente, o *Jornal do Brasil* tinha publicado alguns dias antes a intenção do CREA-RJ em ocupar o Monroe como sua sede:

O presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Sr. Durval Lobo, disse ontem que o Palácio Monroe não deverá ser demolido e que suas dependências provavelmente servirão de sede do CREA. Segundo ele, o Conselho mandará telegrama ao Presidente Geisel requerendo a ocupação do prédio e assumindo o ônus de sua restauração.

O Sr. Durval Lobo garantiu que o Monroe não será demolido, porque o presidente do Senado, Senador Magalhães Pinto, fez apelo nesse sentido ao Presidente Geisel no dia em que devolveu o prédio ao Governo Federal<sup>167</sup>.

O periódico *A Notícia* anunciou que o Presidente Geisel estaria prestes a decidir se o Monroe continuaria ou não de pé, veiculando a informação de que este receberia um ofício do Senado acompanhado de exposições de motivos do Ministro da Fazenda e do IPHAN e que para a tomada de decisão se utilizaria dos estudos e pareceres a favor da preservação do Palácio Monroe, emitidos pelo Clube de Engenharia<sup>168</sup>.

Sabemos que os esforços realizados pelo Clube de Engenharia e por Durval Lobo não foram suficientes para a preservação do Palácio Monroe. Em abril de 1975, a Mesa Diretora do Senado resolve propor a extinção da sua representação no Rio de Janeiro e devolver o Palácio Monroe ao patrimônio da União. Diversas entidades públicas e privadas manifestaram o interesse em ocupar o prédio, considerando a falta de espaços para acomodar os órgãos federais presentes na antiga capital<sup>169</sup>. Em resposta a um desses pedidos de ocupação, o então ministro chefe do gabinete presidencial, Golbery do Couto e Silva esclarece, em outubro de 1975, que cumpria-lhe obedecer “recomendações do Senhor Presidente da República no sentido da demolição do prédio e consequente transformação da área em logradouro público”<sup>170</sup>.

O Palácio foi demolido entre janeiro e agosto de 1976 por uma firma demolidora especializada contratada pelo governo federal. O jornal *O Globo* comemorou a notícia:

---

<sup>166</sup> O Globo, 11 jul. 1975.

<sup>167</sup> Jornal do Brasil, 5 jul. 1975.

<sup>168</sup> A Notícia, 22 set. 1975.

<sup>169</sup> Exemplificativamente: a Justiça federal, a Secretaria Estadual de Educação e o CREA-RJ.

<sup>170</sup> FRIDMAN, Op. cit., 2011, p. 47.



[...] foi, portanto, vitoriosa, uma campanha deste jornal, que há muito se empenhava pelo desaparecimento do monstrengo arquitetônico [sic] da Cinelândia (...) Em seu lugar o Rio ganhará mais uma praça. Que essa boa notícia, que coincide como fim das obras de superfície do metrô na Cinelândia, seja mais um estímulo à remodelação de toda essa área, de presença tão marcante na história do Rio de Janeiro.<sup>171</sup>

Porém, antes do desaparecimento do prédio, uma última tentativa foi realizada para preservá-lo.

### 2.3. Do Manifesto contra a demolição do Palácio Monroe

O Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Aulete Caldas assim define a palavra “manifesto”: “declaração formal de intenções ou expressão pública (geralmente por escrito) de ideias políticas, estéticas”<sup>172</sup>. Para o Dicionário Aurélio<sup>173</sup> “manifesto” significa: “declaração pública ou solene das razões que justificam certos atos ou em que se fundamentam certos direitos; programa político, religioso, estético, etc.” E o verbo “manifestar” tem a seguinte definição: “tornar manifesto, público e notório; divulgar, declarar, manifestar uma opinião”.

Assim, o manifesto é uma declaração formal, individual ou coletiva, para a transmissão de opiniões, decisões, intenções e ideias que tem como objetivo principal expor determinado ponto de vista. Na literatura, o manifesto situa-se entre os chamados gêneros argumentativos, cujo propósito do emissor é “persuadir, convencer o interlocutor por meio de argumentos considerados plausíveis”<sup>174</sup>. O manifesto também é considerado como uma importante ferramenta democrática, pois permite que o indivíduo ou a coletividade expressem publicamente o seu ponto de vista sobre determinada situação ou assunto de interesse coletivo. O manifesto atua, assim, como uma espécie de denúncia acerca de uma situação que ainda não é de conhecimento de toda a população, ou ainda pode funcionar como um alerta sobre a possibilidade da ocorrência de um fato potencialmente lesivo à coletividade. Além disso, como observa Claudia Viscardi:

[...] os manifestos servem como justificativa de uma determinada opinião ou intenção expressas publicamente, assumindo um caráter propositivo. Um manifesto é, pois,

---

<sup>171</sup> O Globo, 11 out. 1975, p. 2.

<sup>172</sup> AULETE, Caldas. **Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**: Dicionário Caudas Aulete, vs online. Disponível em <http://www.aulete.com.br/manifesto>. Acesso em: 21 out. 2017.

<sup>173</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. p. 486.

<sup>174</sup> DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Manifesto**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/redacao/manifesto.htm>>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

uma carta de intenções com justificativas que visem a convencer seus leitores, sem que se explicitem direitos já conquistados<sup>175</sup>.

Por outro lado, o manifesto é um documento histórico que pode ser tomado como um veículo auxiliar de reconstrução do contexto no qual ele foi gerado, pois representa uma estratégia política por meio da qual se busca reafirmar a identidade dos signatários, “fundamentando esta estratégia em torno dos atributos relacionados à competência técnica e ao sentido de missão” como expõe Libânia Xavier<sup>176</sup>. Trata-se, portanto, de uma preciosa fonte de estudo uma vez que permite acessar as intenções dos grupos que se mobilizaram em torno de uma ideia ou fato.

Em 01/12/1975, 162 pessoas, quase na totalidade arquitetos, urbanistas e engenheiros, expuseram o inconformismo com relação à decisão de demolir do Palácio Monroe. Este manifesto foi a culminância do esforço realizado pela Divisão Técnica de Urbanismo - DTE-URB do Clube de Engenharia, um dos mais ferrenhos defensores públicos do prédio e responsável pelo pedido de seu tombamento, pela realização de diversos estudos e pareceres a seu respeito e pelo envio de vários ofícios aos órgãos do governo do então Presidente Geisel, com a finalidade de evitar o seu desaparecimento<sup>177</sup>. A utilização de um manifesto como forma de pontuar a opinião do Clube em face de uma determinada questão não era uma novidade institucional. Citamos como exemplo o Manifesto em favor da preservação e reforma da Escola Politécnica assinado por 150 personalidades da engenharia e que foi lançado nos salões do Clube em 1974<sup>178</sup>.

Sob o aspecto da estrutura textual, um manifesto, enquanto gênero literário, não possui uma rigidez quando comparado aos demais gêneros. No que se refere à forma da qual se constitui, geralmente se apresenta bem simplificada: um título, que deve sintetizar o assunto e o pensamento abordado; o corpo do texto, que esclarece os posicionamentos e argumentos dos autores; o local, data e assinatura dos manifestantes.

---

<sup>175</sup> VISCARDI, Cláudia. **Os Republicanismos no Brasil: uma análise comparativa dos manifestos republicanos a partir da História dos Conceitos (1870-1886)**. Texto apresentado ao Congresso da LASA, Nova Iorque, maio, 2016, p. 3.

<sup>176</sup> XAVIER, Libânia. O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 24.

<sup>177</sup> Ofício 384-P/74.75 de 15.05.1975, enviado ao Presidente Ernesto Geisel; Ofício 339-P/74.75 de 26.03.1975, enviado ao Presidente do Senado, Magalhães Pinto; Ofício 547-P/75 de 13.10.1975, enviado ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen; Ofício 407-P/74.75 de 02.06.1975 enviado ao Prefeito do Rio de Janeiro, Marcos Tamoyo da Silva; Ofício 389-P/74.75 enviado Presidente do Iphan, Renato Soeiro, todos disponíveis em AGUIAR, op. cit.

<sup>178</sup> Revista do Clube de Engenharia, numero 394, ano 1974, p. 14-15.

Quanto ao título, o Manifesto em prol do antigo Pavilhão São Luiz, foi bem lacônico: simplesmente “Palácio Monroe”. Quanto à autoria, foi Durval Lobo quem redigiu o documento expondo o inconformismo com a decisão do Presidente da República que determinou a demolição do edifício. Em que pese já termos apresentado a sua biografia no item anterior voltamos a destacar que, em 1º. de dezembro de 1975 (data que consta no documento), Durval Lobo além de ser chefe da DTE-URB do Clube de Engenharia, tinha acabado de ser eleito presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), para o mandato entre 1976 a 1978 e também era professor de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

O texto do Manifesto possui um estilo passional exatamente como foi o parecer de Durval Lobo na DTE-URB. Não há divisões em itens, sendo um texto corrido de duas páginas seguido das assinaturas. O documento foi redigido sem muitas expectativas de reverter aquilo que parecia inevitável:

Os que subscrevem o presente documento desejam apenas firmar perante nossos pósteros, sobretudo aqueles que investigarem os fatos desta época, que a demolição do Palácio Monroe provocou a advertência seguida de veemente apelo para que fosse evitada a destruição de um edifício que, além de sua significação histórica, integra o conjunto da mais alta expressão como patrimônio arquitetural representativo do implante da República em nosso país.<sup>179</sup>

Após uma breve referência sobre a história do prédio e sua importância para o país e para cidade do Rio de Janeiro levando em consideração o contexto da época em que foi construído, o Manifesto enfrentou a questão da estética do edifício, objeto do debate sobre historicismo e ecletismo travado entre Lucio Costa e Paulo Santos no âmbito do processo de tombamento nº. 860-T-72 julgado pelo IPHAN:

Nossa preocupação não é a de definir o Palácio Monroe, nem nenhum outro dos edifícios do mesmo conjunto, como obra prima de Arquitetura, mas considerá-los no seu todo, reconhecendo o significado e a relevante presença que representariam para a posteridade, da mesma maneira que hoje lamentamos a destruição, em tempos passados, de edificações características de nossos períodos históricos.

E desse conjunto o de maior significação, sob este aspecto, é precisamente o Palácio Monroe que, por muitos anos, até a inauguração de Brasília, foi sede do Senado Federal, além de ter sido sede da Câmara dos Deputados.

Não podemos deixar de assinalar que esse edifício, fielmente reconstruído aqui no Rio por decisão do Presidente da República, Rodrigues Alves, obteve na Exposição de Saint Louis, nos Estados Unidos, em 1904, a maior láurea, frente aos pavilhões concebidos pelos principais arquitetos do mundo, que representavam a grande maioria das nações concorrentes.

---

<sup>179</sup> AGUIAR, op. cit. p. 175.

Era, enfim, a Arquitetura da época, em todo o mundo<sup>180</sup>.

Fica clara a intenção em destacar a importância do Monroe como parte de um conjunto arquitetônico representativo de um período da história do Brasil e que, exatamente por este motivo, deveria ser preservado para as futuras gerações. O Manifesto não se furtou em rebater também as questões que complementavam os argumentos para a demolição do edifício, como a ausência de utilização das instalações após transferência do Senado para Brasília, o risco com a passagem do Metrô abaixo do terreno onde se encontrava e o desafogo urbanístico e viário que supostamente aconteceria com o seu desaparecimento:

A demolição do Palácio Monroe não se justifica por nenhuma utilização posterior imediata. Não constitui embaraço ao tráfego naquela área, conforme comprovado por estudos técnicos recentemente realizados e sua preservação até há pouco foi admitida, sofrendo o traçado do “metrô” um desvio afim de não atingi-lo.

Diante da notícia de sua demolição e paralelamente aos apelos para que fosse conservado, pela sua significação, surgiram também iniciativas para seu aproveitamento em face da carência de edifícios para instalações de serviços estaduais, municipais e mesmo federais, havendo quem como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, se propusesse a realizar as obras necessárias à sua instalação sem ônus para o Governo<sup>181</sup>.

No aspecto urbanístico, o Monroe era considerado como um fechamento lógico e perfeito da Avenida Rio Branco que equilibrava e dava coerência entre os seus lados. Porém, o manifesto reconhecia que o edifício estava desfigurado em decorrência das diversas intervenções indiscriminadas ao longo dos anos. A solução proposta era a restauração do prédio às suas características originais e a utilização do espaço como um museu representativo do momento histórico em que foi construído:

Sua importância mereceu a significativa homenagem de figurar nas notas de 200 mil réis. Sempre admirado em sua magnificência, hoje, apesar de desfigurado, é um “fecho” para a Praça Marechal Floriano, limite esse, urbanisticamente perfeito, configurando de modo inteligente a escala humana.

Sem o Palácio, a vista não terá limite, perdendo essa Praça, desse modo, sua virtude que era exatamente proporcionar o equilíbrio entre seus lados.

Tudo, portanto, recomendava o aproveitamento do Palácio Monroe com a condição especial de existirem todos os elementos do projeto que permitiriam, em qualquer oportunidade» colocar o edifício nas mesmas condições que tinha ao ser inaugurado em 1906, para sede da 3a. Conferência Panamericana, honrado que foi o Brasil com essa escolha.

Diversas sugestões foram suscitadas para a utilização do Palácio Monroe, depois de restaurado em suas estruturas, espaços e decoração originais, inclusive como unidade museológica especializada para a cidade e época de seu implante<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> AGUIAR, op. cit. p. 175.

<sup>181</sup> AGUIAR, op. cit. p. 176.

<sup>182</sup> AGUIAR, op. cit. p. 176.

O Manifesto pretendia pontuar o inconformismo de um grupo de expoentes da arquitetura e da engenharia com o destino de um prédio público tão importante para a história nacional. A preocupação principal do documento era registrar para as futuras gerações aquilo que os signatários consideravam como sendo uma espécie de atentado ao patrimônio histórico brasileiro, como podemos perceber no parágrafo final:

Com sua demolição, já decidida, restará aos usuários do ‘metrô’ perceberem que, onde foi o Monroe, haverá uma misteriosa curva, cuja explicação lembrará a ponderação do problema por parte dos administradores que temeram destruir esse Palácio e souberam fazer o progresso – neste caso, a linha subterrânea do metropolitano – sem danificar ou comprometer, as bases de um patrimônio histórico e artístico. Aquela misteriosa curva será a memória da data deste documento <sup>183</sup>

Constam no Manifesto 162 assinaturas (anexo 1), sendo que conseguimos relacionar 88 nomes correspondentes. A partir desta relação, realizamos um levantamento biográfico com o objetivo de identificar a profissão de cada um dos signatários reconhecidos bem como se exerciam ou não, no momento da assinatura, alguma função associativa, de classe ou acadêmica. Como destacamos na parte introdutória, este levantamento foi realizado utilizando o cruzamento das informações obtidas no Processo de Tombamento no. 860-T-72 do IPHAN, quando Paulo Santos menciona alguns nomes que também assinaram o pedido de tombamento realizado pelo Clube de Engenharia; as respostas dos signatários que foram entrevistados e que conseguiram identificar algumas outras assinaturas; e pesquisa nominal realizada através do sítio eletrônico do Google, que nos direcionava para diversas entidades, empresas e universidades com as quais estes signatários tiveram algum vínculo. Após este levantamento conseguimos obter uma biografia mínima de 78 dos 88 signatários identificados. Esta é, portanto, a nossa base de análise (anexos 2 e 3).

Como já afirmamos, a grande maioria ou quase a totalidade dos signatários identificados era composta por arquitetos e engenheiros, sendo que Durval Lobo tinha ambas as qualificações: formou-se como engenheiro geógrafo e engenheiro Civil e eletricitista pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes e urbanista pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Assim, pelo levantamento realizado, 51 signatários eram arquitetos e/ou urbanistas (57,95%); 24 eram engenheiros (27,27%); 2 pertenciam a outras profissões,

---

<sup>183</sup> AGUIAR, op. cit. p. 176.

Clarival do Prado Valadares - médico e historiador - e Nelson de Nóbrega, Artista Plástico (2,74%); Durval Lobo era arquiteto, urbanista e engenheiro (1,31%); e não conseguimos identificar a profissão de 10 signatários (11,36%). Estes números representam 54,32% dos 162 assinantes no Manifesto.

Pela análise destes dados, e se fosse mantida uma proporção equivalente no caso de ser possível identificar a profissão de todas as 162 pessoas que apoiaram o Manifesto, os arquitetos representaram quase o dobro do número de engenheiros. Esta “distorção” é curiosa pelo fato de que Manifesto foi produzido dentro do Clube de Engenharia, na DTE-URB, por um de seus sócios mais atuantes naquela instituição e que na grande maioria das vezes se identificava profissionalmente como engenheiro. Talvez Paulo Santos estivesse certo quando, ao elogiar a iniciativa do Clube em iniciar o processo de tombamento do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Rio Branco, aproveitou para destacar e valorizar a atividade dos arquitetos em relação aos engenheiros, lembrando que o caráter eminentemente técnico da formação do engenheiro o impedia de abrir o seu espírito para as artes, o que já era bem habitual para o arquiteto.

Entre os signatários do manifesto estavam diversos integrantes de entidades de classe e de órgãos públicos: Roberto Burle Marx (Conselheiro do Conselho Superior de Planejamento Urbano do Estado da Guanabara - CSPU), Alex Nicolaef (Diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC), Olinio Gomes Paschoal Coelho (ex-Chefe do Serviço de Tombamento da Divisão do patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara), Luís Paulo Conde (Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil no Rio de Janeiro - IAB/RJ), Geraldo da Costa Reis (Presidente do Clube de Engenharia), Hélio de Almeida (ex-Presidente do Clube de Engenharia e na época Deputado federal), Carlos Prestes Cardoso (Presidente do CREA-RJ), Fausto Aita Gai (Presidente do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Inácio de Lima Ferreira (Conselheiro do CONFEA e Presidente eleito do CONFEA para o biênio de 1976 a 1978), Jorge Machado Moreira (Conselheiro do IAB-RJ e Presidente da Comissão de Defesa da Paisagem do Rio), José Vasquez Ponte (Presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas), Antônio Pedro de Alcântara (Vice-presidente do IAB-RJ), Alfredo Luiz Porto de Britto (Secretário do IAB-RJ), Bernardino Bruno (Conselheiro do CREA-RJ), Jorge Luiz Paes Rios (Conselheiro do CREA-RJ), José Ricardo Abreu (Ex-Presidente do Sindicato dos Arquitetos da Guanabara), Leizer Lerner (Presidente da Associação

dos Antigos Alunos da Politécnica), Rui Rocha Velloso (Conselheiro do IAB-RJ), Fernando Burmeister (Conselheiro do IAB-RJ), Milton Pernambuco da Rocha (Presidente do CREA-DF) e o próprio Durval Lobo recém eleito presidente CREA-RJ.

Podemos entender que a opção por agregar ao documento uma relação de pessoas composta por reconhecidas lideranças de classe e integrantes de órgãos públicos tinha por objetivo conferir ao manifesto legitimidade e aceitação. Havia também, entre os signatários, diversos professores de universidades públicas e privadas, principalmente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde Durval Lobo lecionava: Alfredo Luiz Porto de Britto, Donato Mello Junior, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Francisco Cesário Alvim Neto, José Ricardo Abreu e Olinio Gomes Paschoal Coelho.

Marlice Nazareth Soares de Azevedo, atualmente professora titular do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, era professora colaboradora do Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRJ e nos informou que tomou conhecimento do documento através de Durval Lobo, também professor do curso, sendo que foi ele quem colheu a sua assinatura no manifesto<sup>184</sup>.

Já Jorge Luiz Paes Rios que era secretário da Divisão de Formação e Exercício Profissional do Clube de Engenharia, Professor no Departamento de Engenharia da UERJ e Conselheiro do CREA/RJ, apesar de não ter absoluta certeza, presumiu que a sua assinatura foi recolhida durante uma sessão do Conselho do CREA/RJ que naquele ano tinha acabado de eleger Durval Lobo como presidente da instituição para o biênio 1976/1978<sup>185</sup>.

Por outro lado, constatamos que alguns dos signatários que aderiram à iniciativa do Clube, eram recém formados como, por exemplo Carlos Cesar Vieira de Mattos (1973, Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ) e Eloisa Maciel Camacho (1973, Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Também percebemos que outros signatários eram cônjuges que exerciam a mesma profissão tais como Antônio Pedro de Alcântara e Dora Monteiro e Silva de Alcântara (arquitetos), Almir Fernandes e Marlene Allan Fernandes

---

<sup>184</sup> Entrevista escrita enviada por correio eletrônico no dia 22/10/17.

<sup>185</sup> Entrevista escrita enviada por correio eletrônico no dia 19/10/17.

(arquitetos), Francisco Jose Lopes Mendes e Hortência Gonçalves Mendes (arquitetos), Luís Paulo Conde e Rizza Paes Fernandes Conde (arquitetos).

Marlene Allan Fernandes afirmou que não se lembrava do Manifesto apesar ter admitido a probabilidade de ter assinado o documento em virtude de sua participação no IAB-RJ, tanto como associada quanto dirigente na gestão de Luiz Paulo Conde<sup>186</sup>. Já Almir Fernandes, bastante atuante no IAB-RJ e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo-RJ, afirmou que na época não acompanhou “vivamente o movimento de resistência à demolição do Palácio Monroe, além de ter subscrito o Manifesto do Clube de Engenharia”<sup>187</sup>.

José Luíz Mendes Ripper, arquiteto e atualmente Professor Emérito no Programa de Pós-graduação em Design da PUC-Rio e coordenador do Laboratório de Investigação em Living Design - LILD da mesma Universidade, lembrou que foi Rizza Paes Fernandes Conde, amiga e colega de profissão, quem colheu a sua assinatura no Manifesto. José Ripper afirmou que havia esperança de preservar o Monroe através do documento e que, a todo momento, recebia notícias sobre esta possibilidade. Quando a decisão de demolir o prédio foi tomada causou-lhe muita revolta e frustração, pois era um “desrespeito à história do Brasil”<sup>188</sup>.

Alex Nicolaeff, arquiteto e então Diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC foi um dos signatários que saíram publicamente em defesa do Monroe. Em artigo publicado no Jornal da Arquitetura, Nicolaeff ressaltou que a arquitetura constituía uma linguagem representativa de pessoas, comunidades, sociedades ou nações e que a apreciação da arquitetura do Palácio Monroe “desvinculada do conjunto de fatores que o geraram e que ele representa, constitui um enfoque acadêmico e estéril. Seria reduzi-lo a elementos construtivos e decorativos”<sup>189</sup>.

Sabino Barroso foi outro signatário do Manifesto que também tornou pública a sua opinião sobre o Monroe. Em entrevista concedida ao Jornal *Ultima Hora*, Sabino defendeu que o prédio deveria ser transformado em centro de atividades culturais, com a apresentação de peças teatrais, exposições de artes plásticas e conferências. Porém, antes disso, era necessário que o Palácio fosse “totalmente remodelado, pois, como está, tem pouco valor arquitetônico”. E complementou:

---

<sup>186</sup> Entrevista escrita enviada por correio eletrônico no dia 20/10/17.

<sup>187</sup> Entrevista escrita enviada por correio eletrônico no dia 20/10/17.

<sup>188</sup> Entrevista realizada por telefone no dia 26/10/17.

<sup>189</sup> NICOLAEFF, Alex. **O Palácio Monroe e a República**. Jornal da Arquitetura n.31, dezembro-janeiro, 1975-1976.



Os quatro andares poderiam ser utilizados para atividades da vida cultural da cidade. No Palácio poderiam ser construídas uma sala para espetáculos, outra para cinema e várias para exposições de pintura, desenho ou mesmo peças folclóricas. Além disso, seria importante haver auditório para palestras e encontros<sup>190</sup>.

Porém, a mesma reportagem indicou que o próprio Sabino Barroso admitiria a demolição do Monroe se a área fosse aproveitada para um parque ou uma praça, integrando o conjunto de urbanização do Passeio Público, que seria reformado logo após a conclusão das obras do metrô: "mas sou totalmente contra a demolição para fazer estacionamento ou edifício-garagem".

No dia 3 de janeiro de 1976, um sábado, um dos signatários do Manifesto, Olinio Gomes Paschoal Coelho, arquiteto, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e ex-Chefe do Serviço de Tombamento da Divisão do patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, acordou cedo, tomou café e pegou sua câmera e dois rolos de filme, de 36 poses cada. Depois, partiu da Tijuca para o Centro com uma missão: registrar o Palácio Monroe por dentro antes que fosse tarde demais. A empresa demolidora que arrematou o Palácio já estava no controle do prédio e começaria a derrubada na segunda-feira seguinte. Após muita conversa com o encarregado da obra o professor foi autorizado a entrar, por poucos minutos, para fotografar o ambiente. Olinio afirmou que, ao ingressar no prédio ficou "arrepiaado, era entulho, sujeira, uma tragédia para a arquitetura carioca". Para o professor a sensação de acessar o Palácio poucos dias antes do seu desaparecimento foi de "muito pesar" e quando chegou em casa "ficou muito consternado, muito triste realmente". Porém, havia conseguido fazer 49 fotos do Monroe, dando prioridade para os detalhes dos materiais usados na construção além das obras de arte ou mobiliário que aguardavam retirada, como os vitrais, por exemplo. Parte destas fotos como também uma entrevista com Olinio Coelho estão disponíveis na reportagem especial do Jornal *O Globo* sobre o Palácio Monroe e que voltaremos a mencioná-la no próximo capítulo<sup>191</sup>.

Vale mencionar que o Manifesto também foi assinado por Maurício Roberto, ex-presidente do IAB-GB no biênio 1961/1963 e sócio de um renomado escritório de arquitetura no Rio de Janeiro. Em entrevista ao Jornal *O Globo* em 5/7/1974, Maurício Roberto se declarou favorável à ideia da demolição do Palácio Monroe, pois permitiria

---

<sup>190</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 11 jul. 1975, p. 8.

<sup>191</sup> ALVIM, Alessandro. Palácio Monroe. *O Globo*, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/rio/especial-monroe.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

abrir mais espaço na área da Cinelândia e a cidade ganharia mais um local ajardinado ao lado do Passeio Público. Depois de lembrar que outros arquitetos já tinham mencionado a “arquitetura pobre” do Monroe e suas características pouco originais para a arte moderna, afirmou: “do ponto de vista arquitetônico, o velho Palácio não tem nenhum valor, nada a acrescentar”. Maurício Roberto destacou que, com a saída do Palácio Monroe, a Praça Paris ficaria com uma vista privilegiada, voltada diretamente para o mar: “o Rio precisa muito de áreas verdes. Isso, no Centro e num local onde já despontam as árvores e a beleza natural do velho Passeio Público, seria maravilhoso. Com toda essa poluição que afeta a cidade, só resta mesmo essa saída”. Sobre a possibilidade de ser erguido um prédio no local caso o espaço fosse liberado e cedido para grupos particulares, declarou:

[...] isso não é possível, porque o Governo Federal garante a preservação de toda a área que lhe pertence. Se derrubar o Monroe significa construir um prédio em seu lugar, então é melhor conservá-lo. Naquela área devem ser plantadas árvores de grande porte, para completar a paisagem do Passeio<sup>192</sup>.

Assim, provavelmente Mauricio Roberto assinou o Manifesto considerando o contexto da especulação imobiliária do momento, ávida por novos espaços para os seus arranha-céus.

De toda forma, pelo que foi exposto no último parágrafo do Manifesto, não havia muita expectativa de conseguir reverter a demolição que já estava em pleno andamento quando os jornais divulgaram o documento. A signatária Marlice Nazareth Soares de Azevedo afirma, inclusive, que foi “uma tentativa de sustar o processo de demolição sem muita expectativa de sucesso”<sup>193</sup>. O próprio Durval Lobo, esgotado de sua campanha e diante da destruição que já havia começado no início de janeiro de 1976, admitiu ao *Jornal do Brasil* que não tinha mais esperanças de interrompê-la e que naquele momento qualquer ação neste sentido seria “apenas uma choradeira” para lembrar que a demolição pelo menos

[...] provocou advertência seguida de veemente apelo para que fosse evitada a destruição de um edifício que, além de sua significação histórica, integra o conjunto da mais alta expressão como patrimônio da arquitetura representativa do implante da República em nosso país<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> O Globo, Rio de Janeiro, 5 jul. 1974, p. 8.

<sup>193</sup> Entrevista escrita enviada por correio eletrônico no dia 23/10/17.

<sup>194</sup> Jornal do Brasil, 28 jan. 1976, p.7.

A repercussão do Manifesto não foi tão significativa quanto o estudo promovido pelo Clube de Engenharia. O jornal *O Globo*<sup>195</sup>, o *Diário de Notícias*<sup>196</sup>, a *Ultima Hora*<sup>197</sup> e o *Jornal do Brasil*<sup>198</sup> por exemplo, só vieram a dar notícia de sua existência quase dois meses após a data em que foi lançado. O incansável Durval Lobo, em entrevista para o *Diário de Notícias*, desabafou:

Não houve um argumento sequer favorável à demolição do Palácio Monroe. O trabalho feito pelo Clube de Engenharia não teve nenhuma contradita. Até então os favoráveis à demolição do antigo Senado Federal davam entrevistas pelos jornais. Depois da manifestação do Clube de Engenharia, em documento de grande repercussão no meio técnico e intelectual, documento este enviado diretamente ao Presidente da República, os favoráveis à demolição se calaram. Não se compreende porque se vai demolir um edifício que obteve o maior prêmio do mundo, concorrendo com países civilizados e altamente desenvolvidos. Só mesmo no Brasil isto acontece, dada a nossa insensibilidade pelos grandes eventos do passado<sup>199</sup>.

Na entrevista publicada no Jornal *Ultima Hora*, Durval Lobo conclui:

Espero que esse documento sirva de alerta, e é preciso que fique registrado para a posteridade, que os responsáveis pelas entidades técnicas de alto nível, como o Clube de Engenharia, não ficaram de braços cruzados, pois protestaram até quanto puderam, contra a destruição do já saudoso Palácio Monroe<sup>200</sup>.

Ao admitir a perda do Monroe, o combalido Durval Lobo afirmou que a área poderia despertar "mais uma esperança para os especuladores" e lamentou que "no meio disso tudo, a coisa mais grave é que o povo não se conscientiza para a preservação do seu patrimônio".

A noção de referencia cultural pressupõe sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Por outro lado, todo patrimônio material possui uma dimensão imaterial que é o reflexo da atribuição de valor que as pessoas conferem a um determinado bem cultural. Assim, a noção de patrimônio é ambígua e transita entre o material e o imaterial, reunindo em si estas duas dimensões. Esta subjetividade ou imaterialidade do patrimônio se relaciona com a questão da ressonância, ou seja, com o grau de reconhecimento de um determinado patrimônio cultural junto aos diversos setores da população.

---

<sup>195</sup> O Globo, 28 jan. 1976, p. 11.

<sup>196</sup> Diário de Notícias, 28 jan. 1976.

<sup>197</sup> Última Hora, 28 jan. 1976.

<sup>198</sup> Jornal do Brasil, 28 jan. 1976

<sup>199</sup> FRIDMAN, Op. cit., p. 52.

<sup>200</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 28 jan. 1976, p.12.

Não podemos saber se a demolição do Palácio Monroe ficará registrada para a posteridade como era a intenção de Durval Lobo e do Clube de Engenharia através do seu Manifesto, mas sabemos que as dimensões material e imaterial do Monroe encontraram ressonância não somente perante os intelectuais e personalidades da arquitetura e da engenharia, como também na população da cidade. Estas dimensões e sua ressonância serão analisadas no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3 - O PALÁCIO E SUA DEMOLIÇÃO: VALORES EM DISPUTA

Antes de demolirem o Monroe iluminem-no em uma bela noite escura e estrelada. Depois, se tiverem coragem destruam-no; mas antes admirem-no ao longe!<sup>201</sup>

A frase destacada é o conteúdo integral de uma singela carta enviada pelo cidadão Roberto Golzi Salvia, morador de Vila Mariana, na cidade de São Paulo, e que foi juntada ao processo de tombamento nº. 860-T-72 poucos meses antes do início da demolição do Monroe e contrapõe-se, de certa forma, ao lamento de Durval Lobo com relação a suposta falta de consciência do “povo” para a preservação do seu patrimônio. A manifestação espontânea do paulistano Roberto Salvia indica que o interesse pela preservação do Palácio extrapolava as entidades de classe e as instituições públicas do patrimônio. Seja pela nostalgia do passado ou pela consciência do seu significado estético, artístico e político, o Monroe despertava – e ainda desperta - o sentimento de uma perda irreparável.

Como afirmamos no final do capítulo anterior, todo patrimônio material possui uma dimensão imaterial que é o reflexo da atribuição de valor que as pessoas conferem a um determinado bem cultural. Maria Cecília Londres Fonseca ensina que “os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados”<sup>202</sup>. Assim, a noção de patrimônio permite tanto uma abordagem material quanto imaterial, reunindo em si estas duas dimensões.

A subjetividade ou imaterialidade do patrimônio se relaciona, de certa forma, com a questão da ressonância, ou seja, com o grau de reconhecimento de um determinado patrimônio cultural junto aos diversos setores da população. Segundo José Reginaldo Gonçalves:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> Carta enviada ao IPHAN no dia 19 de agosto de 1975 por Roberto Golzi Salvia. Processo de tombamento nº. 860-T-72. Vol. 2, p. 154.

<sup>202</sup> FONSECA, Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000, p. 112.

<sup>203</sup> GONÇALVES, José. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2000, p. 19.

Neste capítulo serão abordados alguns aspectos das dimensões material e imaterial do Palácio Monroe, como foi realizada a sua demolição e qual era o grau de ressonância que este patrimônio possuía perante a população.

### 3.1. O Palácio Monroe e sua materialidade

No campo das artes visuais, o termo ecletismo refere-se à combinação de diferentes estilos numa única obra sem com isso produzir um novo estilo:

Tal método baseia-se na convicção de que a beleza ou a perfeição pode ser alcançada mediante a seleção e combinação das melhores qualidades das obras dos grandes mestres. Além disso, pode designar um movimento mais específico relativo a uma corrente arquitetônica do século XIX<sup>204</sup>.

Como movimento arquitetônico do final do século XIX e início do século XX, o ecletismo foi uma espécie de uso livre do passado. Não se tratava de uma atitude de simples cópia, mas da habilidade de combinar as características superiores de vários estilos em construções que satisfizessem a demandas das edificações da época. O estilo também incorporou a multiplicidade de elementos produzidos em série decorrentes da Revolução Industrial, além das novas técnicas construtivas do momento, que empregavam o ferro nas suas estruturas.

O ecletismo arquitetônico difundiu-se pelas Américas, marcando as construções do mundo novo. No Brasil, o estilo eclético foi predominante na arquitetura e nos planos de reurbanização das grandes cidades do início do século XX, como aquele realizado no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos de 1902 a 1906, quando ocorreu a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, local em que ainda existem os maiores exemplares da arquitetura eclética brasileira. Na nova avenida foram erguidos o Museu Nacional de Belas Artes, projeto de Adolfo Morales de Los Rios, “cuja faustosidade e pluralidade de estilos remetem às construções francesas ecléticas, no caso diretamente à fachada do Louvre”<sup>205</sup> e o Teatro Municipal, projetado por Francisco de Oliveira Passos, “claramente inspirado no Ópera de Paris e aparece como

---

<sup>204</sup> ECLETISMO. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo357/ecletismo>>. Acesso em: 26 de Out. 2017. Verbete da Enciclopédia.

<sup>205</sup> ECLETISMO, Op. cit.

o maior símbolo do ecletismo no Brasil”<sup>206</sup>, além da Biblioteca Nacional e da Prefeitura (atual Palácio Pedro Ernesto).

Em São Paulo, a primeira edificação do então novo movimento arquitetônico foi o Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga), projetado pelo arquiteto italiano Tommaso Bezzi e construído entre 1882 e 1885. Em comparação ao estilo desenvolvido no Rio de Janeiro, “o ecletismo classicizante paulista assume traços peculiares de influência italiana e mais diversidade de modelos e estilos históricos”<sup>207</sup>. Outros exemplos de edificações ecléticas paulistas são a Escola Normal Caetano de Campos, na praça da República, o Teatro Municipal e o edifício do Liceu de Artes e Ofícios, atual sede da Pinacoteca do Estado de São Paulo, no bairro da Luz. Quase todas as capitais brasileiras em expansão no início do século XX foram atingidas pelo ecletismo arquitetônico, destacando-se a construção do Teatro Amazonas, em Manaus e o Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte.

Como forma de se legitimar, a vanguarda modernista da arquitetura brasileira dos anos 20 do século passado transformou o ecletismo em alvo de duras críticas, estigmatizando o estilo e conferindo-lhe uma conotação negativa. Lucio Costa liderou a geração de arquitetos e urbanistas brasileiros que consideravam o ecletismo, um estilo arquitetônico sem valor, onde o artista simplesmente usava elementos preexistentes que se encaixavam nas necessidades da encomenda, limitando a criatividade do arquiteto. Como demonstramos no capítulo anterior, Lucio Costa, mesmo já aposentado do IPHAN, não poupou artilharia contra o Palácio Monroe, prédio de estilo eclético e que era considerado por ele sem qualquer significação arquitetônica e estética, devendo ser “demolido em benefício do desafogo urbano”<sup>208</sup>.

Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de “campo” como sendo microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas que, ao mesmo tempo, são influenciadas e se relacionam com o espaço social a sua volta. Pensar a partir do conceito de campo é conceber o objeto ou fenômeno social em constante relação e movimento. Esta dinâmica pressupõe o confronto, a tomada de posição, a luta, a tensão, a disputa, pois é o lugar que o agente ocupa nessa estrutura que determina a sua legitimidade e a sua autoridade. De acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de

---

<sup>206</sup> Op. cit.

<sup>207</sup> Op. cit.

<sup>208</sup> Processo de tombamento nº. 860-T-72, vol.1, p. 12.

forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”<sup>209</sup>. Assim, o campo é um lugar de disputas entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições hierárquicas.

A partir destas reflexões de Bourdieu é possível compreender as pesadas críticas formuladas pela vanguarda modernista da arquitetura brasileira com relação ao ecletismo, pois as disputas técnicas nada mais eram do que um mecanismo para ocupar as posições de destaque no interior do campo. Neste caso, ao consagrar-se o estilo moderno, consagravam-se também alguns dos principais representantes deste estilo que passaram a vencer concursos e planejar grandes prédios públicos.

O Monroe era uma construção que lembrava o estilo francês renascentista, com quatro grupos de colunas ornamentadas com flores e as armas da República. Segundo a descrição de Sergio Fridman, “sobre o friso, correspondendo a cada coluna, uma rosácea, e nos remates decorativos dos ângulos salientes aparecem grandes escudos”<sup>210</sup>. Entre as colunas, acompanhando estes remates decorativos, havia grandes escudos com os nomes dos estados brasileiros. Abaixo das duas colunas centrais, ao lado da escada toda de mármore, ficavam as esculturas de dois dos quatro leões que guarneciam o prédio e que simbolizavam a força, a solidez e a grandeza da construção. A cúpula central de cobre tinha destaque na construção. As vigas eram adornadas de palmas e escudos e as “figuras heroicas sobre a cornija correspondem aos intervalos dos largos painéis que em torno da galeria da base formam falsas janelas para o interior”<sup>211</sup>. As laterais do prédio eram compostas por varandas circulares ladrilhadas de “grés cerâmicos esmaltados” tendo no centro uma “delicada peça”<sup>212</sup>, uma alegoria que representava a alegria. Estas varandas eram rematadas por cúpulas menores que formavam um conjunto com a cúpula principal (figura 12).

Internamente, o Palácio tinha dois pavimentos além de um porão que foi acrescentado na montagem do prédio no Rio de Janeiro e onde funcionou, inicialmente, um *buffet* e um espaço para a guarda de objetos. No primeiro andar, onde ficava um grande salão, as colunas internas eram dóricas<sup>213</sup>. Todo o mobiliário, lambris e portas eram de carvalho, mogno ou outras madeiras nobres brasileiras. O Palácio possuía

---

<sup>209</sup> BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 22-23.

<sup>210</sup> FRIDMAN, Sergio A. **Palácio Monroe: da construção a demolição**. Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011, p.18.

<sup>211</sup> FRIDMAN, Op. Cit., p.18.

<sup>212</sup> Op. Cit., p.18.

<sup>213</sup> Colunas de estilo grego, simples e sem base.



vários lustres em metal, cristal e opalina, uma balaustrada<sup>214</sup> em mármore e diversos vitrais na sala do antigo plenário do Senado, de autoria do pintor Henrique Cavalleiro<sup>215</sup>. No salão que não era acarpetado, havia um piso com assoalhos de tacos de peroba do campo e que formavam um desenho.

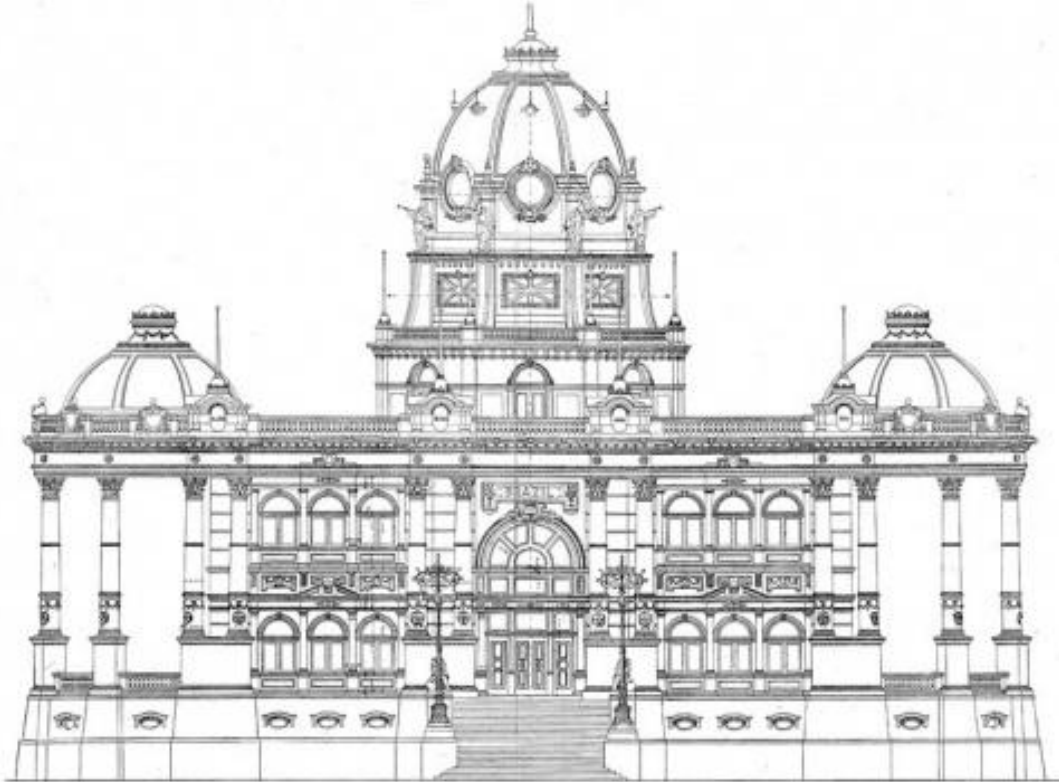


Fig. 12: planta do Palácio Monroe (Álbum da Avenida Central)

---

<sup>214</sup> Elementos verticais que formam o corrimão da escada ou a estrutura de um parapeito ou guarda-corpo.

<sup>215</sup> Henrique Campos Cavalleiro (1892-1975). Escola Nacional de Belas Artes. Pintor, desenhista, caricaturista, ilustrador e professor. Segundo o crítico Clarival do Prado Valadares, Henrique Cavalleiro é geralmente relacionado a diversos movimentos sendo necessário demonstrar sua identificação estilística a cada obra, pois o artista produziu trabalhos muito díspares. HENRIQUE Cavalleiro. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa61110/henrique-cavalleiro>>. Acesso em: 27 de Out. 2017. Verbetes da Enciclopédia.



Fig. 13 e Fig. 14: áreas internas do Palácio (Acervo George Ermakoff)

Tanto a área externa do prédio quanto a parte interna, foram intensamente alteradas com relação ao projeto inicial de Souza Aguiar considerando os diversos usos do imóvel ao longo de sua existência, como expusemos no primeiro capítulo. Em 1906, quando sediou a III Conferência Pan-Americana, o projeto já havia sido acrescentado de um porão ou pavimento inferior. De 1907 a 1914, o Palácio serviu como uma espécie de “salão de festas” oficial da Capital, entre congressos, formaturas e bailes. Em 1914 a Câmara dos Deputados, até então instalada no edifício da Cadeia Velha, mudou-se para o prédio e ali ficou até 1922, sendo obrigada a sair para o edifício da Biblioteca Nacional, pois o Palácio Monroe seria ocupado pela Comissão Executiva da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência de 1922. Em 1923, foram feitas obras que alteraram tanto o seu interior quanto a área externa, para que o edifício abrigasse o Senado, o que ocorreu em 3 de maio de 1925 (figura 15). Entre as principais intervenções realizadas neste momento, destacam-se: um piso intermediário que dividiu o pé direito; a retirada dos grandes lustres; a instalação de elevadores; a construção de um piso coberto no terraço, que circundava a cúpula; e o envidraçamento das duas varandas laterais.

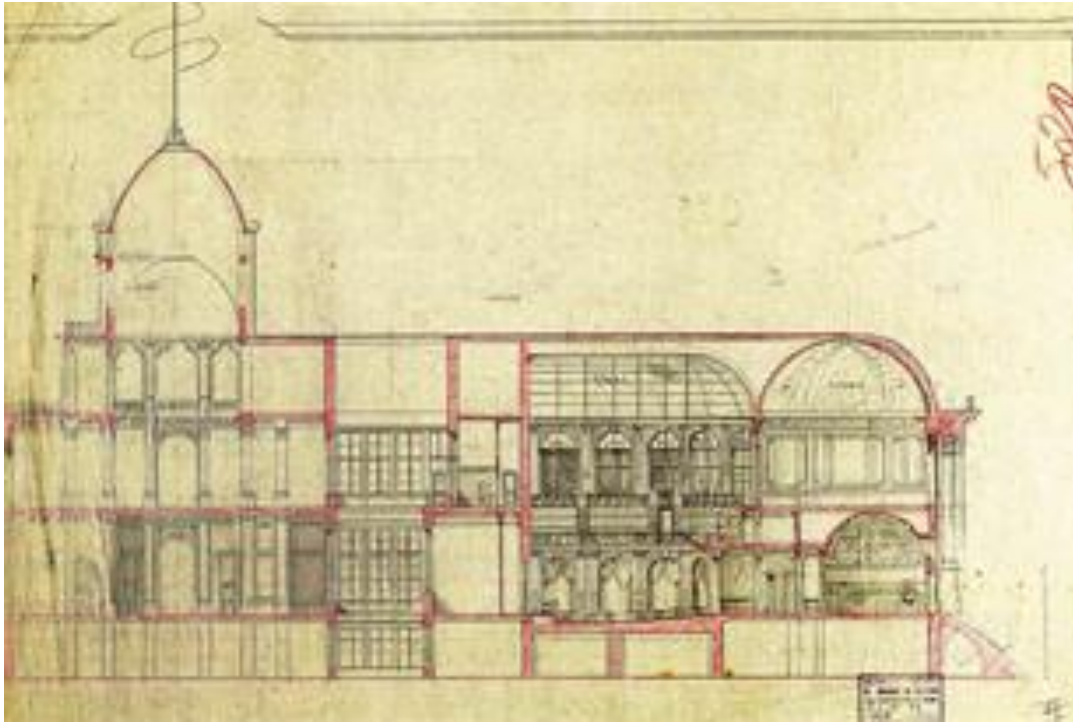


Fig. 15: projeto de adequação de 1923 (Acervo Arquivo Nacional)

Em 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, fechando o Legislativo, o Monroe recebeu o Ministério da Justiça, o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Departamento da Ordem Política e Social. Posteriormente, em 1945, foi sede do Tribunal Superior Eleitoral. Voltou a acolher o Senado em 1946, com o fim do Estado Novo e o restabelecimento do regime democrático. Em 1954, considerando que as instalações do Palácio se tornaram pequenas para atender às necessidades do legislativo, foi lançado edital de concurso de projetos para a construção de um novo prédio nos jardins do Monroe. Porém, com a mudança da capital para Brasília, em 1960, o concurso não teve prosseguimento e o edifício foi utilizado, em algumas de suas dependências, pelo Estado Maior das Forças Armadas e por uma residual representação do Senado, chamada de “Senadinho”. Em abril de 1975, a Mesa Diretora do Senado resolve propor a extinção da sua representação no Rio de Janeiro e devolver o Palácio Monroe ao patrimônio da União. Estava aberto o caminho para a demolição. Nas figuras 16 e 17 podemos perceber a diferença entre o Pavilhão São Luiz inaugurado em 1906 e o Palácio Monroe demolido em 1976, principalmente o piso coberto no terraço e o envidraçamento das duas varandas laterais.



Fig. 16: Palácio em 1906 (Augusto Malta/Arquivo Geral da Cidade do Rio)



Fig. 17: Palácio em 1976 (Acervo Olínio Coelho)

### 3.2. O Palácio Monroe e sua dimensão simbólica

Se considerarmos o fenômeno da nação como sendo algo característico da modernidade<sup>216</sup> surgido no final do século XVIII e início do século XIX, o nacionalismo brasileiro, como afirma Benedict Anderson, se desenvolveu tardiamente e de maneira idiossincrática<sup>217</sup>. Enquanto nossos vizinhos na América do Sul aderiram aos ideais iluministas para romper com seu passado colonialista e se alinhar à moderna ideia de nação através da fundação de Estados nacionais republicanos, no Brasil foi estabelecida uma monarquia constitucionalista e escravista, com poucas rupturas com a forma de dominação praticada pela antiga metrópole.

A “comunidade imaginada” brasileira foi construída de maneira lenta e gradual durante o todo século XIX e início do século XX, sempre mediada pelas elites. Tomando como base alguns dos elementos constitutivos da nação e da consciência nacional propostos por Benedict Anderson, perceberemos que a imprensa brasileira teve nascimento e desenvolvimento tardios e que o primeiro censo nacional somente foi realizado em 1872<sup>218</sup>. Além disso, o Brasil somente aboliu a escravidão em 1888 e a adesão ao modelo republicano ocorreu no apagar das luzes do século XIX. Como afirma István Jancsó:

[...] hoje é assente que a formação do Estado nacional brasileiro resultou de um processo de grande complexidade, ao qual é equivocado reduzir à ruptura, em 1822, do pacto que integrava as partes da América no império português<sup>219</sup>.

Nesta complexidade que foi o processo de formação da nação e do estado no Brasil, a ideia de cidade capital ganhou importância, pois deveria servir de modelo para o país, além de fortalecer a construção da imagem de uma nação pronta para ingressar, mesmo que tardiamente, no cenário civilizatório ocidental. Como já foi abordado, a nova função da cidade capital justificou uma série de intervenções públicas ocorridas no final do século XIX e início do século XX com o objetivo de normatizar, reger e

---

<sup>216</sup> Para Hobsbawm, a “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é fruto das revoluções modernas e está relacionada diretamente a uma certa forma de Estado territorial moderno: o “Estado-nação”. HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

<sup>217</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 21

<sup>218</sup> O censo seguinte estabelecido pela legislação, seria em 1882 e não ocorreu. Com Proclamação da República foram realizados censos em 1890 e em 1900 (Fonte: <http://memoria.ibge.gov.br/>).

<sup>219</sup> JANCÓSÓ, István. **Brasil: formação do Estado e da Nação. Apresentação**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2003, p. 15.

disciplinar o espaço para que este representasse os novos ideais almejados. Assim, o Rio de Janeiro passou a ter grande relevância no quadro urbanístico brasileiro, pois representava um símbolo da nação, uma cidade-síntese de um país imaginado. O Rio foi o espaço onde o Estado nacional se firmou simbolicamente como centro do poder institucional e como representação da própria nacionalidade que se queria fundar. Mas esta cidade-símbolo, que abrigou a capital da República e antes a capital do Império, foi também o lugar que sofreu as interferências urbanas mais profundas por parte do poder público<sup>220</sup>.

A reforma realizada por Pereira Passos no início do século XX, cuja obra principal foi a abertura da Avenida Central, possibilitou a efetiva introdução do estilo arquitetônico eclético no Brasil. Quase todas as edificações da Avenida foram escolhidas através de um concurso de fachadas, procedimento pouco conhecido no meio técnico brasileiro, e que “tinha como finalidade manter uma uniformidade de pensamento e forma, resultando num dos conjuntos mais expressivos da arquitetura da Primeira República”<sup>221</sup>. O final da Avenida foi o lugar escolhido por Pereira Passos para a construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, localização já consagrada na tradição artística da cidade pela presença do Teatro Lírico. A alocação desta instituição cultural neste espaço privilegiado, somando-se aos prédios públicos, também de estilo eclético, da Escola de Belas-Artes, da Biblioteca Nacional, da Câmara Municipal, do Supremo Tribunal Federal e do Pavilhão São Luiz, fez com que o local adquirisse uma forte significação política e cultural, caracterizando-se como o centro “civilizador” do Rio de Janeiro. A lógica que guiava toda essa transformação, e que não passava necessariamente pelos desejos dos habitantes da cidade, era a lógica da modernidade e da representação de uma nação que almejava ingressar no seleto grupo dos países

---

<sup>220</sup> Segundo Mauricio de Abreu “as áreas metropolitanas brasileiras são, na atualidade, uma das expressões espaciais mais acabadas da formação social brasileira, refletindo a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico. No caso do Rio, então, parece ser ainda mais significativo, pois, além de ter sido aí que se localizou a capital do Brasil de 1763 a 1960, a cidade foi a mais populosa do país durante quase todo esse período, só perdendo essa posição privilegiada para São Paulo na década de 50. Devido a isso, o Rio de Janeiro foi, durante muito tempo, um modelo urbano para as demais cidades brasileiras. E esta função de servir de modelo e de refletir, por conseguinte, as características da formação social num determinado momento, parece ser ainda mais um monopólio seu.” ABREU, Mauricio A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006, p. 16-17.

<sup>221</sup> ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (Oficialmente) Rejeitado: A destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In.: Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPUH Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308086788\\_ARQUIVO\\_ANPUH-versaofinal.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308086788_ARQUIVO_ANPUH-versaofinal.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2017, p. 1.

civilizados. E a construção do Pavilhão São Luiz, futuro Palácio Monroe, foi um símbolo desta aspiração, como já tivemos a oportunidade de destacar.

Outro aspecto da dimensão simbólica do Palácio Monroe está relacionado com a centralidade do Rio de Janeiro no cenário nacional, que não se limitava às questões arquitetônicas, urbanísticas, culturais e de comportamento, pois a história da cidade sempre esteve marcada por diversas transformações que coincidiram com os caminhos sociais, políticos e econômicos seguidos pelo Brasil desde o período colonial. Esta dimensão simbólica da cidade pode, inclusive, ser uma chave de compreensão a respeito das várias destruições realizadas ao longo da sua história, pois muitas vezes a demolição foi utilizada como estratégia para refazer os espaços, criando vazios e a possibilidade de novas identidades.

Com a exploração aurífera no século XVIII, o Rio de Janeiro foi o principal porto de escoamento do metal o que fez a população carioca ter a experiência de conviver com diversas pessoas, produtos e culturas, dando à cidade um caráter cada vez mais cosmopolita. O reconhecimento desta transformação veio em 1763, quando houve a transferência da capital de Salvador e o Rio de Janeiro se tornou sede do vice-reino do Brasil e capital da Colônia. Desde o início do século XIX, durante o processo emancipacionista que culminou na Independência (1822), o Rio de Janeiro foi o palco de grandes agitações políticas. Em suas ruas ocorreram episódios decisivos, como o Dia do Fico, a coroação de dois imperadores, a Abolição da escravidão e, por fim, a Proclamação da República.

Já consolidada como capital do país, a cidade adentrou no século XX como um símbolo do projeto civilizador republicano. Nos anos 20, 30 e 40, o Rio de Janeiro seria palco de novas e importantes agitações políticas, considerando os novos grupos que alcançaram o poder. Com a queda de Vargas, em 1945, seguiu-se um breve período democrático. Pelas ruas da capital federal, os cariocas assistiram ao retorno de Vargas à presidência pelo voto popular, em 1951 e à crise política que o levou ao suicídio, em 1954, seguida de diversas manifestações populares. Esta crise política ameaçou as eleições presidenciais e a posse do novo presidente Juscelino Kubitschek foi garantida somente pelo “contragolpe preventivo” do Exército, então comandado pelo ministro da Guerra, general Henrique Lott, em novembro de 1955. Como resultado do processo de implantação da política desenvolvimentista de Juscelino, foi construída a cidade planejada de Brasília e o Rio de Janeiro deixou de ser a capital federal em 1960.

Em 14 de março de 1960 foi criado o estado da Guanabara, sendo que sua composição geográfica englobou o território da antiga capital. A lei que criou a nova cidade-estado previa eleições para o mês de outubro daquele ano e o primeiro governador eleito foi Carlos Lacerda, que procurou manter a capitalidade de fato do Rio de Janeiro, pois era um fator favorável aos seus interesses futuros de campanha para a presidência da República.

Mesmo com a transferência da capital para o planalto central, o Rio de Janeiro não perdeu a sua centralidade no cenário político nacional. Como já foi exposto, continuou funcionando na cidade uma representação do Senado, chamada de “Senadinho” e que ficava no primeiro andar do Palácio Monroe. Por seus corredores passavam diariamente jornalistas e senadores de vários os estados da federação em trânsito pela cidade, tratando dos mais diversos temas. Assim, o Monroe manteve-se como um espaço político. Quando o *Jornal do Brasil*, em 29 de abril de 1975, publicou uma matéria a respeito da possível extinção do “Senadinho”, aproveitou para abordar um pouco da sua história, sob este ponto de vista da política:

Após o 31 de março de 1964, o Senado voltara a ser o centro político de importância nacional, pois algumas de suas figuras mais brilhantes eram cercadas de atenção pelo presidente Castelo Branco (...) Com a extinção dos antigos partidos, o Monroe passou a ser o centro político de preferência, para os contatos entre os políticos e jornalistas (...) O Monroe foi um verdadeiro termômetro durante cerca de cinco anos – ou quase isto. Por seus corredores desfilaram os últimos mastodontes da política brasileira. (...) A crise decorrente das passeatas estudantis abalou o velho Palácio; a morte do estudante no Calabouço e o discurso de Marcio Moreira Alves na Câmara fizeram tremer os seus alicerces com maior intensidade do que as britadeiras de ar comprimido utilizadas para abrir, à sua frente, os fundos túneis subterrâneos do metrô, que lhe desfiguraram a fachada imponente. (...) no seu frontispício está a data de sua inauguração, ou seja, 1904. Sugeriu-se que se acrescentasse a data de falecimento, 13 de dezembro de 1968. Depois do AI-5 e durante todo o governo Médici, quando os políticos ficaram na geladeira, o Monroe emudeceu. O Velho Palácio já perdera sua magia.<sup>222</sup>

No começo da década de 1970, apesar de esvaziado de importância em decorrência do sufocamento do Poder Legislativo em tempos de ditadura, o Monroe continuava a fazer parte da política brasileira, constituindo-se um local de articulação. Em 30/05/70, o Senador Dinarte Mariz (ARENA-RN) em visita ao Monroe, “ponto de

---

<sup>222</sup> *Jornal do Brasil*, 29 abr. 1975, p. 3.



encontro dos políticos na Guanabara”, afirmou que entregaria uma lista de nomes ao presidente Médici, para a escolha do vice-governador do Rio Grande do Norte<sup>223</sup>; em 20/06/70, o Senador José Candido Ferraz (ARENA-PI) conversou, no Palácio, com jornalistas a respeito da importância da construção da rodovia Transamazônica para o país<sup>224</sup>; em 29/08/70, senadores da ARENA e do MDB fizeram tratativas para a indicação de representantes do Brasil na Conferencia Interparlamentar de Haia, na Holanda. Em 20/01/72 o Senador João Cleofas (ARENA-PE) fez uma declaração a respeito da política econômica e financeira do governo<sup>225</sup>; em 03/05/72, o Senador Danton Jobim (MDB-GB) desabafou com jornalistas a respeito da desunião de seu partido<sup>226</sup>. Em 14/06/72, o Senador Eurico Resende (ES), vice-líder da ARENA, declarou que o estudo sobre o modelo político brasileiro seria elaborado pela Escola Superior de Guerra, e que não haveria prazo para o seu término<sup>227</sup>. Em 16/02/73, o Senador Benjamin Farah (MDB-GB) concede, no Monroe, entrevistas a jornalistas afirmando que aquele ano seria decisivo para a política nacional, pois seriam debatidas no Congresso diversas leis relativas ao processo eleitoral<sup>228</sup>; em 27/07/73, o Senador Arnon de Melo (ARENA-AL) declara, nos gabinetes da representação do senado no Palácio, a necessidade do Brasil ter um programa de energia nuclear<sup>229</sup>; em 18/08/73, o então presidente do Senado, Paulo Torres (MDB-RJ), fez a sua primeira visita ao Palácio Monroe<sup>230</sup>.

Todos os exemplos expostos acima reforçam o aspecto do Palácio Monroe como um local de articulação política no início dos anos 70 e indicam uma possível interpretação a respeito de sua demolição, que também merece a nossa atenção.

No regime autoritário brasileiro inaugurado em 1964, o Parlamento e as eleições populares foram meramente figurativos, predominando a ação do Poder Executivo. Não houve plena liberdade política para partidos, os sindicatos e grupos sociais, que tiveram as suas autonomias suprimidas ou toleradas enquanto não incomodassem o poder da elite governante. O pluralismo político e a oposição foram compulsoriamente reduzidos e a mobilização da sociedade foi sufocada. Em decorrência destas características, o

---

<sup>223</sup> O Globo, 30 mai. 1970, p. 9.

<sup>224</sup> O Globo, 20 jun. 1970, p. 8.

<sup>225</sup> O Globo, 20 jan. 1972, p. 14.

<sup>226</sup> O Globo, 03 mai. 1972, p. 18.

<sup>227</sup> O Globo, 14 jun. 1972, p. 12.

<sup>228</sup> O Globo, 16 fev. 1973, p. 10.

<sup>229</sup> O Globo, 27 jul. 1973, p. 11.

<sup>230</sup> O Globo, 18 ago. 1973, p. 2.

Poder Legislativo foi relegado a uma posição secundária, ou até mesmo, em alguns momentos, eliminado.

Todavia, o que chama a atenção e o que foi peculiar ditadura civil-militar brasileira, distinguindo-a dos demais países latino-americanos, foi a necessidade de se legitimar perante as instituições existentes. Para Thomas Skidmore<sup>231</sup>, havia uma “propensão dos militares brasileiros para uma legitimidade formal” e um desejo “de estarem munidos de uma justificativa legal para a afirmação de sua autoridade arbitrária”. Para o governo militar, o regime brasileiro não poderia se tornar uma ditadura pessoal, deveria ser institucional e “aceito” como uma solução viável e legítima para problemas nacionais. Já Antony Pereira<sup>232</sup> entende que o regime autoritário brasileiro inaugurado em 1964 era uma curiosa e híbrida mistura entre a “ditadura conservadora”, que procurava manter as instituições legais existentes, usando-as para se legitimar, e a “ditadura revolucionária”, que rejeitava a necessidade de continuidade legal e tentava adquirir a legitimidade invocando uma suposta vontade popular revolucionária.

Desta forma, enquanto foi importante para a aparente legitimidade do governo autoritário, o Legislativo se manteve presente no cenário político, mas sempre de forma inferiorizada e tendo a função de legitimar as iniciativas do Executivo. O próprio Roberto Campos, ministro do planejamento do governo do general Humberto Castelo Branco (1964-1967), afirmava que a manutenção do parlamento, embora pudesse acarretar resistências às mudanças sociais, tendências inflacionistas e impulsos distributivistas, teria, entre outras, a função de “legitimar” o sistema político, através da intermediação na relação entre a clientela e a burocracia ou tecnocracia, canalizando para o governo as demandas advindas da sociedade<sup>233</sup>.

Com o governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969), membros do Congresso Nacional, inclusive parlamentares governistas da ARENA, passaram a pressionar pela recuperação de seus poderes e de sua autonomia. O governo acabou sofrendo algumas derrotas no Legislativo, ao mesmo tempo em que ocorria um aumento da atividade fiscalizadora do Congresso. Apesar da maioria das propostas de leis aprovadas serem de origem executiva, o Legislativo havia se tornado o único local

---

<sup>231</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 1964-1985. 8a. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 170.

<sup>232</sup> PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

<sup>233</sup> CAMPOS, Roberto de Oliveira. O Poder Legislativo e o Desenvolvimento. In: MENDES, Cândido (Org.). **O Legislativo e a Tecnocracia**. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 31-41.

institucionalizado onde poderia surgir alguma crítica ao governo. Porém, a partir do AI-5 de 1968, o Legislativo ficou impedido de legislar, sendo forçado a rejeitar suas próprias iniciativas. Os projetos aprovados eram aqueles que o Executivo apresentava. Apesar desta situação limitadora, o Poder Legislativo brasileiro foi formalmente mantido, havendo uma aparente “liberdade” de escolha dos parlamentares, dentro de um quadro limitado de candidatos que participavam de um processo eleitoral bipartidário<sup>234</sup>.

Diante deste panorama político no início dos anos 1970, a existência de uma representação do Senado na antiga capital federal era de uma absoluta redundância para o governo militar. Não havia sentido manter um “Senadinho” longe dos olhos atentos do poder autoritário de Brasília. Por isso, Golbery do Couto e Silva, através do Aviso ministerial no 964, de 09/10/75, comunicou laconicamente que o prédio seria demolido e sua área transformada em logradouro público.

Percebe-se, portanto, que apesar da capital federal ter sido transferida para Brasília, o Rio de Janeiro continuava sendo um importante palco político do país, além de um potencial foco de oposição ao regime autoritário. Assim, do ponto de vista do governo militar, era necessário esvaziar a centralidade do Rio de Janeiro em prol de Brasília. Não foi por acaso que no período correspondente ao governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ocorreu a transferência dos principais órgãos decisórios da União para o novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central, como o Quartel-General do Exército, chamado “Forte Apache”, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país<sup>235</sup>. Durante a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979) este processo de esvaziamento continuou, culminando na fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro.

Marieta de Moraes Ferreira, analisando a historiografia a respeito do tema, destaca que pela versão oficial do governo a fusão era justificada por questões geoeconômicas, como uma forma de criar um estado forte, tanto do ponto de vista

---

<sup>234</sup> ABRANCHES, Sérgio Henrique H.; SOARES, Gláucio Ary D. As funções do Legislativo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº. 1, janeiro / março 1973, p. 73-98. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/5888/4578>. Acesso em 16 out. 2017.

<sup>235</sup> MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo?. In.: André Nunes de Azevedo. (Org.). **Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002, v. 1, p. 159-170.

político quanto econômico, dando mais equilíbrio a federação<sup>236</sup>. Segundo a exposição de motivos da lei complementar nº 20, de 1/07/74 a "fusão traria progresso e bem-estar não apenas para as populações dos dois estados, mas também em nível nacional, através da criação de um novo polo dinâmico de desenvolvimento".

Porém, não se pode negar a dimensão política do projeto de fusão do Rio de Janeiro, representada exatamente na preocupação do regime militar em reduzir a influência e importância da antiga capital no cenário nacional, bem como criar uma nova identidade política para o novo estado do Rio de Janeiro.

Em documento não assinado e datado de 9/05/74, encontrado no Arquivo Geisel, foi traçada a base pela qual deveria ser construída esta nova identidade:

Em uma época conturbada, em que antagonismos internos e externos devem ser superados, no caminho da afirmação brasileira como nação significativa na ordem mundial, não será demais procurar uma situação de equilíbrio federativo e de melhor estruturação territorial. (...) Deve reconhecer-se, entretanto, que uma coletividade - nacional ou regional, estadual ou simplesmente local - é dotada de memória e de valores históricos, que precisam ser cultivados, numa fase de transição de civilização, ativamente preservados com carinho. As tradições fluminenses, de que a cidade do Rio de Janeiro sempre foi parte e parcela, são componentes necessárias dessa personalidade. Preservá-las é, para as atuais gerações, dever tão grande quanto o de manter a integridade territorial da nação. A reunião dos dois estados - o que não passa de uma recomposição longamente devida - será, até e sobretudo, pelo potencial de transformação e de progresso que gera, mais um fator para que o intenso processo de mudança e modernização de nosso país se faça sem atingir as suas características básicas e a sua inconfundível fisionomia nacional<sup>237</sup>.

Ainda segundo Marieta de Moraes Ferreira, da leitura deste documento é nítido perceber

[...] a intenção de diluir a identidade carioca em favor da recuperação de uma outra memória, a das tradições fluminenses, de que a cidade do Rio sempre fora "parte e parcela". A história colonial da capitania do Rio de Janeiro e, em seguida, a história da velha província fluminense deveriam ser os elementos históricos legitimadores do ato da fusão. A cidade do Rio de Janeiro deveria esquecer seu passado de capital do país para retomar uma identidade, relacionada a uma herança colonial, de motor de ocupação e desenvolvimento de toda a área adjacente.<sup>238</sup>

---

<sup>236</sup> FERREIRA, Marieta M. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In.: ABREU, Alzira Alves de (Org.) **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 163-200.

<sup>237</sup> FERREIRA, Marieta M. Op. Cit., p. 177.

<sup>238</sup> Op. Cit., p. 178.

Contudo, para alcançar o objetivo de criar uma nova identidade para o Rio de Janeiro eram necessárias outras medidas além da simples fusão, pois a imagem da cidade tinha sido construída como espaço-síntese da nação e da nacionalidade, como destacamos no início deste item. Era fundamental para o poder militar desconstruir esta imagem de “vitrine do Brasil”, esvaziando a força política da cidade e transformando efetivamente Brasília como capital de direito do país.

Sob este aspecto, a demolição do Palácio Monroe é emblemática, pois o prédio era um importante símbolo da memória do Rio-capital. É possível considerar que a sua destruição tenha feito parte de uma política deliberada do governo de apagar as marcas do Rio de Janeiro como centro da nacionalidade juntamente com a fusão da Guanabara. Os argumentos estéticos, arquitetônicos e urbanísticos que monopolizaram os debates a respeito da destruição, serviram como uma luva para que o regime militar alcançasse este objetivo.

Em despacho do ministro Armando Falcão com o presidente Geisel, datado de 12 de junho de 1974, foi colocada em pauta uma solicitação do senador Paulo Torres no sentido da preservação do Palácio. Para o parlamentar, a representação do Senado no Monroe era um ponto de encontro dos senadores quando se deslocam para a Guanabara e os parlamentares “ficariam tristes se o prédio desaparecesse”. Porém, o ponto de vista do governo federal, expresso através dos argumentos de Armando Falcão, era que seria do agrado oficial “a transferência para Brasília do núcleo daquela casa do parlamento que ainda funciona no antigo Palácio Monroe, no Rio, que está mal conservado internamente e dilacerado pelas obras do metrô”<sup>239</sup>.

### **3.3. A demolição**

A palavra demolição possui um sentido eminentemente negativo associado a uma espécie de destruição violenta e arrasadora em contraposição com aquilo que é construtivo e edificante. Alberto Goyena afirma que suas representações mais vulgares “revelam empenas mutiladas, fachadas arruinadas, coberturas estragadas, portarias desfeitas, lembranças pulverizadas – são imagens que frequentemente despertam, ilustram ou traduzem sentimentos nostálgicos de perda e morte”. O mesmo autor, porém, ensina que a palavra nem sempre carregou esta conotação:

---

<sup>239</sup> FERREIRA, Marieta M. Op. Cit., p. 179.

*Demolitio* é a tarefa de demover, de transladar, como se faz com um monumento que repousava sobre um pedestal. O verbo *demoliri* deriva de *moliri*, que significa construir, cuja raiz mole é “grande estrutura”. Já seu prefixo de- conota “pôr abaixo”, “pôr atrás”, mas também “reverter”. Neste último sentido, mais do que como uma destruição da arquitetura, a demolição se apresenta como uma construção em reverso – uma espécie de desarquitetura –, indicando também a possibilidade de pensá-la como um ato criativo de traslado<sup>240</sup>.

Assim, a demolição, como palavra e categoria de pensamento, estimula a reflexão a respeito da sua categoria aparentemente oposta, qual seja, a preservação. Já no campo da memória, a demolição é frequentemente relacionada ao perigo do esquecimento, ao risco de desaparecimento ou a possível perda de identidade e cultura. Apesar de concordamos com a proposta de Goyena no sentido de pensar a demolição de modo menos acusatório, uma vez que as políticas patrimoniais devem “inevitavelmente realizar seleções, que as concepções de patrimônio e preservação apresentam profundas divergências segundo o contexto social e que a memória pressupõe não só a lembrança, mas também o esquecimento”<sup>241</sup>, no caso do Palácio Monroe a sua demolição teve um alto grau de violência, tanto material quanto simbólica.

Com a extinção do “Senadinho”, o governo federal, através do então Serviço de Patrimônio da União (SPU), realizou no final do ano de 1975 uma concorrência pública para efetivar a demolição do Monroe. A ideia não era gastar dinheiro com a empreitada, pois o certame seria vencido pela empresa que oferecesse o maior preço para arrematar o Palácio e, posteriormente, se remunerar com a venda do material uma vez que diversos componentes do edifício possuíam relevante valor monetário como, por exemplo, a grande abóbada central, os lambris e portas em madeira de lei, as peças e esculturas entalhadas, os lustres em metal, cristal e opalina, a escadaria de mármore, vitrais diversos e toda estrutura de ferro que possibilitou a remoção do então Pavilhão São Luiz dos EUA para o Brasil, em 1904. O Monroe foi demolido entre janeiro e agosto de 1976 pela firma demolidora especializada chamada Aghil Comércio de Ferro

---

<sup>240</sup> GOYENA, Alberto. **A demolição em sete obras: patrimônio, arquitetura e esquecimento**. 2015. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2015, p. 18.

<sup>241</sup> GOYENA, Alberto. Rituais urbanos de despedida: reflexões sobre procedimentos de demolição e práticas de colecionamento. p. 3. In: Seminário Internacional, Museografia e Arquitetura de Museus: Identidades e Comunicação, 2., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: < [http://www.arquimuseus.arq.br/anais-seminario\\_2010/eixo\\_i/p1-artigo-albertogoyena-26-10.pdf](http://www.arquimuseus.arq.br/anais-seminario_2010/eixo_i/p1-artigo-albertogoyena-26-10.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2017, p. 18

Ltda. que arrematou a demolição do Palácio por Cr\$ 191.000,00, com direito à venda de todos os materiais, mobiliário e peças que, segundo estimativas do Jornal *Diário de Notícias*, valeriam Cr\$ 9.000.000,00<sup>242</sup>.

Antes de colocar o prédio abaixo a empresa teve que realizar um minucioso processo de retirada das partes internas que chegou a ser considerado por seus funcionários como um “verdadeiro artesanato”, pois na construção do prédio teria sido “utilizada a mesma técnica de estuque dos Arcos da Lapa e por esse motivo a desmontagem é quase toda feita à mão”<sup>243</sup>. Além disso, se descobriu que as paredes do Monroe não eram comuns, pareciam de gesso, mas na verdade eram de um material bastante resistente à base de massa cozida com óleo de baleia, armado sobre telas de arame. Algumas destas paredes eram muito espessas. Os 30 operários contratados pela empresa nesta fase inicial e que trabalhavam sem quaisquer condições de segurança, praticamente não utilizaram britadeiras, somente marretas e picaretas. Soma-se a isso o fato das estruturas metálicas do edifício desaconselharem qualquer tipo de implosão.

Os vitrais do plenário do Senado de autoria do pintor Henrique Campos Cavaleiro, trabalhados a fogo em vidro belga e opalina, foram desmontados por uma empresa especializada contratada pela Aghil: a Vidraçaria Arte Vitraux, de propriedade do russo Jonas Slichticas, que durante muitos anos trabalhou com o Henrique Campos Cavaleiro. Antes mesmo de iniciada a retirada já tinham sido realizadas duas propostas de particulares interessados em adquirir o vitral principal, avaliado em Cr\$ 120.000,00. Este valor era quase o preço total pelo qual a Aghil tinha arrematado o Palácio. Os 16 vitrais internos — estimados em Cr\$ 6.000,00 por unidade — e um vitral lateral de 15 metros quadrados, o único existente no Brasil em homenagem à Proclamação da República (figura 18), foram avaliados em Cr\$ 50.000,00<sup>244</sup> e depois por Cr\$ 120.000,00<sup>245</sup>.

Os filhos do pintor Henrique Cavaleiro também estavam interessados em comprar os vitrais para preservar o acervo de “singular valor artístico” deixado pelo pai, pois eram as únicas peças no gênero em toda a obra do artista. O russo Jonas Slichticas, dono da Vidraçaria Arte Vitraux, e o xilogravador e crítico de arte Quirino Campofiorito apelaram em reportagem veiculada no *O Globo* para que o Governo

---

<sup>242</sup> Diário de Notícias, 11 jan. 1976, p.10.

<sup>243</sup> Jornal do Brasil, 11 jan. 1976, p. 22.

<sup>244</sup> O Globo, 20 jan. 1976, p. 15.

<sup>245</sup> O Globo, 12 fev. 1976, p. 11.

comprasse de volta todas as peças que, segundo Campofiorito, “deveriam estar no Museu Nacional de Belas-Artes”<sup>246</sup>. Sabe-se que pelo menos um dos vitrais do plenário foi comprado por um restaurante da Barra da Tijuca e outros por um grupo de arquitetos paulistas. Não conseguimos afirmar com exatidão o destino das demais peças.



Fig. 18: vitral em homenagem à República (Acervo Olinio Coelho)

Outras obras de arte e o mobiliário interno também foram removidos e vendidos, além dos pisos, aramados, elevadores, portas e gradis. Os seis primeiros anjos de bronze retirados da cúpula, medindo três metros de altura e pesando 150 quilos cada, foram comprados rapidamente por Cr\$ 10.000,00, a unidade<sup>247</sup>. Cerca de 2 mil metros quadrados de assoalho foram ensacados e vendidos a um grupo de japoneses, “atraídos pelos tacos de peroba do campo formando desenhos graciosos”<sup>248</sup>. Uma escadaria de ferro, em caracol, foi vendida a granel para particulares interessados em decorar suas casas, à base de Cr\$ 5.000,00 o metro.

A retirada dos leões esculpidos em massa carrara foi um trabalho delicado que demorou alguns dias. Das quatro esculturas dos leões, inicialmente duas foram vendidas a Luís Carlos de Adriano Franco, um fazendeiro de Uberaba, Minas Gerais. O fazendeiro adquiriu os leões por Cr\$ 20.000,00 para satisfazer a vontade de sua mãe “Dona Olésia”, pois o leão era o símbolo que o seu marido tinha escolhido para a próspera fazenda de gado chamada São Geraldo: “é uma espécie de homenagem póstuma de mamãe e de toda a família. As peças serão colocadas no pórtico de nossa

<sup>246</sup> O Globo, 20 jan. 1976, p. 15.

<sup>247</sup> O Globo, 12 fev. 1976, p. 11.

<sup>248</sup> Jornal do Brasil, 11 jan. 1976, p. 22.



fazenda-sede, em Uberaba”, disse Luis Carlos a reportagem do *O Globo*<sup>249</sup>. Além dos leões, o fazendeiro comprou por Cr\$ 20.000,00 o portão de ferro que decorava a entrada principal do Palácio e uma estátua de anjo. Acabou ganhando de “presente” do Sr. Antônio Gonçalves da Silva, funcionário encarregado da demolição, a mureta que decorava o último andar do prédio. Como tinha sido a primeira vez que o empresário rural tinha comprado alguma escultura na sua vida, pretendia promover uma grande festa quando chegasse na fazenda São Geraldo. Segundo Alberto Goyena os objetos, partes ou entulhos retirados de uma demolição podem ser revalorizados como matéria-prima, coleções, monumentos ou patrimônios em outros ambientes:

Se a ideia de permanência na arquitetura é uma ficção, também o é a da tábula rasa, pois, decerto, a matéria demolida e fragmentada não desaparece do tecido urbano, mas segue um percurso criativo e dinâmico capaz de mostrar o quanto é sólido o postulado segundo o qual a consciência do desaparecimento arquitetônico desperta também o interesse patrimonial.<sup>250</sup>

O destino dos leões do Monroe é um bom exemplo deste “percurso criativo” sugerido por Goyena. As outras duas esculturas dos leões tinham sido compradas por um outro fazendeiro e transportadas para o município de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro. Algum tempo depois, o fazendeiro de Uberaba que havia comprado dois leões também adquiriu os outros dois leões que estavam em Teresópolis e os levou para um sítio de sua propriedade na Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Sergio Fridman relata que anos mais tarde, em 1983, foi intenção de Luís Carlos Franco colocar os leões num empreendimento hoteleiro que seria construído no bairro da Urca, no local onde funcionou a TV Tupi. O projeto era demolir o prédio para construir um hotel pertencente a rede internacional *Holiday Inn*, com 10 andares e 280 apartamentos, e acabou não se concretizando. Luís Carlos, dono dos quatro leões, resolveu vender dois deles para um cidadão de Ibiúna, no estado de São Paulo, chamado Sr. Salustiano. Finalmente, estes dois leões foram adquiridos pelo Instituto Ricardo Brennand, com sede em Recife, Pernambuco, onde atualmente se encontram<sup>251</sup> (figuras 19, 20, 21 e 22).

---

<sup>249</sup> O Globo, 8 jan. 1976, p. 10.

<sup>250</sup> GOYENA, Alberto. **A demolição em sete obras: patrimônio, arquitetura e esquecimento.** p. 83.

<sup>251</sup> FRIDMAN, Sergio A. **Palácio Monroe: da construção a demolição.** Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011, p.62.



Fig. 19: leões sendo retirados (Correio da Manhã). Fig. 20: leões sendo transportados para a Fazenda São Geraldo (Luís Pinto/Acervo O Globo)



Fig. 21: leões na Fazenda São Geraldo (acervo Luís Carlos Franco) e fig. 22: leões no Instituto Ricardo Brennand (acervo IRB).

A intenção inicial da empresa Aghil para a grande cúpula de cobre era retirá-la intacta e vende-la por um preço alto. Porém, no decorrer da demolição perceberam que seriam necessários três guindastes com capacidade para levantar 100 toneladas cada, além de 20 dias de trabalho ininterrupto. Considerando o tempo necessário, os valores referentes aos alugueis das máquinas e o pagamento dos funcionários e técnicos que seriam envolvidos no desmonte, a empresa avaliou a empreitada em Cr\$ 1.000.000,00, o que seria inviável. Optaram, então, em desmontar a cúpula de 300 toneladas e 15 metros de diâmetro para vende-la em partes a um ferro-velho por Cr\$ 60.000,00<sup>252</sup>.

Os dois últimos anjos de cobre, de um total de oito, e que pesavam 150 quilos, foram adquiridos por Hely Walter Couto e Joel de Assis, proprietários da empresa Décors – Decoração de Interiores Ltda., localizada em Brasília e custaram Cr\$ 25.000,00 cada. Os seis primeiros anjos foram vendidos por Cr\$ 10.000,00, a unidade<sup>253</sup>.

<sup>252</sup> O Globo, 12 fev. 1976, p. 11.

<sup>253</sup> O Globo, 12 fev. 1976, p. 11.

No dia 27/02/76 foi veiculada notícia no *O Globo* de que as últimas peças de valor ainda à venda na demolição do Palácio Monroe tinham sido reservadas por um grupo de seis arquitetos paulistas, interessados em objetos antigos para aproveitá-los em novas construções. O grupo, que não quis se identificar, se interessou pelo vitral octogonal com a inscrição “Ordem e Progresso”, por outros vitrais de pequeno porte ainda disponíveis e oito brasões de cobre que enfeitavam a cúpula principal:

[...] além da cúpula menor que ficava na lateral do edifício. Antes de decidir por estas peças e realizar a proposta de Cr\$ 103.000,00 para a sua aquisição, os interessados circularam por muito tempo pelo pátio do Monroe, onde está depositada a maioria dos objetos ainda à venda. Lá podem ser vistas grades trabalhadas, cerca de 22 brasões de cobre, umas 50 pequenas cabeças de leão em mármore, mais uma centena de balaústres também de mármore e mais umas 20 pequenas peças de adorno confeccionadas em cobre<sup>254</sup>.

A venda deste material foi realizada de forma totalmente informal. Segundo entrevista concedida para o documentário longa metragem *Crônica da Demolição*<sup>255</sup> pelo fazendeiro mineiro que comprou as esculturas dos leões e os portões de ferro para decorar a sua propriedade em Uberaba, Luís Carlos de Adriano Franco, todas as tratativas eram feitas diretamente com o funcionário encarregado da demolição, “um português chamado seu Silva” que lhe foi apresentado no canteiro obras como sendo “o dono do Palácio”. Foi o Sr. Silva que teria estipulado o preço de vários itens comprados pelo fazendeiro. Para a reportagem do Jornal *O Globo*, quando perguntado a respeito dos critérios para a fixação dos valores das peças, o Sr. Antônio Gonçalves da Silva teria afirmado que “não poderia falar muito. Os homens do Governo (fiscais do Ministério da Fazenda) pediram-me sigilo”<sup>256</sup>. Para o Jornal *Diário de Notícias*, o Rio de Janeiro se desfalcava de seu acervo, mas, em compensação, “fazia a fortuna dos empresários da sucata e outros materiais do submundo dos negócios estranhos”<sup>257</sup>.

---

<sup>254</sup> *O Globo*, 27 fev. 1976, p. 7.

<sup>255</sup> Entrevista concedida para o documentário longa metragem **CRÔNICA da demolição**. Direção: Eduardo Ades. ImagemTempo. Rio de Janeiro – RJ, 2015. 90 min.

<sup>256</sup> *O Globo*, 8 jan. 1976, p. 10.

<sup>257</sup> *Diário de Notícias*, 11 jan. 1976, p. 4.



Fig. 23: início da demolição (Alcyr Cavalcanti/Acervo O Globo)



Fig. 24: “trabalho artesanal” de desmonte (José Vidal/Acervo O Globo)



Fig. 25: retirada dos anjos de Bronze (Rossini Perez/Acervo Biblioteca Nacional)



Fig. 26: desmonte da Cúpula de Bronze (Anibal Philot/Acervo O Globo)

Apesar do Palácio não ter sido objeto de tombamento por parte do IPHAN quando apreciou a questão do conjunto arquitetônico remanescente da Avenida Central, podemos afirmar, pelo que já foi exposto até agora, que o prédio possuía significação artística, estética, histórica e até mesmo turística, pois estava localizado na mesma área do Museu de Belas Artes, da Biblioteca Nacional e do Teatro Municipal. Ademais, como abordamos no capítulo anterior, é possível atribuir ao Monroe o valor de documento, pois representativo do estilo arquitetônico predominante ao longo

implementação e consolidação da República em nosso país bem como de um período histórico possuindo, assim, um valor que refletia as escolhas e representações de uma determinada época.

Vale destacar que o contrato realizado com a empresa responsável por colocar o prédio abaixo não foi objeto de qualquer tipo de fiscalização pelo Poder Público, uma vez que as partes resultantes do desmonte do Palácio foram retiradas e vendidas sem qualquer avaliação anterior de sua relevância artística, estética ou histórica. A possibilidade da empresa se remunerar através da venda do material resultante da demolição deveria ser seguida dos critérios autorizadores deste descarte, sempre com a fiscalização dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, tais como o próprio IPHAN. Porém, pelo que afirmou o Sr. Silva “os homens do Governo” lhe pediram sigilo a respeito dos critérios para a fixação dos valores das peças e materiais do Palácio<sup>258</sup>.

Na notícia veiculada em 28.01.76, o jornal *Última Hora* informa a respeito da intenção de Durval Lobo, de propor uma Ação Popular para impedir a destruição do Monroe, mencionando a preocupação de que, no caso da “Justiça permitir o prosseguimento da demolição, o impetrante terá que arcar com todos os prejuízos gerados pela interrupção da obra”<sup>259</sup>. Ora, esta preocupação não nos parece válida. De acordo com a legislação em vigor na época, se fossem demonstrados cabalmente os requisitos necessários para o deferimento de um pedido liminar visando suspender a demolição do Palácio Monroe e, ao final do processo, a conclusão fosse no sentido de ausência de invalidade e lesividade do ato impugnado, não haveria sentido, ao nosso ver, a condenação do autor popular na indenização dos prejuízos eventualmente causados com a interrupção da demolição, pois não estaria configurada qualquer má-fé no caso concreto. Pelo contrário, a Ação Popular, se fosse proposta, teria sido muito bem fundamentada em diversos estudos e pareceres como foram aqueles produzidos pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro<sup>260</sup>.

Provavelmente, o receio em utilizar a Ação Popular não era a eventual indenização. A participação direta do cidadão necessita de um ambiente democrático que garanta a sua efetiva liberdade na atuação em prol da coletividade. Se o regime é

---

<sup>258</sup> O Globo, 8 jan. 1976, p. 10.

<sup>259</sup> Última Hora, 28 jan. 2076, p.12.

<sup>260</sup> ALVARENGA, Daniel Levy de. A demolição do Palácio Monroe e a Lei nº 4.717/65 (Ação Popular): um estudo de caso. **Publicações da Escola da AGU: Direitos Culturais, a Questão Patrimonial Brasileira**, v.9, n. 3, p.9 - 25, 2017.

autoritário não há este ambiente facilitador da mobilização das pessoas e da cooperação nos esforços voltados a impedir a lesão do patrimônio público. Ora, não podemos esquecer que nos anos 1970 o Brasil vivia os horrores do golpe civil-militar de 1964, onde a liberdade, em todos os seus aspectos, era bastante restrita. Nesse sentido, o Palácio Monroe teria sido vítima desta falta de liberdade e de confiança nos instrumentos judiciais disponíveis à época para sua preservação. No processo democrático, os cidadãos só se sentem participantes quando têm a segurança de que sua liberdade não será restringida pelo simples fato de utilizar os mecanismos legitimamente disponíveis para a defesa dos interesses da coletividade.

Ainda hoje, se quisermos comprar uma das peças que constituíam o acervo do Palácio basta oferecermos pela *internet* a quantia de R\$ 150.000,00 ao leiloeiro Horácio Ernani Rodrigues de Mello e teremos em casa a “fruteira do artista Sasportas, em bronze ormolú com 4 figuras de querubins, prato de cristal baccarat lapidado e lavrado com brasão da República”<sup>261</sup>. O mesmo leiloeiro vendeu em 2013 oito balaustres de mármore carrara que eram do Palácio Monroe, por R\$ 8.000,00.



Fig. 27: fruteira pertencente ao acervo do Palácio Monroe (Ernani leilões, disponível em <https://www.ernanileiloeiro.com.br>, acesso em: 24 out. 2017)

Algumas peças do Monroe conseguiram escapar deste desmonte ocorrido com a demolição. Em 08/01/76 foi noticiado que um funcionário do Itamarati tinha estado

---

<sup>261</sup> Disponível em <<https://www.ernanileiloeiro.com.br/peca.asp?ID=57226>>. Acesso em: 24 out. 2017.

no Palácio para providenciar a retirada de duas placas de madeira que registravam o dia da instalação do Senado Federal com o objetivo de enviá-las a capital<sup>262</sup>. Já as mesas e cadeiras do antigo Senado também foram para Brasília, onde atualmente compõem o Museu da instituição. Porém, esta espécie de “memória de sete vidas” do Palácio Monroe voltou a mostrar a sua força, da mesma forma quando foi encontrada a pedra fundamental do seu lançamento a que nos referimos no primeiro parágrafo desta dissertação.

Em 2015, o então coordenador do Museu do Senado, Alan Silva, mandou abrir diversas caixas de madeira que permaneceram lacradas durante quase 45 anos num depósito do próprio Senado, em Brasília. Para a surpresa de todos, dentro das caixas estavam 20 lustres de estilo rococó, repletos de ornamentos e detalhes feitos de ferro, latão e cristal que iluminavam os salões do Palácio Monroe. Todo este material descoberto foi restaurado para comporem o acervo do Museu. Alan Silva afirmou que quando chegaram a Brasília, as caixas que continham os lustres acabaram sendo desprezadas e esquecidas, pois “toda a atenção foi dada às que trouxeram escrivaninhas e cadeiras, que teriam utilidade para senadores e funcionários. Não era o caso dos lustres rococós”<sup>263</sup>. A decisão de abrir as caixas somente em 2015 teve como motivação as comemorações dos 190 anos do Parlamento brasileiro, que ocorreram em 2016, quando o Museu do Senado organizou uma exposição com peças históricas de vários momentos da casa legislativa.



Fig. 28: funcionário do Senado prepara mudança para Brasília, 1960 (Acervo O Globo) e fig. 29: funcionário do Senado abre caixotes de madeira com os lustres do Palácio Monroe, 2015 (Pedro França/Agência Senado)

<sup>262</sup> *O Globo*, 8 jan. 1976, p. 10.

<sup>263</sup> WESTIN, Ricardo. Senado resgata lustres que iluminavam Palácio Monroe. **Senado Notícias**. Brasília, 29 set. 2015. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/25/senado-resgata-lustres-que-iluminavam-palacio-monroe>>. Acesso em: 30 out. 2017.



Realmente, o percurso do material oriundo das demolições é imprevisível, dinâmico e constante, oferecendo sempre novas possibilidades tanto para a indústria da construção civil quanto para as feiras de antiguidades, leiloeiros, colecionadores e agências e institutos do patrimônio histórico e cultural. Como ensina Ulpiano Bezerra de Meneses, um objeto ou artefato possui somente propriedades de natureza físico-química, tais como forma, peso, textura, cor, etc. Nenhum atributo de sentido é inerente ao objeto. Estes atributos são “historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido”<sup>264</sup>.

### 3.4. Palácio Monroe: referência cultural e ressonância

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca a expressão “referência cultural” é utilizada, majoritariamente, “em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais”<sup>265</sup>. Contudo, em que pese a noção de referência cultural estar mais ligada aos aspectos da imaterialidade, esta categoria também pode ser relacionada com os bens materiais. Se olharmos para o Palácio Monroe sob a perspectiva de uma edificação elaborada num estilo arquitetônico eclético predominante e valorizado no Brasil nos primeiros anos da República, que tinha como pretensão simbolizar o alinhamento da nação com o mundo civilizado e que, além disso, ganhou o primeiro prêmio internacional da arquitetura brasileira, podemos considerá-lo como um suporte material que se constituiu como uma referência cultural enquanto valorizado como uma marca distintiva por determinados grupos sociais. Ainda seguindo os caminhos indicados por Maria Cecília Londres Fonseca:

O ato de apreender referências culturais pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que falem daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo. Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de informantes como também de intérpretes de seu patrimônio cultural<sup>266</sup>.

---

<sup>264</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998, p. 91.

<sup>265</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. **Boletim de Políticas Setoriais**. Brasília: IPEA, n. 02, 2001, p. 112.

<sup>266</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 113

Percebe-se, portanto, que sob a perspectiva da noção de referência cultural, o peso material e simbólico daquilo que é considerado patrimônio pelos órgãos e institutos especializados possui uma dinâmica de atribuição de sentidos e valores ao longo do tempo. Ou seja, os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco: “o valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados”. Continuando na esteira de Maria Cecília Londres Fonseca:

Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder<sup>267</sup>.

Marcia Chuva, ao analisar como a noção de referência cultural foi introduzida nas práticas de preservação cultural brasileira nos anos 1970, ensina que:

Um bem cultural pode ser incluído na categoria de patrimônio quando são atribuídos a ele sentidos e significados que o torna referência para um grupo, que se identifica com aquele bem, sendo um elo entre todos aqueles que compõem esse grupo. Por isso, todo patrimônio se constitui a partir de uma forte carga simbólica, que é imaterial ou intangível<sup>268</sup>.

Contudo, não basta que um determinado círculo de intelectuais ou grupo de poder estabeleçam que um bem material seja considerado como uma referência cultural. Neste ponto, entra em cena outra categoria importante quando se busca esmiuçar o conceito de patrimônio: a ressonância. A noção de referência cultural, muito utilizada a partir da presidência de Aloísio Magalhães no IPHAN<sup>269</sup>, pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Trata-se, portanto, de uma subjetividade inerente a qualquer patrimônio cultural. Esta subjetividade ou imaterialidade do patrimônio se relaciona com a questão da ressonância, ou seja, com o grau de

---

<sup>267</sup> Op. Cit., p. 112.

<sup>268</sup> CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: Reis, Alcenir e Figueiredo, Betânia. **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 25.

<sup>269</sup> Sob a presidência de Aloísio Magalhães, em 1975, foi fundado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O objetivo era traçar um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Como resultado da fusão entre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o CNRC, em 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).

reconhecimento de um determinado patrimônio cultural junto aos diversos setores da população. Conforme os ensinamentos de José Reginaldo Gonçalves:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público<sup>270</sup>.

Para o historiador Stephen Greenblatt, citado por Gonçalves, a ressonância está relacionada com a capacidade de um determinado objeto, prédio ou monumento atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais. Trata-se do “poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”<sup>271</sup>.

Por tudo o que já foi exposto até o momento, os aspectos materiais, históricos e simbólicos do Palácio Monroe tiveram esta ressonância nos meios intelectuais, acadêmicos e profissionais, pois sua demolição reverberou nos corredores de diversas instituições e órgãos públicos, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, o Clube de Engenharia e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Porém, qual era o grau de ressonância do Monroe junto a população leiga? Ele era considerado pelos transeuntes apressados do centro da cidade do Rio de Janeiro como uma referência cultural?

Ao admitir a perda do Monroe em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o então combalido Durval Lobo afirmou que a área a ser liberada pela destruição poderia despertar “mais uma esperança para os especuladores” e lamentou que “no meio disso tudo, a coisa mais grave é que o povo não se conscientiza para a preservação do seu patrimônio”<sup>272</sup>.

Entretanto, o *Jornal Última Hora* veiculou interessante matéria a respeito do Monroe com o subtítulo “Povo é contra a demolição” (figura 30), afirmando que “embora não tenha argumentos técnicos, mas opinando livremente, o homem da rua é favorável à conservação do Palácio Monroe”. Para subsidiar esta afirmação, o periódico realizou uma enquete nas ruas do Passeio Público no Centro do Rio onde constatou que

---

<sup>270</sup> GONÇALVES, José Reginaldo S. “Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios”. In: **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro, 2007, p. 19.

<sup>271</sup> GREENBLATT, Stephen. Ressonance and wonder. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven L. (Ed.). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museums display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56. apud GONÇALVES, **Op. Cit.**, p.19.

<sup>272</sup> *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1976, p.7.

apenas “dez por cento dos entrevistados foram a favor da demolição do antigo prédio do Senado Federal”. No entanto, segundo a matéria, mesmo aqueles que votaram a favor da derrubada frisaram que não gostariam de ver um espigão no lugar do Monroe. Apenas uma pessoa entrevistada pelo Jornal, “o Sr. Geraldo da Conceição, bombeiro, é de opinião que ‘um edifício de 30 ou 40 andares ficaria melhor, mais de acordo com o Rio de hoje, cheio de progresso e de edifícios grandes”. Para Paulo Ramos, então integrante do conjunto musical Arte e Samba, a demolição era um absurdo “porque devemos conservar os poucos monumentos que ainda temos e, apesar de o Palácio não ser tão velho assim, devemos defendê-lo, senão amanhã vão querer terminar com toda a nossa história só porque é velha”. Já o bancário José Carlos pensava que os prédios antigos deveriam ser conservados não só por seu valor histórico como também por constituírem atração para o turista: “se Roma e Paris conseguiram conciliar a cidade velha com a moderna, por que iremos destruir o que ainda existe de arte e história entre nós?”, perguntou. A comerciária Márcia Cruz afirmou não gostar da aparência do Monroe, “muito sujo e quebrado, sem as escadarias que davam para a Avenida Rio Branco”. Porém, opinou que o prédio deveria ficar de pé, pois não interferiu nas obras do Metro, merecendo ser restaurado. Também Miriam, dona-de-casa e Hudson Antônio, cantor, eram favoráveis à permanência da antiga sede do Senado Federal, que segundo Hudson, “dá um toque de graça e beleza aqui na Cinelândia, já tão cheia de prédios altos e antiestéticos”<sup>273</sup>.



Fig. 30: recorte da matéria do Jornal *Última Hora* com as fotos de alguns entrevistados (Acervo Última Hora)

<sup>273</sup> Última Hora, 11 jul. 1975, p. 8.

Esta singela e muito interessante reportagem mostra que a população estava bem atenta aos debates e argumentos que giravam em torno da preservação do patrimônio cultural da cidade e do Monroe, em especial. Fora dos salões das instituições representativas dos engenheiros e arquitetos e longe dos gabinetes do IPHAN, os entrevistados percebiam claramente o crescimento da cidade e sua falta de organização e de espaço, bem como a alteração da paisagem do centro comercial em decorrência da pressão imobiliária e das intervenções urbanísticas ocasionadas pelas obras do Metrô. Reconheciam, ainda, a importância histórica do Monroe e sabiam identificar as questões estéticas relacionadas à sua arquitetura.

A força da memória relacionada ao Palácio Monroe, esta memória que denominamos de “sete vidas”, ainda encontra alguma ressonância. No ano de 2017, quando estávamos escrevendo esta dissertação, o Instituto de Arquitetos do Brasil apresentou na página principal do seu sítio na *internet* uma enquete seguida de três opções de voto: “Qual ícone da arquitetura brasileira merecia ser reconstruído? 1- Palácio Monroe, no Rio de Janeiro – destruído em 1976; 2- Pavilhões do Palácio do Anhangabaú, em São Paulo – destruídos entre 1950 e 1960; 3- Antiga Matriz de Boa Viagem do Arraial do Curral del Rey, em Belo Horizonte – destruída no início de 1906”<sup>274</sup>. O resultado foi a vitória do Palácio Monroe: 50,7% contra 26,9% da segunda opção e 22,4% da terceira. É certo que os 3 prédios escolhidos para participarem da enquete possuem histórias e estilos totalmente diferentes. Porém, o resultado é um indicativo da forte ressonância ainda ocasionada pela demolição do Monroe.

Recentemente, no dia 11 de maio de 2017, o documentário longa-metragem a respeito o Palácio Monroe *Crônica da Demolição*, dirigido por Eduardo Ades, entrou no circuito comercial, apesar de já ter sido exibido no Festival do Rio em 2015. O filme foi escolhido pelo público como melhor documentário do 4º Brasília *International Film Festival* – BIFF e realizou uma excelente pesquisa sobre o prédio, com raras imagens e diversas entrevistas com personalidades da arquitetura e da política, tais como Alexandre Nicolaeff, Cesar Maia, Humberto Barreto, Noel de Almeida, entre outros<sup>275</sup>

A demolição do Palácio, realizada de forma violenta e arbitrária, encontrou ressonância não somente perante os intelectuais e personalidades da engenharia e da arquitetura, como também na população da cidade. Porém, esta ressonância não teve

---

<sup>274</sup> <http://www.iab.org.br/>. Acesso em 14 mai. 2017.

<sup>275</sup> <http://www.imagemtempo.com/projeto/palacio-monroe-cronica-demolicao/>. Acesso em 14 mai. 2017.

força suficiente para enfrentar o estado autoritário e manter o Monroe de pé. Neste aspecto, entendemos que o papel da imprensa com relação à derrubada do prédio merece algumas singelas considerações que serão expostas no item seguinte.



Fig.31: Palácio na fase final da demolição (Arquivo Público do Rio de Janeiro)

### 3.5. A imprensa e o Monroe

É importante destacar, desde logo, que não se pretende aqui realizar uma minuciosa análise acerca do papel da imprensa no episódio da demolição do Palácio Monroe, tema este com folego suficiente para uma outra dissertação. Porém, estudar Monroe sem dedicar algumas linhas sobre como foi a repercussão da sua destruição nos veículos de comunicação impressos no Rio de Janeiro é privar o leitor ou leitora de algumas possíveis ferramentas para a reflexão sobre o tema.

Recorrer à imprensa como uma fonte para a compreensão de um dado momento histórico é reconhecer a importância dos testemunhos nela contidos, embora ela própria seja um agente político decisivo, formador de opinião e de ideias, portadora de uma visão de mundo e também inserida no contexto histórico. Segundo Sandra Pesavento, os jornais são importantes fontes para o historiador recuperar o que está além do discurso, “tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo”<sup>276</sup>.

Ressalte-se, ainda, que com as mudanças no campo de estudo da História, sobretudo com as influências da assim chamada terceira geração dos *Annales* e da

---

<sup>276</sup> PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 42.

renovação do marxismo sob a liderança dos historiadores ingleses (Hobsbawm, Christopher Hill, Perry Anderson e outros), as novas abordagens nos estudos da História Política e as metodologias relacionadas com a chamada História do Tempo Presente, a imprensa tomou outro lugar nas preocupações dos historiadores. Segundo Tânia Regina de Luca: “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”.<sup>277</sup> A partir daí, foram muitos os historiadores que, com diversos enfoques e abordagens, recorreram aos jornais para estudos sobre movimentos sociais.

Na cidade do Rio de Janeiro, pelo fato de ter sido capital da República, havia uma grande quantidade de jornais e periódicos na década de 1970, com as mais diversas tendências políticas. Os cinco grandes jornais eram: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *Última Hora*. Porém, havia outros de menor tiragem, tais como: *Jornal do Commercio*, *O Dia*, *A notícia* e *Diário da Noite*.

A decisão do IPHAN no processo de tombamento nº. 860-T-72 e que abriu caminho para a demolição do Palácio Monroe ganhou repercussão na imprensa carioca. Em consulta realizada no Arquivo Geisel do CPDOC/FGV<sup>278</sup>, encontramos importante documento relacionado com os despachos do Ministro da Justiça Armando Falcão com o Presidente Ernesto Geisel, em 1974. Um destes despachos, teve o Palácio Monroe como objeto:

Dentro do pensamento do Sr. Presidente, com referencia ao destino do ‘Palácio Monroe’, no Rio, diligenciei junto à Direção de ‘O Globo’, ‘Jornal do Brasil’, ‘Manchete’ e outros órgãos de divulgação, a fim de criar, no espírito da opinião pública, clima favorável à demolição do velho imóvel. Várias notas já foram publicadas, no rumo do pensamento governamental.

No ano de 1974, a imprensa passou a executar o plano governamental relacionado ao Palácio, sendo que o jornal *O Globo* foi o grande defensor da sua demolição. A campanha começou em 4/07/1974, com uma matéria que apresentava a opinião do arquiteto Wladimir Alves de Souza<sup>279</sup>, professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ e membro do CSPU:

---

<sup>277</sup> LUCA, Tânia Regina de . História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 118.

<sup>278</sup> Arquivo Geisel, Classificação EG pr 1974.04.24/1, data: 24.04.1974 a 19.07.1978.

<sup>279</sup> Wladimir Alves de Souza foi duas vezes diretor da Escola Nacional de Belas Artes - ENBA, membro do Conselho do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e diretor-adjunto do Museu Nacional de Belas-Artes. Participou do concurso nacional de projetos para o edifício-sede do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, conquistando o primeiro prêmio com projeto em estilo “déco-modernista”. Seu projeto foi substituído por outro, em estilo clássico, de autoria do arquiteto Luiz Eduardo Frias de Moura, mais de acordo com a preferência do ministro Arthur de Souza Costa. Também participou do concurso de

[...] a construção não tem o menor valor arquitetônico – é a cópia do pavilhão brasileiro construído em 1904 para a Exposição de Saint Louis – nem representa um marco histórico. Sua arquitetura é eclética, resultado da mistura de diversas tendências, e apresenta estilo grego, renascentista e mesmo de arte moderna. É apenas uma cópia.<sup>280</sup>

No dia 5/07/1974, foi a vez de destacar a opinião do arquiteto e urbanista Mauricio Roberto, afirmando: “... que é favorável à ideia da demolição do Palácio Monroe porque permitiria abrir mais espaço na área da Cinelândia e mais um local ajardinado na cidade ao lado do Passeio Público”<sup>281</sup>. Em 9/07/1974, foi publicada mais uma matéria, desta vez destacando o apoio do Secretário do Conselho de Planejamento Urbano, Pedro Teixeira Soares: “não existe razão alguma para manter de pé um monstro daquele, reminiscência e sobra de uma exposição do início do século. Mas em termos de Cinelândia ele é apenas um detalhe, talvez o mais insignificante”<sup>282</sup>.

No dia 10/07/1974 foi o diretor do IPHAN, Renato Soeiro, que se pronunciou favoravelmente à demolição afirmando, segundo a reportagem

[...] que o prédio representa um período e reflete um projeto arquitetônico de época, mas não mereceu ser tombado por estar completamente descaracterizado. Para a cidade (...), o prédio foi perdendo o interesse e a importância histórica na medida em que sua arquitetura foi sendo alterada por obras contínuas<sup>283</sup>.

Percebe-se uma estratégia deliberada do jornal *O Globo* em estabelecer uma autoridade no seu discurso pela destruição do edifício trazendo em suas matérias arquitetos, urbanistas, servidores públicos e professores universitários com o claro objetivo de conferir legitimação e aceitação à proposta demolidora. São mediadores culturais utilizados pela mídia impressa no sentido de divulgar a um público maior e leigo uma ideia de que o Palácio era um prédio sem importância histórica e arquitetônica, além de ser incompatível com os projetos urbanísticos da cidade.

O próprio *O Globo* apresentou abertamente a sua opinião na edição de 6/07/1974, sob o título PALÁCIO DE EQUÍVOCOS:

O Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, não passa de um monumento ao equívoco. Chamar de Palácio esse amontoado de cópias arquitetônicas em dobro não chega

---

projetos para a nova sede do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, classificando-se em segundo lugar. Como arquiteto, também desenvolveu diversos projetos, como uma série de escolas municipais no Rio de Janeiro, ampliação do Hotel Copacabana Palace, a residência de Raymundo Castro Maya no bairro carioca de Santa Teresa (atual Museu da Chácara do Céu), entre outros. AYALA, Walmyr (Org.). **Dicionário brasileiro de artistas plásticos**, v. 4. Brasília: INL/MEC, 1980, p. 318-319.

<sup>280</sup> *O Globo*, 4 jul. 1974, p. 9.

<sup>281</sup> *O Globo*, 5 jul. 1974, p. 8.

<sup>282</sup> *O Globo*, 9 jul. 1974, p. 9.

<sup>283</sup> *O Globo*, 10 jul. 1974, p. 7.



a ser um exagero, porque há no caso um compromisso anterior com a pilhéria. O fato de se terem desenvolvido ali acontecimentos e atividades de relevo na vida do País de modo algum redime o Monroe de sua qualificação de ‘monstrengo’. Vazio de importância artística e modesto de importância histórica, o melhor destino que se pode dar hoje ao falso Palácio é demoli-lo, em nome dos interesses da Cidade. Felizmente, o diretor do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara já nos garante contra a hipótese de vir a área ser utilizada para construção de megatérios de concreto, lembrando que a Cinelândia está quase totalmente tombada.

O arquiteto Wladimir Alves de Souza, professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ, apontou o caminho que nos parece mais acertado: transformar a área em complemento do Passeio Público, com jardins e árvores de porte, o que proporcionaria magnífica perspectiva desde as escadarias do Teatro Municipal. Não pode haver melhor solução do que trocar um equívoco arquitetônico por um autêntico jardim público<sup>284</sup>.

Interessante destacar a repercussão que teve a afirmação do diretor da Divisão do Patrimônio Histórico do Estado da Guanabara (DPHA), Trajano Garcia Quinhões, publicada em vários jornais, garantindo a impossibilidade de destruição do prédio, pois o IPHAN tinha considerado a Cinelândia, desde o Palácio Monroe até o Teatro Municipal como “área de preservação e ambiência locais”, sendo que o departamento estadual não iria permitir nenhuma modificação na região <sup>285</sup>. Estas divergências de critérios de valoração entre os órgãos federal e estadual do patrimônio histórico eram comuns. Alex Nicolaeff, primeiro diretor do Instituto Estadual o Patrimônio Cultural – INEPAC, que substituiu a antiga DPHA, afirmou:

[...] além da quase total indiferença (do Iphan) por manifestações mais simples de arquitetura, prevalecia a nível de obras eruditas um certo descaso pela arquitetura de ferro da Revolução Industrial e exemplares ecléticos. A demolição do palácio Monroe em 1975 ilustra a situação. No Estado do Rio de Janeiro ainda se encontram remanescentes de linguagens semelhantes e compõem o perfil cultural da região <sup>286</sup>.

No que se refere à atuação do INEPAC nos tombamentos de imóveis de estilo eclético em contraposição ao IPHAN, Lia Motta assevera que, embora o Instituto estadual tenha dado atenção aos imóveis de arquitetura eclética:

[...] na prática a ação do órgão estadual estava baseada em um compromisso estético-estilístico, pois os imóveis a serem tombados deveriam ser reconhecidos pelos cânones da arquitetura. Havia uma preocupação com tipologias e estilos distintos dos coloniais. Neste caso, a referência utilizada para a seleção dos

---

<sup>284</sup> *O Globo*, 6 jul. 1974, p. 6.

<sup>285</sup> *Diário de Notícias*, 10 jul. 1974; *Tribuna da Imprensa*, 10 jul. 1974; *Jornal do Brasil*, 10 jul. 1974; *Luta Democrática*, 11 jul. 1974; *O Fluminense*, 12 jul. 1974;

<sup>286</sup> NICOLAEFF, Alex apud MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990**. UNIRIO, 2000, 187 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Documento da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2000, p.66.

imóveis era a do valor arquitetônico ligado à historiografia tradicional da arquitetura. Os imóveis foram valorizados pelas suas características estilísticas, desde que enquadrados na historiografia da arquitetura.<sup>287</sup>

Ainda no ano de 1974, o *Jornal do Brasil* publicou algumas cartas dos leitores manifestando opinião a respeito da celeuma e uma matéria informando que seria criada uma comissão no IHGB, presidida pelo Brigadeiro Nelson Lavanére Wanderley, para interceder pelo Palácio Monroe<sup>288</sup>. Em 5/01/1975, o JB realiza uma reportagem dando voz ao grupo contrário à demolição: os historiadores Roberto Macedo e Américo Jacobina Lacombe, o Brigadeiro Lavanére e técnicos da Divisão de Urbanismo do Clube de Engenharia. A reportagem afirma que:

[...] o historiador Roberto Macedo considera que o funcionamento do Senado da República num prédio que foi premiado com a primeira classificação internacional, competindo com os melhores arquitetos europeus e americanos da época, já constitui um fato histórico marcante que concorre para a sua preservação<sup>289</sup>.

Em 22/02/1975 foi noticiada a conclusão do parecer da Divisão Técnica Especializada em Urbanismo (DTE-URB) do Clube de Engenharia, de autoria do professor Durval Lobo, aprovado por 99 membros do Conselho-Diretor da entidade, havendo apenas quatro votos favoráveis à demolição do Palácio Monroe. O parecer indicava pela preservação do edifício, que deveria ser objeto de uma restauração<sup>290</sup>. Este documento, como já tivemos a oportunidade de expor, foi entregue para um representante do *O Globo* em almoço realizado na sede do Clube de Engenharia em julho de 1975 para confraternização dos associados aniversariantes do mês e, ao mesmo tempo, para promover agradecimentos a empresas e personalidades que, de algum modo, tivessem contribuído para o engrandecimento e valorização da engenharia ou desenvolvimento do país.

Em 15 de novembro de 1975, já assinado o decreto presidencial autorizando a demolição, *O Globo* anunciava um futuro melhor para a Praça Floriano veiculando uma fotomontagem da área sem a presença do Palácio (figura 32):

[...] Esta é uma antevisão do que poderá ser a vista do alto do Teatro Municipal após a demolição do Palácio Monroe (na foto retocada, o velho prédio foi “escondido” por um prolongamento improvisado dos jardins tradicionais da Cinelândia), Dentro em breve, a estética e a circulação da cidade estarão liberadas

---

<sup>287</sup> MOTTA, Lia. Op. cit. p. 66.

<sup>288</sup> *Jornal do Brasil*, 29 ago. 1974, pág. 5.

<sup>289</sup> *Jornal do Brasil*, 5 jan. 1975, pág. 13.

<sup>290</sup> *Jornal do Brasil*, 22 fev. 1975, pág. 5.

da presença incomoda do Monroe, monumento ao mau gosto plantado no coração do Rio. O Serviço do Patrimônio da União já divulgou edital de tomada de preços para a demolição. O fato, portanto, está consumado. Tendo defendido reiteradamente essa solução cirúrgica como a melhor para o interesse arquitetônico e paisagístico da cidade, O GLOBO aplaude agora o resultado a que se chegou sob a inspiração do bom senso e do bom gosto.<sup>291</sup>

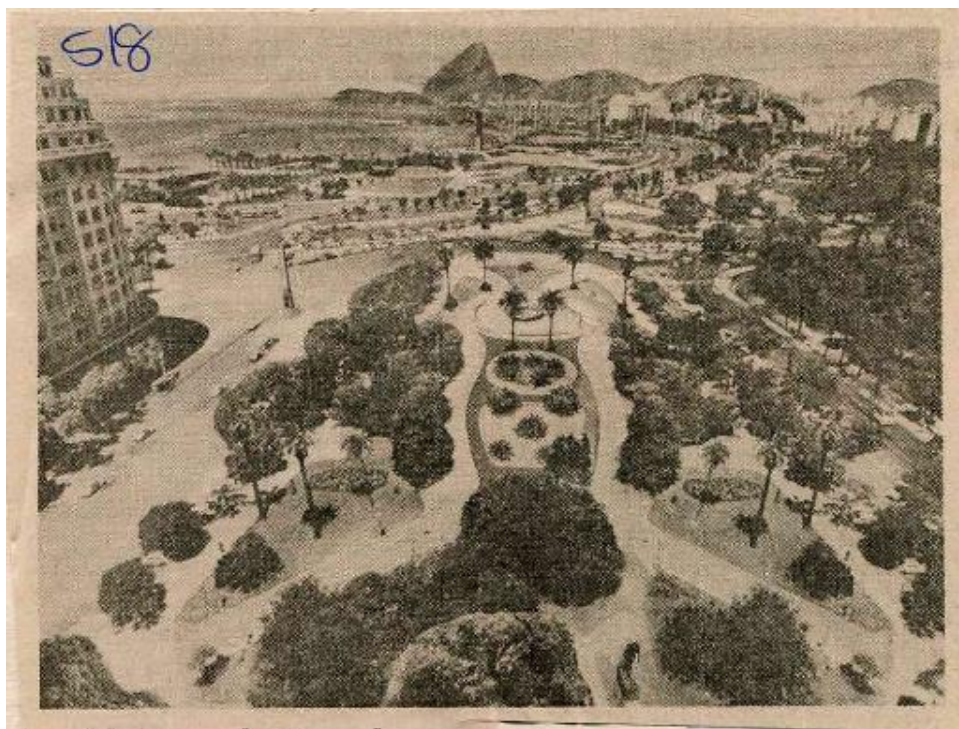


Fig. 32: fotomontagem do O Globo retirando o Palácio da paisagem (acervo O Globo)

Curiosamente, em 01 de Fevereiro de 2015, o mesmo jornal publicou um suplemento a respeito do Monroe deixando de lado as expressões “Palácio de equívocos”, “mostrengo” e “monumento de mau gosto”. O caderno especial, com a manchete “O Palácio é inocente”, trouxe diversas informações sobre a história do prédio desde a sua construção nos Estados Unidos, classificando o projeto de Souza Aguiar como um “projeto ousado” e fornecendo detalhes a respeito de sua arquitetura eclética com destaque para as personalidades políticas que passaram por seus salões (figura 33).

Este mesmo suplemento foi reproduzido numa versão digital no sítio eletrônico do jornal<sup>292</sup>, com a seguinte capa: “MONROE - O palácio que foi símbolo da República e derrubado pelos militares ainda vive no imaginário dos cariocas.

<sup>291</sup> O Globo, 15 nov. 1975, p. 15.

<sup>292</sup> Disponível em <http://infograficos.oglobo.globo.com/rio/especial-monroe.html>. Acesso em 21 fev. 2018.

Conheça um pouco mais a história do Monroe”. Nesta página digital, o visitante pode realizar um *tour* virtual pelos corredores e salões do Palácio, entender os detalhes da sua arquitetura, especular sobre os motivos para a sua demolição lendo uma matéria onde foram entrevistados o professor de Arquitetura e Urbanismo Oigres Macedo, o arquiteto e ex-diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Alex Nicolaeff, a historiadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Regina da Luz Moreira e o também professor de arquitetura e urbanismo da UFRJ, Olínio Coelho, além de ver fotos raras e um vídeo sobre a “queda do Palácio Monroe”. Esta versão digital foi vencedora do Prêmio Petrobras de Jornalismo de 2015 na categoria nacional de cultura em portal de notícias na *internet*.



Fig. 33: página central do suplemento de 01 de fevereiro de 2015 (acervo O Globo)

Quatro décadas depois da sua destruição, o Palácio Monroe ainda está presente no imaginário dos cariocas e até mesmo do seu maior alçoz na imprensa, que após ter seguido fielmente as instruções do Ministro da Justiça Armando Falcão a fim de criar, no espírito da opinião pública, clima favorável à demolição do velho imóvel, demonstrou seu arrependimento tardio “inocentando” o prédio que ele próprio ajudou a condenar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstramos na parte introdutória, a historiografia a respeito do Monroe não é unívoca, existindo diversas hipóteses e versões a respeito dos motivos que levaram à demolição. Na verdade, não devemos procurar uma resposta única e conclusiva, mas sim, admitir que a destruição do Palácio foi o resultado de uma série de fatores que se acumularam e influenciaram no seu destino. Dependendo do seu lugar de fala, cada intérprete dará mais ênfase a uma determinada chave de compreensão. Se promovêssemos um debate a respeito do Monroe convidando um arquiteto, um engenheiro, um historiador, um advogado, um cineasta, um político e um jornalista, certamente algumas pessoas da plateia sairiam deste encontro com a mente recheada de ideias aguardando organização. Se o interessado pelo prédio objeto deste estudo conseguisse ultrapassar esta etapa inicial de organização das informações, provavelmente faria a seguinte pergunta: como deixaram demolir o Palácio Monroe? Aliás, foi este questionamento que despertou o nosso interesse pelo Palácio.

Há muito tempo circulamos quase que diariamente pelas ruas do centro do Rio de Janeiro e sempre nos chamou atenção o fato desta cidade tão importante no cenário nacional não possuir um centro histórico bem definido, diferente do que acontece em diversas outras localidades, tanto aqui no Brasil quanto no exterior. Pelo contrário, se caminhamos pelo frenético centro da cidade vamos observar a ausência de padrão de gabarito para a altura dos prédios; edifícios antigos ao lado de construções modernas; locais de importância histórica sem a devida sinalização; organização urbana que prioriza a circulação de pessoas e veículos e não estimula a contemplação e visita aos monumentos históricos, culturais e arquitetônicos.

Somos capazes de atravessar a Praça XV sem reparar no Chafariz do Mestre Valentim; de olhar para a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, primeira catedral da cidade, sem saber que o templo guarda uma urna com o que se supõe parte das cinzas de Pedro Álvares Cabral; de almoçar num restaurante do Paço Imperial e ignorar que ali foi a residência da família real portuguesa e que suas instalações foram testemunhas de importantes momentos da história do Brasil, como o Dia do Fico e a assinatura da Lei Áurea, quando a Princesa Isabel saudou, da janela, o povo que comemorava ao redor do palácio; de subir as escadas rolantes estação do metrô da Avenida Presidente Vargas e caminhar indiferente ao lado das grades do Campo de Santana, cenário onde Dom Pedro I foi aclamado imperador do Brasil e a República foi

proclamada; de passar rapidamente pelo Obelisco do final da Avenida Rio Branco, construído para comemorar a abertura desta via, que simbolizava a civilização da capital brasileira, sem sequer imaginar que nele os gaúchos liderados pelo general Flores da Cunha amarraram seus cavalos como um sinal da tomada de poder após a vitória obtida no golpe de 1930; e, para concluir esta série de exemplos, parar o carro no estacionamento subterrâneo da Cinelândia e desconhecer que logo acima havia um Palácio que foi a primeira construção arquitetônica brasileira premiada internacionalmente e que nele funcionou o Senado Federal por 35 anos.

O desconhecimento e a falta de informações sobre estes possíveis lugares de memória da história do Brasil, evidentes nas ruas do Rio, nos proporcionava os sentimentos de indignação e curiosidade. Quais foram os motivos que levaram à demolição de diversos prédios históricos? Como e por que as autoridades públicas permitiram as alterações e destruições? Como os habitantes da cidade conviveram com as constantes transformações urbanas? Podemos fazer estas mesmas perguntas no caso da demolição do Palácio Monroe.

A trajetória do Monroe foi breve, intensa e polêmica, como expusemos no capítulo inicial. Construção de estilo eclético, sediou a III Conferência pan-americana, abrigou a Câmara dos Deputados por 8 anos e o Senado Federal por 35 anos. Após a transferência da capital para Brasília, uma representação do Senado, denominada de “Senadinho”, continuou a ocupar o prédio, juntamente com outros órgãos federais. A sua demolição aconteceu em 1976, em pleno regime militar, quando a liberdade, em todos os seus aspectos, era bastante restrita.

Esta falta de liberdade limitou de sobremaneira a possibilidade de resistência para evitar a destruição do prédio. O Manifesto do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro foi quase uma cruzada pessoal de seu ilustre associado Durval Coutinho Lobo, que fez o que estava ao seu alcance para preservar o Monroe. O Manifesto pretendia pontuar o inconformismo de um grupo de expoentes da arquitetura e da engenharia com o destino de um prédio público que consideravam importante para a história nacional e, talvez, impedir sua demolição. Neste sentido, vale mencionar o depoimento de Leizer Lerner:

Há mais de 40 anos passados ocorreu a demolição do Palácio Monroe. Houve de fato esse movimento de resistência à decisão governamental de destruir aquela bela e histórica edificação. Fizemos o que estava a nosso alcance para demover o governo dessa infeliz decisão. Mas não resultou<sup>293</sup>.

---

<sup>293</sup> Declaração escrita enviada por correio eletrônico no dia 27/11/17.

Porém, em algumas das nossas entrevistas pudemos perceber que parte dos signatários do Manifesto não tinha a expectativa de sustar o processo de demolição, como destacou a signatária Marlice Nazareth Soares de Azevedo. Até porque, o momento político e social não permitia o confronto de ideias e valores, como aduziu Almir Fernandes. De toda forma, como destacamos no segundo capítulo, o Manifesto também tinha como um de seus objetivos registrar para as futuras gerações aquilo que os signatários consideravam uma espécie de atentado ao patrimônio histórico brasileiro.

Ao abordar a demolição do Palácio sob o prisma da ressonância e da recepção, como procuramos fazer no terceiro e último capítulo desta dissertação, percebemos que sua destruição reverberou para além dos salões das instituições representativas dos engenheiros e arquitetos e dos gabinetes do IPHAN. A população, não somente a carioca, estava atenta aos debates e argumentos que giravam em torno da preservação do patrimônio cultural da cidade e do Monroe, em especial. Percebiam claramente o crescimento da cidade e sua falta de organização e de espaço, bem como a alteração da paisagem do centro comercial em decorrência da pressão imobiliária e das intervenções urbanísticas. Reconheciam, ainda, a importância histórica do Monroe e sabiam identificar as questões estéticas relacionadas à sua arquitetura. Contudo, esta percepção não foi suficiente para gerar uma mobilização popular pela sua preservação. Como ensina Maria Cecília Londres Fonseca:

[...] o conhecer é o primeiro passo para proteger essas referências - pois é preciso, antes de mais nada, identificá-las, enunciá-las. Entretanto, como a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais vivida que conhecida, e também porque sua consideração pode limitar a realização de interesses outros [...], essa dimensão raramente é levada em conta no planejamento urbano<sup>294</sup>.

Partindo da perspectiva de que a cidade é um lugar de memória - conceito forjado por Pierre Nora - os monumentos do passado, embora não sejam os únicos, se constituem em lugares de memória. E a luta por esta memória como meio para obter uma identidade é uma constante, principalmente nos centros urbanos. Assim, podemos considerar a demolição do Palácio Monroe como um bom exemplo para o debate a respeito da construção da memória e do esquecimento social. Se toda sociedade traz as

---

<sup>294</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3415>. Acesso em 1 out. 2017, p. 114.

marcas das estruturas sociais que lhe antecederam, a escolha daquilo que deve ou não ser objeto da memória torna-se um tema de grande importância. Não é à toa que o processo de construção tanto da memória quanto do esquecimento social sempre foi marcado por conflitos e disputas entre os atores políticos, em busca da hegemonia. Desta forma, o patrimônio cultural edificado também pode ser pensado como um suporte desta memória social, ou seja, um estímulo externo que ajuda a relembrar certos aspectos da memória coletiva. Com relação ao Palácio Monroe, podemos entendê-lo como um patrimônio-documento representativo de um período histórico, repercutindo as escolhas e representações de uma época. Neste sentido, a sua demolição nos ajuda a refletir a respeito da política de memória e do esquecimento, e sobre as diferentes formas e estratégias usadas por grupos para neutralizar, encobrir ou mesmo suportar o passado.

Atualmente, o local onde estava o Palácio Monroe é uma praça gradeada com intensa presença de pessoas em situação de rua que, diante da grave crise social, política e econômica por que passa o país e, em especial, o Rio de Janeiro, utilizam o espaço como moradia e o grande e bonito chafariz como apoio para limpeza pessoal e de roupas, nas raras vezes em que funciona. As árvores da calçada obstruem a visão da Praça Floriano e do Teatro Municipal. Uma pequena e má conservada placa próxima ao chafariz denomina o local como sendo “Praça do Monroe”, apesar dos guias da cidade e a sinalização urbana indicar o logradouro público como sendo a Praça Mahatma Ghandi. Aliás, existe uma grande estátua desta personalidade indiana na entrada principal. A confusão na nomenclatura da praça fica ainda mais evidente na saída do estacionamento subterrâneo quando nos deparamos com placas indicando os dois nomes. Para quem já teve algum conhecimento a respeito da história do Monroe é quase impossível não sentir o vazio, de que algo está faltando naquele espaço.

Trata-se de uma luta constante contra o esquecimento numa cidade cheia de desmandos e insensível com relação ao seu patrimônio material. No processo desenfreado de urbanização da cidade, casas coloniais, igrejas barrocas e palácios da época do Império foram demolidos para dar lugar a ruas, avenidas, praças e estacionamentos. Os exemplos são múltiplos. O Morro do Castelo, considerado berço do Rio de Janeiro e situado na região que hoje liga a Cinelândia ao Museu Histórico Nacional, foi arrasado no início do século XX e desapareceu completamente da paisagem carioca, sob o pretexto de “arejar” o centro da cidade. Ali estavam o Colégio dos Jesuítas, o Seminário de São José, o Observatório, a antiga Fortaleza, a cadeia e o



calabouço. Atualmente resta apenas um pequeno trecho da Ladeira da Misericórdia, a primeira via pública da cidade, que ainda guarda sua calçada original, feita de pé de moleque<sup>295</sup>. Durante a construção da Avenida Presidente Vargas, que liga a zona norte ao centro, foram demolidos diversos prédios tais como o Paço Municipal e a Igreja em estilo barroco de São Pedro dos Clérigos, construída em 1733, que havia sido tombada pelo IPHAN e foi simplesmente “destombada” pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas.

Recentemente, em virtude da realização de grandes eventos na cidade, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, a questão da demolição de prédios públicos voltou para o debate. A área no entorno do estádio do Maracanã foi objeto de grande polêmica. Imóveis como o antigo Museu do Índio, construído em 1862, a Escola Municipal Friedenreich, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare, todos vizinhos ao estádio, foram constantemente ameaçados de irem ao chão. Mais de um século se passou da reforma de Pereira Passos e o poder público continua indiferente em relação ao passado da cidade. Vale transcrever as palavras do historiador Luiz Antônio Simas em recente artigo publicado no jornal *O Globo*:

A cidade do Rio de Janeiro, encarada pelos homens do poder como um balneário de grandes eventos, Disneylândia tropical do século XXI, está sendo destruída em suas referências mais profundas. A sanha modernizadora, afeita aos grandes negócios, é aquela que esmaga o intangível e o que não é mensurado pelas regras do mercado financeiro: a cultura carioca e os seus lugares de memória; eles poderosos de ligação com o passado, lições vivas da ancestralidade de um povo que, contra o efêmero de escusas transações, sacralizou em rituais de celebração da vida as praias, esquinas, botecos, sobrados e escolas deste nosso terreno<sup>296</sup>.

Ao finalizarmos a nossa pesquisa substituímos aquele sentimento de indignação que nos motivou a estudar a demolição do Palácio Monroe por um sentimento de compreensão de que a cidade possui uma dinâmica própria, sendo ao mesmo tempo obra e produto humanos e que revela nos seus espaços as disputas e as ações políticas sendo, por isso, um produto histórico.

Por outro lado, o campo da preservação do patrimônio cultural urbano é um campo permeado por disputas simbólicas e relações de poder que acabam refletindo

---

<sup>295</sup> Somente agora, em 27.09.2017, o IPHAN reconheceu a Ladeira da Misericórdia como bem cultural brasileiro. Durante a 87ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foi aprovada por unanimidade a proposta de tombamento do trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia, uma das primeiras vias públicas da cidade e que contém uma série de referências históricas e simbólicas.

<sup>296</sup> O Globo, 3 dez. 2012, p. 15.

nas escolhas daquilo que será ou não objeto das políticas públicas de patrimônio. Neste sentido, as ações de preservação do patrimônio urbano por parte das agências oficiais podem ser consideradas como uma representação das vitórias do poder e, neste processo eminentemente baseado em escolhas, a destruição sempre será uma opção.

O que chamou a atenção especificamente no caso do Palácio Monroe foi a violência simbólica que caracterizou a sua demolição. Afinal, tratava-se de um prédio público cuja arquitetura foi a primeira a receber uma premiação internacional e que abrigou o Senado federal por 35 anos. Infelizmente, estes e outros atributos não foram suficientes para a sua preservação diante do contexto político, econômico e urbano do país e da cidade do Rio de Janeiro na década de 1970, como procuramos expor nos capítulos anteriores. Porém, no campo da memória, o Palácio ainda resiste, pois frequentemente é usado como um emblemático exemplo dos excessos praticados pelas autoridades em relação ao patrimônio público e cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique H.; SOARES, Gláucio Ary D. As funções do Legislativo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº. 1, janeiro/março 1973, p. 73-98. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/5888/4578>. Acesso em 16 out. 2017.

ABREU, Mauricio A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da glória ao opróbrio**. Rio de Janeiro: s.e., 1976.

ALVARENGA, Daniel Levy de. A demolição do Palácio Monroe e a Lei nº 4.717/65 (Ação Popular): um estudo de caso. **Publicações da Escola da AGU: Direitos Culturais, a Questão Patrimonial Brasileira**, v.9, n. 3, p.9 - 25, 2017.

ALVIM, Alessandro. Palácio Monroe. **O Globo**, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://infograficos.oglobo.globo.com/rio/especial-monroe.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ATIQUE, Fernando. A midiaticização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 149-175, dec. 2016. ISSN 1982-0267. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/126846/123818>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

\_\_\_\_\_ O Patrimônio (Oficialmente) Rejeitado: A destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In.: **Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308086788\\_ARQUIVO\\_ANPUH-versaofinal.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308086788_ARQUIVO_ANPUH-versaofinal.pdf). Acesso em: 11 fev. 2017.

AULETE, Caldas. **Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**: Dicionário Caudas Aulete, vs. *online*. Disponível em <http://www.aulete.com.br/manifesto>. Acesso em: 21 out. 2017.

AYALA, Walmyr (Org.). **Dicionário brasileiro de artistas plásticos**, v. 4. Brasília: INL/MEC, 1980.

AZEVEDO, André Nunes. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, UERJ, v.1, n.1, 2004. Disponível em [http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-AndreAzevedo.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf). Acesso em 12 set. 2017.

BARRETO, Lima. **Cronista do Rio**. RESENDE, Beatriz (Org.). Rio de Janeiro: Autentica, 2017

BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In.: BRENNNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pereira Passos: um Hausmann Tropical**. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimoni\\_o\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimoni_o_cultural(1).pdf). Acesso em: 11 ago. 2017

BRENNNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. O Poder Legislativo e o Desenvolvimento. In: MENDES, Cândido (Org.). **O Legislativo e a Tecnocracia**. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 31-41.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio G.. **O Rio de Janeiro nas Alturas**. Mauad: Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, setembro-2000.

CASCO, Ana Carmen. Sobre a ideia desmiolada de reconstruir o Palácio Monroe. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 02, n. 022.01, **Vitruvius**, maio 2002 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/02.022/2062>. Acesso em: 3 jul. 2017

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e brasileiro. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**; tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: REIS, Alcenir e FIGUEIREDO, Betânia. **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015

CIAMBARELLA, Alessandra. "A tradição abre as portas à modernidade": o Rio de Janeiro e a transferência da Capital Federal (1956-1960). In.: FERREIRA, Jorge (Org.) **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; Maria do Rosário da Cunha Peixoto. **Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História. São Paulo, n.35, jul-dez, 2007.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Manifesto**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/redacao/manifesto.htm>>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

DULCI, Tereza Maria S. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/publico/TEREZA\\_MARIA\\_SPYER\\_DUCI.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/publico/TEREZA_MARIA_SPYER_DUCI.pdf). Acesso em 10 mai. 2017.

ECLETISMO. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo357/ecletismo>>. Acesso em: 26 de Out. 2017. Verbetes da Enciclopédia.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ERMAKOFF, George. **Rio de Janeiro 1900 - 1930: uma crônica fotográfica**. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa.

FERREIRA, Maria Letícia M Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora** (PUCSP. Online), v. 10, p. 102-118, 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/download/4500/3477>. Acesso em 16 out. 2016.

FERREIRA, Marieta M. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In.: ABREU, Alzira Alves de (Org.) **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 163-200.

\_\_\_\_\_. O arquivo Geisel e os bastidores da fusão. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FERREZ, Marc. **O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906**. São Paulo: João Fortes Engenharia/ Ex-Libris, 1982.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

\_\_\_\_\_. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. **Boletim de Políticas Setoriais**. Brasília: IPEA, n. 02, 2001, p. 111-120.

FRIDMAN, Sergio A. **Palácio Monroe**: da construção a demolição. Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia (org.) **Intelectuais mediadores: projetos culturais e ação política**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. O patrimônio como categoria de pensamento. In.: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

\_\_\_\_\_. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2000, p. 15-36.

GOYENA, Alberto. **A demolição em sete obras: patrimônio, arquitetura e esquecimento.** 2015. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. Rituais urbanos de despedida: reflexões sobre procedimentos de demolição e práticas de colecionamento. p. 3. In: Seminário Internacional, Museografia e Arquitetura de Museus: Identidades e Comunicação, 2., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <[http://www.arquimuseus.arq.br/anais-seminario\\_2010/eixo\\_i/p1-artigo-alberto-goyena-26-10.pdf](http://www.arquimuseus.arq.br/anais-seminario_2010/eixo_i/p1-artigo-alberto-goyena-26-10.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2017

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: paz e terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Nações e Nacionalismos desde 1780.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação.** São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2003.

KESSEL, Carlos. **Entre o pastiche e a modernidade: arquitetura neocolonial no Brasil.** Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

LAMARÃO, Sergio. **Verbetes “Clube de Engenharia”.** ABREU, Alzira Alves de [et al]. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930, Volume 2, Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 1380-1381.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 1996.

LEITE, Thaísa Paula R. A cidade e seus espaços de memória: imagens e patrimônios da Praça Floriano e seu entorno. **História e-história** [online]. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=248>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

LEVY, Ruth. **A Exposição do Centenário e o Meio Arquitetônico carioca no início dos anos 1920.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

LIMA, Evelyn F. W. A Praça Floriano: Centro do “Espetáculo” Republicano. In.: **Arquitetura do Espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

LUCA, Tânia Regina de . História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de. **Construção Diplomática, Missão Arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939)**. São Paulo: FAUUSP, 2010. (Memorial de Qualificação).

MALHANO, Clara Emília S. M. de B. **Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lucerna, 2002.

MÁXIMO, João. **Cinelândia: Breve História de um Sonho**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MESENTIER, Leonardo Marques de. **A renovação preservadora: um estudo sobre a gênese de um modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987**. Dissertação (Mestrado.) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Cia das Letras, 2001 (Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945).

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/35>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura. In.: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.) **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001. p. 233-268.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990**. UNIRIO, 2000, 187 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Documento da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo?. In.: AZEVEDO, André Nunes de. (Org.). **Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002, v. 1, p. 159-170.



NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o XX. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. (orgs.). **O Tempo do Liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, 3).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v.10, p.07-28, dez. 1993.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). **Educação e em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**, São Paulo: Escrituras, 2002, p. 11 – 31.

NUNES, Clarice. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In.: BOUMENY, Helena (Org.) **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 85-102.

PARAIZO, Rodrigo C. **A representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos: um estudo sobre o Palácio Monroe**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: [http://nitnet.com.br/~rodcury/dissertacao\\_rparaizo.pdf](http://nitnet.com.br/~rodcury/dissertacao_rparaizo.pdf). Acesso em: 10 jan. 2018.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSOA, José (org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 1999. p. 275.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.5, p.200-215, jul. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. O solo criado como instrumento da Reforma Urbana. **Revista de Administração Municipal**, v. 39, 1992, p. 36-47,.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro - 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; OAKIM, Juliana. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. **Acervo**, [S.l.], v. 28, n. 1 jan-jun, p. 19-53, mai. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/589>>. Acesso em: 02 Out. 2017.

RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, mar./maio. 2002, p. 6-17.

SANCHES, Maria Ligia F. **Construções de Paulo Santos. I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. [online]. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enparq/simposios/138/138-792-1-SP.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2016.

SANT'ANNA, Marcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Editora Oiti, 2014.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **A experiência da metrópole carioca como Estado da Guanabara (1960/75)**. Disponível em [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205237/4101461/quartas\\_angela\\_moulin\\_2006.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205237/4101461/quartas_angela_moulin_2006.pdf). Acesso em 13 set. 2017

SANTOS, Carla R. Problema mal posto, problema repostado. In.: NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João M.; LEONÍDIO, Otávio; CONDURU, Roberto. (Orgs.) **Lúcio Costa: um jeito de ser moderno**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 132-145.

SANTOS, Paulo Ferreira. Arquitetura e Urbanismo na Avenida Central. In.: FERREZ, Marc. **O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906**. São Paulo: João Fortes Engenharia/Ex-Libris, 1982, p. 25-47.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

SIMAO, M. C. R. ; RIBEIRO, Cláudio Rezende. **Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano**. In: III ENANPARQ, 2014, São Paulo. III ENANPARQ. São Paulo: Mackenzie, 2014. v. 1. p. 1-12

SIRINELLI, Jean-François. **As elites culturais**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*, Lisboa, Ed. Estampa, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 1964-1985. 8a. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOPHIA, Daniela. As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979). In: GRANATO, Marcus (org.). **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciências Afins, 2015, p.317-338. Disponível em < [http://www.mast.br/hotsite\\_mast\\_30\\_anos/pdf/volume\\_01.pdf](http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf)>. Acesso em 14 set. 2017.

SVARTMAN, Bernardo P. Memória e resistência. **Estudos Avançados** [online]. São Paulo, v.23, n.65, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000100024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100024&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

THOMPSON, Analucia (Org). **Entrevistas com Judith Martins**. Série Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

TORRES, Lucia Helena dos Santos. **Espaços urbanos em processo de representação: Praça Floriano Peixoto e Ilha dos Museus**. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.unirio.br/cch/ppg-pmus/dissertacoes/dissertacao\\_lucia\\_helena.pdf](http://www.unirio.br/cch/ppg-pmus/dissertacoes/dissertacao_lucia_helena.pdf). Acesso em: 10 abr. 2017.

VISCARDI, Cláudia. **Os Republicanismos no Brasil: uma análise comparativa dos manifestos republicanos a partir da História dos Conceitos (1870-1886)**, Texto apresentado ao Congresso da LASA, Nova Iorque, maio, 2016.

XAVIER, Libânia. O Manifesto dos pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 21-38.

## ANEXOS

Anexo 1: MANIFESTO DO CLUBE DE ENGENHARIA E ASSINATURAS

Anexo 2: NOMES, PROFISSÕES E FUNÇÕES IDENTIFICADAS

Anexo 3: NOMES IDENTIFICADOS. PROFISSÕES E FUNÇÕES NÃO IDENTIFICADAS

Anexo 4: ENTREVISTA POR CORREIO ELETRÔNICO DE JORGE LUIZ PAES RIOS EM 19/10/17

Anexo 5: ENTREVISTA POR CORREIO ELETRÔNICO DE MARLENE ALLAN FERNANDES EM 20/10/17

Anexo 6: ENTREVISTA POR CORREIO ELETRÔNICO DE ALMIR FERNANDES EM 20/10/17

Anexo 7: ENTREVISTA POR CORREIO ELETRÔNICO DE MARLICE NAZARETH SOARES DE AZEVEDO EM 23/10/17

Anexo 8: DECLARAÇÃO POR CORREIO ELETRÔNICO DE LEIZER LERNER EM 27/11/17